

A TARDE

2021 vai ser um ano difícil

Manoel Vitória

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

A economia brasileira sobreviveu a 2020 a despeito da forte queda do PIB, graças em boa parte ao pacote emergencial aprovado pelo Congresso Nacional para garantir alguma renda a milhões de deserdados pela pandemia, preservar empregos e ajudar a recompor perdas tributárias dos entes federativos. Agora que o auxílio emergencial chega ao fim e o desemprego é recorde, quem atua na gestão pública percebe que preservar o equilíbrio fiscal será uma tarefa árdua no ano que se inicia, exigindo firmeza no leme. Os últimos anos têm sido de crises sucessivas, mas 2021 se mostra especialmente sujeito a tempestades.

Após uma queda do PIB projetada em cerca de 5% para 2020, a previsão para o próximo exercício é de baixo crescimento aliado à ameaça de volta da inflação. Isso significa que o país não irá retomar tão cedo o patamar anterior à crise sanitária, que já era ruim, e sinaliza para a difícil situação daqueles que precisam de recolocação no mercado de trabalho e dos que dependem de auxílio ante os efeitos perversos da pandemia.

Precisamos de vacinação em massa para que nossa economia respire aliviada, mas isto parece ainda distante ao passo que outros países tomam a dianteira. Enquanto não chega a tão sonhada imunidade coletiva, a questão da renda mínima precisa ser retomada com urgência, por razões humanitárias, mas também para benefício da economia. Um grande esforço de retomada dos investimentos públicos também se faz dramaticamente necessário, para além do engessamento dogmático do teto de gastos.

A Bahia tem reiteradamente questionado ideias simplistas como a de que o Estado eficiente precisa ser mínimo. Temos dado exemplo de eficiência com presença forte do Estado: sob a liderança do governador Rui Costa, temos preservado o equilíbrio fiscal a despeito das crises econômicas em série, mantido o pleno funcionamento da máquina pública e as contas em dia e permanecido entre os estados com maiores níveis de investimento. Com R\$ 13,7 bilhões destinados a este propósito, somos o segundo em totais investidos no período 2015-2020, atrás apenas de São Paulo, o estado mais rico do país, e à frente deste em termos de proporção do orçamento.

Vamos seguir defendendo que as políticas corretas sejam adotadas no plano federal, no âmbito sanitário e no econômico. Mas também manteremos as medidas que têm nos ajudado a sobreviver às intempéries: uma sólida política de qualidade do gasto público que já soma economia real de R\$ 5,9 bilhões desde 2015, aliada a um dos mais intensivos processos, no plano estadual, de modernização do fisco e combate à sonegação. Vai ser difícil, mas conseguiremos fazer mais esta travessia.

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB) | Foto: Divulgação | Pexels

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta-feira, 30, os R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos

estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

De **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça, 29, R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta, 30, último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação redacao@correio24horas.com.br

Os 417 municípios baianos receberam, nesta quarta-feira (30), do **governo do estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB) e anunciada na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais.

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, na terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta, último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **governo do estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, nosso trabalho tem sido maior do que nunca. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. Assine o jornal.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/12/20	<u>Cita Secretário</u>



ESTADO ANTECIPA R\$ 180,6 MI DE ICMS E IPVA AOS 417 MUNICÍPIOS BAIANOS



admin 30 Dezembro, 2020

Outros R\$ 126,1 milhões de aporte ao Fundeb também foram antecipados, totalizando R\$ 306,7 milhões que, em condições normais, só seriam repassados em janeiro.

Conforme anunciado na semana passada pelo governador Rui Costa em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do Governo do Estado, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do ICMS e do IPVA arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do ICMS arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o IPVA foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (ICMS, IPVA e ITD). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de ICMS, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à arrecadação dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de ICMS, IPVA e Fundeb, relativos à arrecadação registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. “Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avaliou Rui Costa.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do Governo do Estado para retomar o ritmo da arrecadação que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o **secretário da Fazenda, Manoel Vitória**. Ele lembrou que a arrecadação estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam na quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Cidades baianas recebem R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA antecipados pelo governo do estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fonte: Da redação

Os 417 municípios baianos receberam nesta quarta-feira (30/12) o adiantamento dos R\$ 180,6 milhões correspondentes às receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados na segunda (28/12) e terça (29/12). A verba só seria repassada em janeiro, conforme o calendário das transferências constitucionais, mas Rui Costa havia avisado em suas redes sociais que iria antecipar o pagamento.

A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB). Segundo o **governo do estado**, originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS**, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado.

O aporte de R\$ 126,1 milhões do Fundo de Manutenção

e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS, IPVA e ITD**), também foi pago antecipadamente. Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

CIDADES

A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, na terça (29/12), R\$ 120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30/12), último dia antes do tradicional feriado bancário do último dia do ano, será repassada na próxima terça (5/1).

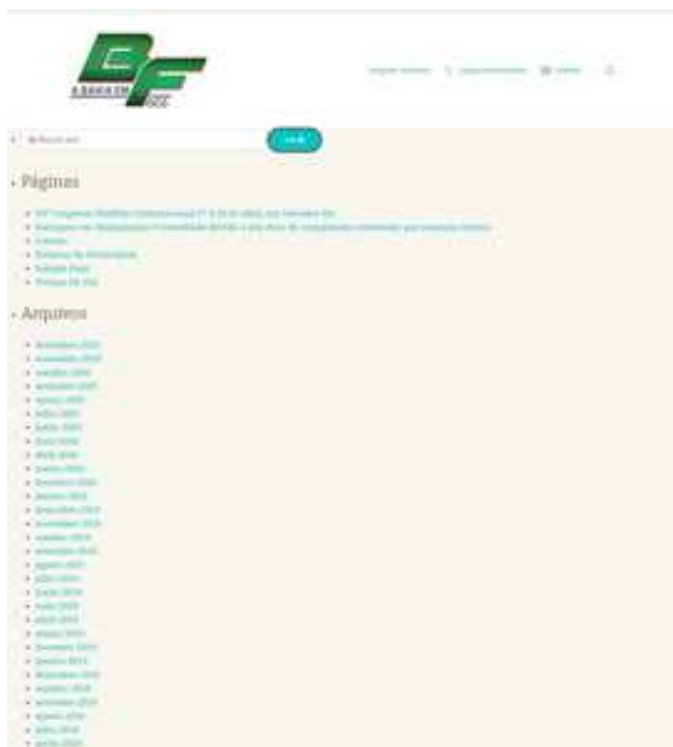
Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande

uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de
Comunicação - Governo do Estado | Procuradoria Geral
do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda -
Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Governo antecipa R\$ 180,6 milhões de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tempo de leitura:

Todos os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Outros R\$ 126,1 milhões de aporte ao Fundeb também foram antecipados, totalizando R\$ 306,7 milhões que, em condições normais, só seriam repassados em janeiro.

Ascom Sefaz , Salvador | 30/12/2020 às 19:02

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do

ICMS arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Municípios baianos recebem hoje a antecipação de R\$ 180,6 mi de ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os 417 municípios baianos receberam nesta quarta-feira (30), R\$ 180,6 mi referentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**). A antecipação da verba, que comumente é direcionada para as cidades apenas em janeiro do ano seguinte, atende a um pedido da União dos Municípios da Bahia (UPB). Medida havia sido anunciada na sexta-feira (20), pelo governador **Rui Costa**.

De acordo com o **governo do estado**, outros R\$ 126,1 milhões de aporte ao Fundeb também foram antecipados, totalizando R\$ 306,7 milhões que, em condições normais, só seriam repassados em janeiro. Na medida anunciada pelo governador **Rui Costa** na semana passada, estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** e o aporte do Fundeb foram acrescentados ao montante.

Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Maior cota de **ICMS** destinada no estado. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

Com o adiantamento do repasse, **Rui Costa** ressaltou que a medida espera trazer um 'alívio' para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', declarou.

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, IPVA

Governo estadual antecipa R\$ 306 mi em repasse a municípios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo estadual anunciou nesta quarta-feira (30) a liberação de R\$ 306,7 milhões aos municípios baianos em valores que, pelo calendário de transferências constitucionais, só seriam repassados em janeiro. O valor corresponde a partição nos **tributos estaduais ICMS e IPVA** apurados nos dias 28 e 29 deste mês (R\$ 180,6 milhões) e do aporte ao Fundeb (R\$ 126,1 milhões).

A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB) e autorizada pelo governador **Rui Costa** na semana passada. O Estado já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro.

A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari

(R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Tributos Estaduais, Arrecadação, ICMS, IPVA

Governo do Estado antecipa 7,4 milhões de ICMS para Feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog da Feira

O **governo da Bahia** fez um agrado de Ano Novo aos 417 municípios baianos ao antecipar o repasse das cotas de **ICMS** que competem a cada um deles.

A Feira de Santana coube 7,4 milhões de reais correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais.

A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB). O total da antecipação: R\$ 180,6 milhões.

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior

cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

foto:Secretaria da Fazenda do Estado/Pedro Moraes/GOVBA

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, IPVA

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Divulgação

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS, IPVA e ITD**). Ao todo, foram

antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio

no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação CN

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Governo da Bahia antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os 417 municípios baianos receberam do **governo do estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB) e anunciada na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais.

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, na terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta, último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio

no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **governo do estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Municípios baianos recebem o ICMS e IPVA

Zero meia quatro oito uma carteira a pedra preta perdida e contendo todos os documentos em nome de Fábio Martins da Silva mas olha os quatrocentos e dezessete municípios baianos receberam ontem.

os prefeitos que gastaram muito com pandemia.

Cento e oitenta e seis milhões referentes ao **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços** e **ICMS** e do imposto sobre a propriedade de veículos automotores e pva.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, IPVA

Antecipação da verba que comumente é direcionada para as cidades apenas em janeiro do ano seguinte atende a um pedido da união dos municípios da Bahia o bebê medida havia sido anunciada na sexta feira vinte pelo governador **Rui Costa**.

De acordo com o **governo do estado** outro cento e vinte e seis milhões de reais de aporte do fundap também foram antecipados.

Totalizando trezentos e seis vírgula sete bilhões de reais em condições normais só seriam repassados em janeiro na medida anunciada.

Pelo governador **Rui Costa** na semana passada estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado mas após entendimento com o Banco do Brasil o IPCA e o aporte do fundap.

Governo do estado meu caro Ailton partidos e a gente aproveita para lembrar é claro que um socorro aí para

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Foto: Paula Froes. GOV.BA

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS, IPVA e ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas - Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luis Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios - Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço

do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

The post Estado antecipa R\$ 180,6 mi de **ICMS e IPVA** aos 417 municípios baianos appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa ICMS e IPVA para 417 cidades baianas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Bahia Destaque

30 de dezembro de 2020 luana

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - ICMS,IPVA

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 30/12/2020	



Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos

30 dezembro 2020



Secretaria da Fazenda do Estado - Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Conforme anunciado na semana passada pelo governador Rui Costa em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do Governo do Estado, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do ICMS e do IPVA arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do ICMS arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o IPVA foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (ICMS, IPVA e ITD). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de ICMS, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à arrecadação dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de ICMS, IPVA e Fundeb, relativos à arrecadação registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. “Num ano atípico como

2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avaliou Rui Costa.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do Governo do Estado para retomar o ritmo da arrecadação que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, Manoel Vitorio. Ele lembrou que a arrecadação estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos

A gente falava ainda há pouco que o estado tem o costume de antecipar.

É cota dos do **ICMS** para os prefeitos teriam condições de fechar as contas.

Não que nem sempre é possível ainda mais quando se tem um prefeito responsável que deixa um monte de gente sem receber.

Mas é aquela história ou o estado da Bahia antecipou cento e oitenta milhões de reais de **ICMS** e de ir pra enviar a todos os quatrocentos e dezessete municípios baianos.

Então.

A notícia que chega é essa os quatrocentos e dezessete municípios.

Receberam do **governo do estado** cento e oitenta milhões e seiscentos mil reais correspondente exato excitação das receitas do **ICMS** e do ipea arrecadados nos últimos dias vinte oito e vinte nove que só seriam repassados em janeiro.

De acordo com o calendário das transferências constitucionais é essa antecipação é uma solicitação antiga da o bebê que a união das **prefeituras** da Bahia

e o **governo do estado** sempre atende né.

E a gente tá em tempos de de de cozinha sempre quem vai pagar pra ter iluminação pública e olha que já paga imposto pra isso também né mas criaram uma taxa específica e tal.

E quer que acontece a gente paga tão caro também pva né e a gente fica triste olhar o nosso trânsito do jeito que está.

Alguma coisa foi modernizado há alguns semáforos foram substituídos e realmente de um ganho muito bom mas é muito pouco diante dos problemas que nós estamos vivenciando.

Muito pouco mesmo a ontem à noite mesmo aqui na avenida Rio Branco principal avenida da cidade semáforo apagado ali um dono de uma travessia importante o travesseiro com a qual Gerônimo Sodré.

Não não tem cabimento um um um sinal daquele estado apresentando defeito mas porque apresenta tanto defeito assim apresenta defeito assim porque a tecnologia velha.

Tecnologia velha tecnologia ultrapassada já dei obtinha de dar quando você fez a manutenção não se deu devidamente ao longo do tempo e moral da história está lá.

Apresentando os problemas até quando a gente vai continuar vivenciando com isso olha quem é o município arrecada uma baba.

Com relação a impostos de pva mas se arrecada muito mesmo é um dinheiro de livre utilização digamos assim entendeu.

A prefeitura pode gastar com quem quiser igual o dinheiro do iptu iptu você paga a escola paga salário paga não sei o que e para estava monte de coisas é pra para iluminação é pra um monte de coisas mas a gente tem.

A gente tem a questão do do do do ipea com a prefeitura pode gastar do jeito que quiser mas não custava nada fazer uma arrojada o projeto de modernização desse de.

Desses conjuntos sei mas sei mas fora isso aqui desde que foi feito estava essa empresa que prestava serviço aqui de que é eu não sei se o contrato foi renovado se não renovou a prefeitura deu uma baita de um bobeira porque é uma grande empresa.

Quatro custará acho que ver isso agora dia dia vinte um de di de janeiro a coisa assim é é é uma boa empresa.

Ah é eu deveria continuar mas é preciso é preciso dar uma geral porque Ned hoje quem te fala o levar até zona azul e de que é já está tudo pronto está tudo

encaminhado já está tudo medida já está tudo selado nada para.

Conversa o ano encerra aliás não é um ano não encerra um novo mandato e um projeto importante como este não saiu do papel.

Um projeto importante como eles não saíram do papel aliás eu estava até eu fazendo um levantamento rápido aqui porque hoje nós estamos deixando para trás dois mil e vinte mas lamentavelmente.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Prefeituras | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Iluminação pública | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,IPVA

#Bahia: Governo estadual antecipa R\$180,6 milhões de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jornal da Chapada

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS, IPVA e ITD**). Ao todo, foram

antecipados aos municípios R\$306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$13,9 milhões), Feira de Santana (R\$7,4 milhões), Simões Filho (R\$4,5 milhões), Candeias (R\$4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$3,7 milhões), São Desidério (R\$3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os

impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios. As informações são de assessoria.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Estado antecipa R\$ 180,6 milhões de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio

no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Secom Bahia Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

417 municípios baianos receberam ontem do governo antecipação das receitas do ICMS

E nova loja nar tenho minha Pires sete e cinquenta e quatro em Feira de Santana a gente dar prosseguimento aqui ao nosso jornal da manhã informando que conforme anunciado na semana passada.

Pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais os quatrocentos e dezessete municípios baianos receberam ontem do governo.

E um milhões de reais correspondentes a antecipação das receitas do **ICMS** do ipea arrecadados.

Nos dias vinte oito e vinte nove deste mês de dezembro que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário de transferências constitucionais a antecipação foi solicitada pela união dos municípios da Bahia ao bebê.

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado mas após entendimento com o Banco do Brasil o IPCA foi acrescentado e o governo antecipou ainda.

O aporte de cento e vinte seis milhões a fundap fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e da valorização dos profissionais da educação.

Com recursos provenientes dos três impostos estaduais

e cms ipea e itens de ao todo foram antecipados segundo o **governo do estado**.

Foram antecipados para os municípios baianos trezentos e seis vírgula sete milhões de reais a maior cota de antecipação do **ICMS** Kobe.

A capital baiana Salvador recebeu pouco mais de vinte dois milhões de reais Feira de Santana recebeu sete vírgula quatro milhões setecentos e cinquenta e seis é você elétrica.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 30/12/20	



Governo da Bahia antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios do estado

Outros R\$ 126,1 milhões de aporte ao Fundeb também foram antecipados, totalizando R\$ 306,7 milhões que, em condições normais, só seriam repassados em janeiro



Foto : Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Por **Metro1** no dia 30 de Dezembro de 2020 · 20:30

Todos os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do Governo do Estado, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do ICMS e do IPVA arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do ICMS arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o IPVA foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com recursos provenientes dos três impostos estaduais (ICMS, IPVA e ITD). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de ICMS, IPVA e Fundeb, relativos à arrecadação registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos

- Notícias da Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Facebook

Twitter

Pinterest

WhatsApp

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam nesta quarta (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só

seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS, IPVA e ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS, IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia

antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Fonte: Portal GOV BA

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Veículo: Política Livre	
Data: 31.12 a 04.01.2021	Caderno: Economia



Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos

BAHIA

Conforme anunciado na semana passada pelo governador Rui Costa em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do Governo do Estado, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do ICMS e do IPVA arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do ICMS arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o IPVA foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (ICMS, IPVA e ITD). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de ICMS, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à arrecadação dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de ICMS, IPVA e Fundeb, relativos à arrecadação registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica desta quarta (30),

último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. “Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avaliou Rui Costa.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do Governo do Estado para retomar o ritmo da arrecadação que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório. Ele lembrou que a arrecadação estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais, os 417 municípios baianos receberam hoje (30), do **Governo do Estado**, R\$ 180,6 milhões correspondentes à antecipação das receitas do **ICMS** e do **IPVA** arrecadados nos últimos dias 28 e 29, que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais. A antecipação foi solicitada pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Originalmente estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado, mas, após entendimento com o Banco do Brasil, o **IPVA** foi acrescentado, e o governo antecipou ainda o aporte de R\$ 126,1 milhões ao Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com recursos provenientes dos três impostos estaduais (**ICMS**, **IPVA** e **ITD**). Ao todo, foram antecipados aos municípios R\$ 306,7 milhões.

Maiores cotas

Só de **ICMS**, foram antecipados R\$ 178,6 milhões referentes à **arrecadação** dos dias 28 e 29. A maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana: Salvador recebeu nesta quarta R\$ 22,1 milhões. Em seguida, os maiores valores foram para Camaçari (R\$ 15,2 milhões), São Francisco do Conde (R\$ 13,9 milhões), Feira de Santana (R\$ 7,4 milhões), Simões Filho (R\$ 4,5 milhões), Candeias (R\$ 4,3 milhões), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 3,7 milhões), São Desidério (R\$ 3,4 milhões), Paulo Afonso (R\$ 3,4 milhões) e Vitória da Conquista (R\$ 3,2 milhões).

O governo já havia repassado aos 417 municípios, nesta terça (29), R\$ 120,8 milhões de **ICMS**, **IPVA** e Fundeb, relativos à **arrecadação** registrada entre os dias 21 e 25 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica desta quarta (30), último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Alívio para os municípios

Ao anunciar a antecipação dos valores por solicitação da UPB, o governador ressaltou o alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exigidos pelo combate à crise sanitária. 'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avaliou **Rui Costa**.

Viabilizar a antecipação foi possível graças ao esforço do **Governo do Estado** para retomar o ritmo da **arrecadação** que havia sido afetado negativamente nos primeiros meses da pandemia, ressaltou o secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Ele lembrou que a **arrecadação** estadual deve alcançar este ano patamar similar ao de 2019, o que se reflete nas transferências aos municípios.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação, ICMS, IPVA, ITD

Municípios baianos recebem antecipação da receita do ICMS

Ainda na economia os quatrocentos e dezessete municípios baianos receberam ontem dia trinta cento e oitenta milhões e seiscentos mil reais.

Referentes ao **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ICMS** e do imposto sobre propriedade de veículos automotores e pva a antecipação da verba aqui.

Comumente é direcionada para as cidades apenas em janeiro do ano seguinte atende a um pedido da união dos municípios da Bahia ao bebê a medida havia sido anunciada isso no dia vinte pelo governador costa.

De acordo com o **governo do estado** outros cento e vinte seis milhões e cem mil reais de aporte ao fundo deve também foram antecipados totalizando trezentos e seis milhões e setecentos mil reais que em condições normais.

Só seriam repassados em janeiro na medida anunciada pelo governador **Rui Costa** na semana passada estava previsto o repasse apenas do **ICMS** arrecadado mas após entendimento com o Banco do Brasil o IPCA e o aporte do fundo.

Que é o fundador foram acrescentados ao montante Salvador recebeu ontem vinte dois milhões e cem mil reais a maior cota do cms destinada no estado em seguida os maiores valores.

Foram para Camaçari quinze milhões de duzentos mil São Francisco do Conde treze milhões e novecentos mil Feira de Santana sete milhões e quatrocentos mil Simões Filho.

Quatro milhões e quinhentos mil Candeias quatro milhões e trezentos mil Luiz Eduardo Magalhães três milhões e setecentos mil São Desidério três milhões e quatrocentos mil ou Paulo Afonso três milhões e quatrocentos mil em Vitória da Conquista três milhões.

E duzentos mil com atendimento do repasse o Rui ressaltou que a medida espera trazer um alívio para os cofres dos municípios pressionados pelos gastos exagerados pelo combate.

A crise sanitária abre aspas não ano atípico como dois mil e vinte em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda a cara com as despesas exigidas.

Pela área da saúde a antecipação é um alívio no caixa dos municípios fechar as malas foi o que declarou o governador.

Rui Costa o governo já havia repassado aos quatrocentos e dezessete municípios da última terça feira cento e vinte milhões e oitocentos mil reais de cms pva e foi um débil relativos à **arrecadação** registrada entre vinte um e vinte.

Cinco de dezembro a **arrecadação** relativa a movimentação econômica desta quarta feira dia trinta último dia antes do tradicional feriado bancário de trinta e um de dezembro é será repassada no dia cinco de janeiro.

A política da região após a assembleia legislativa da Bahia aprovar o texto de **lei de diretrizes orçamentárias** eu lhe dei o para o exercício de dois mil e vinte um o governador Costa sancionou a legislação a medida.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA, Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Estado antecipa R\$ 180,6 mi de ICMS e IPVA aos 417 municípios baianos

Diz m s e Elmo Nascimento anuncia secretários e classifica equipe como tímido bem os quatrocentos e dezessete municípios baianos receberam ontem dia trinta.

Cento e oitenta milhões e seiscentos mil reais referentes ao **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços**.

Que o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e teve a antecipação da verba que comumente é direcionada para as cidades apenas em janeiro do ano seguinte atende a um pedido da união dos municípios da Bahia o bebê.

A medida havia sido anunciada na sexta feira dia vinte pelo governador **Rui Costa** e na tarde de ontem o prefeito eleito do município de Campo Formoso Elmo Nascimento do.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,IPVA

Municípios baianos recebem antecipação da receita do ICMS

De que tem uma antecipação de **ICMS** para a algumas cidades entre elas aqui Salvador Camaçari.

E França São Francisco do Conde Feira de Santana se mostrou filho Candeias Luiz Eduardo Magalhães.

É são Desidério e Paulo Afonso.

Vitória da Conquista que está recebendo três milhões e duzentos mil reais no dia de hoje eu acredito que está Bono também deve estar recebendo as cidades aqui dez região que os quatrocentos e dezessete municípios é claro agora você chegou aqui a informação.

Receberam nesta quarta feira dia trinta cento e oitenta vírgula seis milhões de reais.

É referentes ao **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ICMS**.

E não imposto sobre propriedade de veículos automotores o ipea a antecipação da verba que comumente é direcionada para as cidades apenas em janeiro.

No ano seguinte atende a um pedido da união dos municípios da Bahia a o PTB o a medida havia sido anunciada na sexta feira dia vinte.

E agora ela se concretiza então tem dinheiro além do dinheiro do governo federal no caso da prefeitura de Itabuna dos sete milhões de reais.

Tem mais é dinheiro do **ICMS** estava previsto o pagamento pra Janeiro foi antecipado para hoje é para ontem quarta feira.

Justamente pra pagar décimo terceiro e Salvador recebeu vinte dois milhões e cem mil reais não tenha que é Camaçari recebeu quinze milhões Feira de Santana sete milhões não têm.

E aqui está a Luna ano na nota de Itabuna Williams mais.

Ah o governo repassou no dia de ontem.

Para os quatrocentos e dezessete municípios portanto atuando em seu município a cidade recebeu dinheiro da antecipação do **ICMS** tem dinheiro na conta.

Prefeito não paga décimo terceiro se ele não quiser dinheiro tem.

Tá bom tá certo assim Bond é de agradecer também aqui em nome da queda de center a todos os clientes.

O prestígio ao carinho em dois mil e vinte acrescente empréstimo consignado.

Que trabalhou dois mil e vinte com muito cuidado com muito carinho com a menor taxa de juro do Brasil volta a partir de segunda feira no horário a partir das oito horas da manhã agradecendo também.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Municípios baianos recebem antecipação da receita do ICMS

Três meia dois e cinco um nove quatro conforme anunciado na semana passada pelo governador **Rui Costa** em suas redes sociais.

Os quatrocentos e dezessete municípios baianos receberam nesta quarta feira dia trinta do **governo do estado** cento e oitenta vírgula seis milhões de reais.

Correspondentes a antecipação das receitas do **ICMS** e do ipi ver a arrecadados nos últimos dias vinte oito e vinte nove.

Que só seriam repassados em janeiro conforme o calendário das transferências constitucionais a antecipação foi solicitada pela união dos municípios da Bahia ao bebê.

Originalmente estava previsto o repasse apenas.

Do **ICMS** arrecadado mas após entendimento com o Banco do Brasil o IPCA foi acrescentado e o governo antecipou ainda o aporte de cento e vinte seis vírgula um milhões ao fundo Deb.

Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação com recursos provenientes dos três impostos estaduais.

Isso é m SP ver a entender ao todo foram antecipados

aos municípios trezentos e seis vírgula sete milhões de reais.

Só do **ICMS** foram antecipados cento e sete de oito milhões referentes a **arrecadação** dos dias dezoito e vinte nove a maior cota de antecipação do imposto coube à capital baiana Salvador.

Que recebeu nesta quarta feira vinte dois vírgula um milhões em seguida os maiores valores foram para Camaçari quinze vírgula dois milhões.

São Francisco do Conde e treze vírgula nove milhões.

Feira de Santana sete vírgula quatro milhões Simões Filho quatro vírgula cinco milhões.

Candeias quatro vírgula três milhões Luiz Eduardo Magalhães três vírgula sete milhões São Desidério três vírgula quatro milhões.

Paulo Afonso três vírgula quatro bilhões.

Sabe três vírgula dois milhões o governo já havia repassado aos quatrocentos e dezessete municípios na terça feira dia vinte nove cento e vinte vírgula oito milhões de cms pva e com Deb.

Relativos à **arrecadação** registrada entre os dias vinte um e vinte cinco de dezembro.

A **arrecadação** relativa a movimentação econômica desta quarta feira dia trinta último dia antes do tradicional feriado bancário do dia trinta e um será repassada em cinco de janeiro.

No primeiro sorteio do ano tem mais uma super premiação para você não vai lhe dar sorte de ver a.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Rui Costa, Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Política Livre	
Data: 31.12 a 04.01.2021	Caderno: Economia



Bahia cumpre prazos e receberá recursos federais sem prejuízo em 2021

BAHIA

A Bahia cumpriu as condições formais para receber os recursos federais da Lei Kandir no primeiro dia do prazo que foi estabelecido. Não houve nenhuma falha ou perda de prazo por parte da Bahia para recebimento dos recursos.

De acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a partir de comunicado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os Estados puderam decidir entre receber e contabilizar essa receita no último dia de 2020 ou em janeiro de 2021, sem absolutamente nenhum prejuízo. A maioria dos Estados optou por receber em dezembro para cobrir deficiências contábeis, mesmo sem tempo hábil para utilizar os recursos, mas esse não foi o caso da Bahia.

Para a Bahia, ainda segundo a Sefaz, foi mais conveniente receber em janeiro porque o Estado, graças ao esforço da gestão Rui Costa, está com a situação contábil e financeira de 2020 equacionada, inclusive com melhora nos indicadores de capacidade de pagamento (Capag) e resultado primário.

Hoje o real desafio do Estado é manter o equilíbrio fiscal e sustentar bons indicadores em 2021 e nesse sentido a decisão foi tomada corretamente, baseada em critérios técnicos.

IPVA 2021 é reduzido

E a praça fica pra depois também acho major vamos falar então vamos lá   e PV a dois mil e vinte um já foi anunciado pelo **governo do estado** aqui da Bahia com redu o de até cinco por cento.

  no pagamento do IPVA a ou a maior a maior redu o de quatro vírgula sete por cento vai pra carros considerados utilitários no caso os carros de passeio têm a redu o de dois vírgula cinco por cento aí pra caminhões e  nibus.

Um vírgula sete por cento pra motocicletas mas ainda tem uma vantagem ali em cima disse o major porque em paga antes do prazo da final da placa.

Em   possibilidade ter dez por cento de desconto e que vaga no mês.

Sim da do primeiro da primeira parcela de forma integral tem cinco por cento de desconto não   major isso mesmo e você que é ouvinte do metrópole autos agora vai receber informa o de qualidade que pode lhe ajudar muito o que você.

Não precisa fazer e deve fazer no ano de dois mil e vinte um   licenciar eu sei eu vi as pessoas confundem licenciamento com o pagamento de pva o licenciamento.

Ele consiste no pagamento do ipva da taxa de licenciamento das multas se houver e do seguro de

privatizar ou seja você só vai receber.

O filme documenta se l veio   você só vai ter acesso a ele se você pagar todas essas taxas e todos os anos no início do ano.

O **governo do estado** através da secretaria da fazenda lança uma planilha um calendário no qual diz quando será o vencimento do se p vela e todos os lados.

  ele dá um prazo pra que você pague com dez por cento de desconto esse prazo para o ano de dois mil e vinte um até o dia dez de fevereiro de dois mil e vinte um ou seja independente de quando for vencer se você pagar até o dia dez de fevereiro de dois mil e trinta e um.

Você vai ter um desconto de dez por cento as pessoas me perguntam isso   vantagem.

Eu considero vantagem assim se você tiver esse recurso ele é melhor do que qualquer rendimento de qualquer aplica o ou poupança e tem outra vantagem que só o ouvinte da metrópole Otis vai saber.

Se as multas você geralmente paga junto com o licenciamento se você antecipar o licenciamento as multas que por Ventura vier a acontecer durante o ano de dois mil e vinte um.

Elas vão ficar é você só vai pagá-la no ano seguinte não se você tem essa condição de antecipar menos dez por cento você ainda tem essa vontade que se as multas que eu espero que você não cometa esse erro.

Mas se acontecer você tem essa vantagem então até o dia dez de fevereiro de dois mil e vinte um você pode é antecipando o calendário de PVA você pode dessa forma usufruir desse desconto de dez por cento.

Como é que você está de PVA você precisa ir ao banco ou credenciado munido do renascimento vamos.

Pode ser o Banco do Brasil o Bradesco o Sicoob se você for correntista de algum desses bancos ainda têm é paga de uma maneira ainda mais fácil até mesmo através de aplicativos e o calendário como é baseada no calendário.

É de PVA aqui na Bahia através do final da placa do seu veículo existem várias formas de você pagar antecipado o teu dia de dez de fevereiro ganhando dez por cento você pode dividir em três copas.

Certo pagando de três vezes na última cota que vem as multas são geralmente há mais gordinho.

Certo e as pessoas às vezes não entendem porque o valor muda porque em três meses pode entrar alguma multa e o valor mudar seu chefe e você pode pagar também no valor da primeira cota com cinco por cento de desconto.

Então por exemplo se o seu veículo tem final de placa um você pode pagar no dia trinta de março de dois mil e vinte e uma primeira cota dia vinte nove de abril.

É do mesmo ano a segunda cota.

No dia vinte oito de maio é a terceira cota só vai receber o documento depois de pagar terceira depois da terceira cota e no dia seguinte estar e Patrícia ainda está com essa mulher Ana Patrícia bem eu falei de receber o documento.

Hoje você não embora não deve.

É ficar esperando o documento chegar pelo correio porque ele não vai chegar certo a maneira hoje por detrás ou pra simplificar.

E eu quero mandar um abraço para doutor Rodrigo Pimentel que colocou isso facilitando a vida do cidadão diretor geral do **Detran** hoje você entra no na plataforma saco digital.

Você vai preencher um cadastro criar uma conta e a a depois de fazer isso.

Você vai ter acesso de maneira digital ao documento do seu veículo que mudou de formato é uma planilha no

qual tem um par code você pode ter ele até de maneira digital no seu celular que também   válido essa tabela com todas a isso.

É a final de placa e você vai encontrar lá eu já coloquei   disposi o no meu Instagram.

Parada obrigatória no trânsito parada obrigatória no trânsito tudo junto se você me seguir você vai ficar sempre bem informado a planilha ela está lá no nosso estado grande.

E você vai tomar conhecimento de quando vence o seu e pva dois mil e vinte um de acordo final de placa certo isso é muito importante para que você possa se planejar financeiramente e aí te prometeu também pra aprender a calcular.

Assim o IPCA todos os anos.

No início de janeiro   lançado e já agora falta saber o valor do meu IP ver a.

Indo no caixa eletrônico desses bancos ou pela internet e prevê você tem condi o de saber antes agora o valor de licenciamento todo o que   como eles batem n  tudo isso vocês s  acessando o sistema do **Detran**.

Ou l  no banco na hora certa o cérebro eletrônico se você for correntista agora coisas de graça e a maior parcela é isso que bancou esse basta você faz uma

conta simples que eu vou indicar agora vou lhe ensinar.

Primeiro você vai na tabela FIP uma tabela que   referência no Brasil inteiro sobre o preço do veículo a ver quanto está custando seu veículo na tabela fixa se o veículo foi a gasolina álcool.

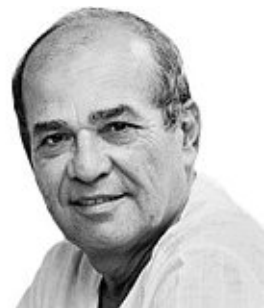
É o gás natural você vai calcular dois e meio por cento em cima daquele valor de seu veículo foi a diesel três e meia por cento ao fazer isso você já tem uma ideia do valor do ipea para o ano de dois mil e vinte um.

Major gostei dessa dica e você não vai chegar lá é totalmente proibido.

Isso também   válido pra quem compra carro zero viu você quer saber eu e perversa e pegue o valor da nota fiscal   e dois e meio por cento ou três e meia para fora e dou usado.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administra o - Detran, SAC Digital | SECOM - Secretaria de Comunica o - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Alba deixa Rui Costa começando Ano Novo com as futricas do velho

A começar pela malfadada compra de respiradores pelo Consórcio do Nordeste que resultou na demissão do secretário Bruno Dauster (Casa Civil), entrar pela visita da PF na Secretaria de Saúde na Operação Metástese que apura desvios no Hospital de Juazeiro e a culminar com a Operação Faroeste que demitiu o secretário Maurício Barbosa (Segurança), decididamente 2020 foi o pior dos seis anos de Rui Costa à frente do governo.

De quebra, ainda tem a banda política. Sofreu derrotas

em Salvador, Feira e Conquista e ainda vai ter que começar 2021 administrando outro pepino, a disputa pela presidência da Assembleia.

SEM ACORDO — Na Alba se diz que em 2018 houve um acordo pelo qual Nelson Leal, do PP de João Leão, ficaria os dois primeiros anos e Adolfo Menezes, do PSD de Otto Alencar ficaria os dois seguintes. Agora, na hora de vamos ver, o ano fecha com o PP dizendo que não tem acordo e quer ficar.

É 2021 chegando com as tintas de 2022. Rui tem que fazer uma costura buscando preservar a unidade do grupo para 2022, numa equação complicada: Otto acaba o mandato de senador e já demonstrou a intenção de tentar renová-lo, Leão é o vice reeleito e não pode mais concorrer ao mesmo cargo e na cabeça da chapa Jaques Wagner já se colocou.

A eleição da Alba será 2 de fevereiro. Janeiro é o tempo que Rui terá para desmanchar o imbróglio. Já é quase certo que ele fica no mandato até o fim.

2020, recorde de chuvas nos últimos 36 anos, sem mortes

As chuvaradas que tantos dissabores já causaram em Salvador desde que Tomé de Souza aqui chegou, em 2020 bateram fortes, um recorde nos últimos 36 anos: 1.540,8 mm contra 977,9 da média histórica, quase o dobro.

Sóstenes Macêdo, o piloto da Coordenação de Defesa Civil de Salvador (Codesal), um tipo raro na administração pública que embola seriedade com devoção e que tem no time a engenheira Rita Jane Morard com o título

de *Servidora Destaque*, contabiliza no ano 17.713 vitórias e mais de 500 mil metros quadrados de lonas plásticas aplicadas em 3.659 locais, abrangendo 8.091 famílias.

— Foi um ano difícil, porque agregado a isso ainda teve a pandemia.

Ok. Sóstenes perdeu muitas noites de sono, por vezes dormiu no chão. Mas ninguém morreu. Por isso o elegemos para desejar um feliz Ano Novo, que por tabela é extensivo a toda a Salvador.

Abelha, mais uma vítima

Jânio Natal (PL), prefeito eleito de Porto Seguro, vai tomar posse amanhã sem razões para festejar. Defensor da liberação do turismo, apesar da pandemia, o amigo dele, Raimundo Carvalho, o Raimundo Abelha, secretário do Meio Ambiente em Belmonte, onde Janival Natal, irmão de Jânio, é prefeito, morreu ontem vítima de Covid.

Abelha ficou esperando um leito de UTI, mas quando chegou, já era tarde.



Joá Souza/ Ag. A TARDE / 26.11.10

Jaca, uma fruta do nosso dia que pode sumir do mapa

A extinção autorizada da jaqueira vai a pleno vapor

Gerônimo Santos, o Gê, 52 anos, há mais de 20 vendendo frutas e verduras às margens da BR-101, entre Cruz das Almas e Sapeaçu, preconiza uma notícia funesta: dentro de pouquíssimo tempo a jaca, hoje comum nas nossas feiras e ruas, vai virar artigo de luxo.

O xis da questão: a jaqueira é de origem indiana, embora bem adaptada aqui, tida como uma planta exótica. Por conta disso, a derrubada é autorizada. Resultado: entre os cortes legais e os clandestinos, a espécie entra no rol das ameaçadas de extinção. Fala Gê:

— As nossas jaqueiras estão virando mesas, armários, portas e barcos. Dentro de algum tempo, quando bater a saudade, quem quiser comer jaca vai ter que deglutir um tamborete.

CMS Vereadores de diversos partidos já demonstraram publicamente apoio à reeleição do emedebista no comando da Casa; ele é o único candidato ao cargo

Geraldo Júnior encaminha sua recondução na Câmara

RAUL AGUILAR

O presidente da Câmara Municipal de Salvador (CMS), Geraldo Júnior (MDB), caminha tranquilamente para ser reeleito neste sábado, com maioria absoluta na Casa. Vereadores de diversos partidos já demonstraram publicamente apoio à reeleição de Júnior no comando da CMS, que é o único candidato na disputa.

Membros da oposição e do governo reconhecem o bom desempenho do vereador na condução dos trabalhos na Câmara. Foi em sua gestão que projetos importantes que estavam engavetados foram aprovados, a exemplo do o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa em Salvador, estacionado na Casa há várias gestões. Foi também em seu mandato que Salvador passou a ter uma regulamentação para o transporte por aplicativo, que ficou conhecido como o PL dos Ubers.

“Meu apoio a Geraldo é desde sempre. Eu fui um dos primeiros cabo eleitoral dele, ainda em 2018, quando ele voltou para a Câmara. É um dos presidentes que entra para história pela visibilidade que deu à Casa e aos nossos mandatos, através do apoio aos projetos. Entrará para história pela transparência da administração, pela política de aproximação da Câmara e sociedade soteropolitana. É por esses e outros tantos motivos que temos o dever de reelegê-lo”, destacou o vereador Palhinha (DEM), que assumirá mandato na vaga deixada pelo vereador Kiki Bispo (DEM), já que será secretário



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Membros da oposição e do governo reconhecem o bom desempenho de Geraldo

Geraldo é apontado como um presidente independente, apesar de não esconder o alinhamento ideológico com o atual prefeito, ACM Neto, tendo inclusive derrubado vetos assinados pelo demista

na gestão de Bruno Reis.

Geraldo Júnior é apontado como um presidente independente, apesar de não esconder o alinhamento ideológico com o atual prefeito, ACM Neto (DEM), tendo atuado inclusive para reformar decisões, através da derrubada de vetos do prefeito. Neto já declarou, em entrevista à imprensa, que “torce para que Geraldo continue mais dois anos na Presidência”.

“A nossa decisão levou em conta o compromisso que ele assumiu conosco de conduzir uma Câmara independente, com gestão autônoma e democrática, que dialogue com os vários setores da sociedade e que promova desenvolvimento econômico e social”, afirmou a bancada do PCdoB ao declarar apoio ao

emedebista. A bancada do PT seguiu a mesma linha: “diante da garantia da participação popular, da transparência, da independência da Câmara em relação ao Executivo e outras instituições”. Entendemos que o legislativo municipal deve continuar autônomo e indutor da cidadania”.

Geraldo avalia que sua reeleição será um voto de confiança na continuidade do projeto de “cuidar de Salvador”. “A gente acredita que a Câmara vai continuar sua missão de cuidar da vida das pessoas, o futuro da cidade, eu continuo dizendo, passa pela Câmara, e é essa história que a gente vai continuar fazendo, se Deus permitir e for da vontade dos vereadores, na recondução da presidência da Casa”, afirmou.

PLANEJAMENTO

Alba aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias

DA REDAÇÃO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado da Bahia, com vigência para o ano de 2021, foi aprovada ontem pela Assembleia Legislativa do Estado (Alba) em segundo turno, durante sessão extraordinária. Apenas o deputado Hilton Coelho (Psol) registrou voto contrário. Constam no texto as metas fiscais e prioridades a serem alcançadas pela gestão estadual.

O documento, que estabelece o orçamento a ser seguido do Governo do Estado para o próximo ano, foi entregue pelo secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, ao presidente da Alba, o deputado Nelson Leal.

O secretário destacou algumas prioridades do Poder Executivo para o ano de 2021. “Cabe destacar, dentre outras, a vigilância e

atenção à saúde de forma regionalizada, o acesso e permanência dos estudantes no sistema de ensino, bem como a inclusão socioproductiva de jovens, mulheres, negros e populações tradicionais ao mundo do trabalho”, ressaltou Pinheiro.

Segundo a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), pontos como a assistência social (proteção social), a segurança alimentar e nutricional, e o uso de tecnologias de policiamento de base comunitária para enfrentamento à violência se destacam entre as prioridades previstas no documento.

A LDO cita ainda o acesso à água e cobertura de esgotamento sanitário, em especial no meio rural, e a prevenção aos desastres ambientais e sanitários com foco na contenção de encostas.

NOVO VALOR

Bolsonaro anuncia salário mínimo de R\$ 1.100

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem em uma rede social que o salário mínimo será de R\$ 1.100 em 2021. Segundo ele, o valor constará de uma medida provisória (MP). O valor atual do salário mínimo é de R\$ 1.045, e o novo valor vale a partir de 1º janeiro de 2021.

“O valor de R\$ 1.100,00 se refere ao salário mínimo nacional. O valor é aplicável a todos os trabalhadores, do

setor público e privado, e também para as aposentadorias e pensões”, escreveu o presidente.

O salário mínimo de R\$ 1.100 está acima dos R\$ 1.088 previstos pelo governo na proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada em 15 de dezembro ao Congresso Nacional. Na proposta, o governo revisou de R\$ 1.067 para R\$ 1.088 em razão do crescimento da inflação nos últimos meses.

VACINA Segundo a Pfizer, a agência reguladora brasileira faz exigências que tornam o processo lento

Exigências da Anvisa para aprovação são criticadas por Rui e Vilas-Boas

CÁSSIO SANTANA
E RODRIGO TARDIO

As exigências impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a aprovação de vacinas contra a Covid-19 foram alvo de críticas do governador Rui Costa (PT) e do secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. Segundo a farmacêutica Pfizer, a agência reguladora brasileira faz exigências que tornam o processo de aprovação de um imunizante lento.

Já o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que os responsáveis pelo impasse são os laboratórios que "não apresentam a documentação de certificação" junto à Anvisa. Para o governador Rui Costa, a Anvisa está passando por uma fase de "baixa credibilidade" por causa da condução "desastrosa" do governo federal.

"Durante várias décadas, os governos sempre contribuíram para que a Anvisa fosse respeitada no mundo inteiro. Esse governo, que vem destruindo muita coisa, está conseguindo destruir a imagem da Anvisa", criticou. "O Brasil hoje, pelo desastre da condução do governo federal, é o segundo país do mundo em número de mortes, e corremos o risco de ser o último a começar a vacinação", lamentou Rui.



Marcelo Camargo/ Agência Brasil

Anvisa informou que a Fiocruz irá pedir autorização para o uso emergencial do imunizante contra a Covid-19

Em uníssono ao governador, o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, engrossou as críticas. "A cada dia que passa sem vacina mais pessoas morrem. É inconcebível e inaceitável a postura da Anvisa de manter as mesmas exigências para aprovação das vacinas Covid-19", en-

fatizou o secretário em postagem em uma rede social.

Rui ressaltou que "se for necessário, vai recorrer à Justiça para requerer autorização para adquirir a vacina. "Quando chegar a vacina não dá pra vacinar todo mundo de uma vez. É um processo

Estratégia

que pode levar 8, 9 ou 10 meses. Devemos lembrar que o início é voltado para idosos, pessoas com comorbidades, trabalhadores da área de saúde e segurança pública. Se o governo federal atrapalhar menos, a gente vai vacinar parte da população no primeiro semestre".

Após reunião com a Anvisa, a farmacêutica Pfizer disse que o Brasil faz exigências que tornam o processo de aprovação lento e que não fará um pedido de uso emergencial. Entre os dados pedidos pela Anvisa estaria uma análise dos dados exclusivos da população brasileira, "o que demanda tempo e avaliações estatísticas específicas".

"Outras agências regulatórias que possuem o processo de uso emergencial analisam os dados dos estudos em sua totalidade, sem pedir um recorte para avaliação de populações específicas", destacou a farmacêutica. Diante do impasse, a Anvisa anunciou que pode revisar as exigências para o uso emergencial.

Esclarecimentos

De acordo com a CNN Brasil, a agência pretende esclarecer que o pedido feito à Pfizer, que foi interpretado como "exigência", tratava-se apenas de recomendações. Segundo a CNN, um segundo encontro com a Pfizer foi solicitado pela direção da Anvisa para esclarecimentos.

A Anvisa informou, ontem, que a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), que detém parceria com a AstraZeneca - responsável pela vacina de Oxford -, irá pedir autorização para o uso emergencial do imunizante contra a Covid-19. A AstraZeneca, em reunião com representantes da Anvisa, informou que não há dificuldades para atender as medidas impostas pela agência.

O período de uso emergencial da vacina compreende dez dias contados a partir do dia do pedido. Para as autorizações de registro definitivo, a avaliação pode levar até 60 dias.

A vacina de Oxford é uma das quatro testadas no Brasil - que tem um contrato de compra e de transferência de tecnologia do imunizante. A vacina será produzida em solo brasileiro pela Fiocruz, mas ainda precisa de aprovação da Anvisa.

B. JESUS DOS NAVEGANTES

Programação festiva tem início na Boa Viagem hoje

EUZENI DALTRO

A professora Verônica Cecília Magalhães Fernandes, 45 anos, é nascida e criada em meio à devoção ao Senhor Bom Jesus dos Navegantes que tem programação festiva hoje e amanhã. Ela cresceu vendo o amor dos pais pela fé e, há 17 anos, quando a mãe faleceu, ingressou oficialmente na Devoção do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Boa Viagem e ocupa a função de presidente.

Para ela, não ter a procissão marítima e não ter a Galeota Gratidão do Povo com a imagem santa no mar é desolador. "A galeota, para nós, simboliza um patrimô-

nio de fé construído com muito amor e esforço. Não tê-la nos festejos representa uma quebra na tradição e nos causa, evidentemente, uma frustração", diz. "Mas seria imprudência nossa manter a festa como é", completou ela, referindo-se à pandemia de Covid-19.

Por causa da pandemia, a procissão marítima será substituída por uma terrestre, durante a qual a imagem do Bom Jesus será transportada em um carro do Corpo de Bombeiros.

Hoje, por volta das 16h30, após missa presidida pelo arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, cardeal dom Sergio da Rocha, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Via-



Aldilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Imagem será transportada pelo Corpo de Bombeiros

gem, a imagem será levada à Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição da Praia. E amanhã, às 9h, após celebração presidida por dom Sergio, a imagem será devolvida, mais uma vez em procissão, à igreja da Boa Viagem.

"Esse ano, apesar de toda a dificuldade, conseguimos fazer uma bela festa. E queremos que essa celebração seja um sinal de esperança para todas as pessoas de boa vontade, independente de religião. Bom Jesus é o senhor crucificado, é ele quem nos acompanha e dá esperança para dias melhores", afirma o padre Davi Oliveira, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem.

OBITUÁRIO

CAMPO SANTO

Luiz Otávio Silva Duarte faleceu no Hospital Português, 75 anos, natural de Salvador-BA

Adelaide dos Santos faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 97 anos, natural de Salvador-BA

Lia Brígida Rios Sacramento faleceu no Hospital Geral de

Salvador, 81 anos, natural de Salvador-BA

Dulce Régis Aranha faleceu no Hospital da Bahia, 95 anos, natural de Pojuca-BA

Alda da Costa Pinto Dias Moreira faleceu no Hospital da Bahia, 98 anos, natural de Santo Amaro-BA

Helena Souza Lima faleceu na Upa - São

Cristóvão, 85 anos, natural de Tanquinho-BA

Everton Santos de Jesus 42 anos, natural de Salvador-BA

Antônio Carlos Farias do Amaral faleceu no Hospital das Clínicas, 67 anos, natural de Saubara-BA

Wanda Julieta da Conceição faleceu no Hospital Regional de

Santo Antônio de Jesus, 90 anos, natural de Jaguaripe-BA

Jaqueline Silva Nascimento Freitas faleceu no Hospital da Bahia, 30 anos, natural de Salvador-BA

Maria Lúcia Barbosa de Amorim faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 50 anos, natural de Cruz das Almas-BA

JARDIM DA SAUDADE

Virgínia Falcão de Seixas faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 69 anos, divorciada, bióloga, natural de Salvador-BA

Ritta Guimarães de Oliveira faleceu no Hospital Jorge Valente, 88 anos, viúva, natural de Aramari-BA

Haroldo Rocha Leite faleceu no Hospital

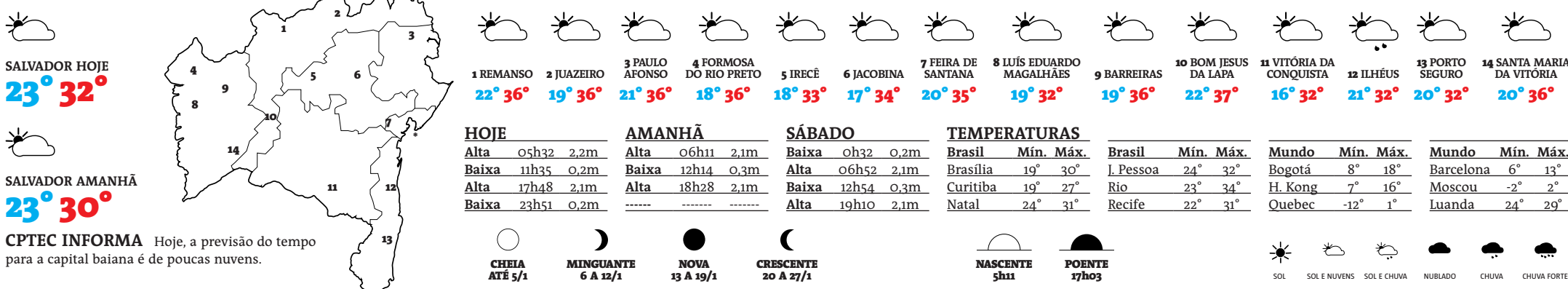
Salvador, 69 anos, casado, aposentado, natural de Medeiros Neto-BA

Cacilda Menezes de Oliveira faleceu em residência, 104 anos, solteira, aposentada, natural de Itabuna-BA

Teresinha Maria de Oliveira Cardoso faleceu em residência, 90 anos, viúva, natural de Salvador-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br



POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

“PRÊMIO” Jair Bolsonaro é eleito o corrupto do ano por organização internacional

www.atarde.com.br/politica

SUPREMO Com a decisão, a Anvisa segue obrigada a opinar em até 72h sobre liberação emergencial de vacinas

Lewandowski mantém validade de medidas contra covid

FELIPE PONTES

Agência Brasil, Brasília

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou sem prazo definido a autorização dada pelo Congresso para que as autoridades adotem uma série de medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19. A lei a respeito do assunto perde vigência hoje.

Entre os dispositivos cuja vigência foi mantida está o que obriga a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a conceder em 72h a autorização para importação e uso de insumos médicos, medicamentos e vacinas contra a covid-19 que já tenham sido registrados por ao menos uma das entidades reguladoras de Estados Unidos, Europa, Japão ou China.

Lewandowski concedeu uma liminar (decisão provisória) pedida pela Rede Sustentabilidade e manteve a vigência de dez artigos da Lei 13.979/20, que descrevem diversas medidas sanitárias que podem ser adotadas pelas autoridades nas

esferas federal, estadual e municipal.

Outras medidas dizem respeito a isolamento, quarentena, restrição à locomoção, uso de máscaras, exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação, investigação epidemiológica, tratamentos médicos específicos, requisição de bens e serviços, exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáveres.

Apesar de o artigo 8º da lei prever o término de sua vigência junto com o decreto legislativo de calamidade pública, hoje, em 31 de dezembro, Lewandowski decidiu dar interpretação conforme o artigo para garantir manter

as medidas, evocando a proteção dos direitos constitucionais à vida e à saúde.

"Letalidade"

Para o ministro, a verdadeira intenção dos parlamentares foi manter as medidas "pelo tempo necessário à superação da fase mais crítica da pandemia". E à época da edição da lei, em fevereiro, os congressistas não podiam "antever a surpreendente persistência e letalidade da doença", afirmou o ministro.

Lewandowski frisou "que a pandemia, longe de ter arrefecido o seu ímpeto, na verdade dá mostras de encontrar-se em franco recrudescimento, aparentando estar progredindo, inclusive em razão do surgimento de novas cepas do vírus, possivelmente mais contagiosas."

Ele destacou ainda o número da covid-19 no Brasil até 28 de dezembro, quando o país havia acumulado o registro de 7,5 milhões de infectados e mais de 192 mil óbitos.

"Por isso, a prudência -

Ministro disse na decisão que a "pandemia está longe de arrefecer seu ímpeto"

Antonio Cruz / Agência Brasil



O ministro concedeu uma liminar pedida pela Rede Sustentabilidade

amparada nos princípios da prevenção e da precaução, que devem reger as decisões em matéria de saúde pública - aconselha que as medidas excepcionais abrigadas na Lei nº 13.979/2020 continuem, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a

pandemia", concluiu.

A liminar de Lewandowski mantém parte da lei de enfrentamento à covid-19 ao menos até que os parlamentares revoguem formalmente os artigos com vigência prorrogada. Tramitam hoje no Congresso ao menos três projetos, dois no Senado e um na Câmara, que pre-

veem o adiamento da vigência da lei, mas que ainda não têm previsão de serem votados.

O ministro submeteu a sua decisão liminar para referendo do plenário do Supremo. O tribunal, contudo, encontra-se em recesso e só retomará as sessões colegiadas em fevereiro.

AÇÃO INÉDITA

Vereador eleito abre seleção para seu gabinete



DA REDAÇÃO

Eleito com 5.621 votos, o vereador André Fraga (PV) abre, pela primeira vez em Salvador, um processo seletivo para a composição de gabinete na Câmara Municipal. São seis vagas para os cargos de coordenação jurídico-legislativa, assistente de apoio operacional, assessoria de governança e planejamento, assessoria de desenvolvimento comunitário, assessoria de conteúdo e mídias sociais e assessoria de design e criação.

De acordo com o vereador eleito e ex-secretário de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência de Salvador, a ideia do processo seletivo é dar oportunidade para criar um mandato mais diverso.

"O processo seletivo tem prioridade pela diversidade, para chamar pessoas negras, LGBTQI+, pessoas com deficiência. A gente quer que estas pessoas tenham oportunidades, porque a gente sabe que a inclusão está muito associada a oportunidade", disse durante entrevista ontem para o 'Isso é Bahia', na rádio A TARDE FM.

A seleção foi aberta na úl-

tima terça-feira, e, conforme André, em 24 horas contabilizou mais de 400 pessoas inscritas.

O processo seletivo será composto por três etapas. A primeira etapa é uma análise curricular, a segunda etapa um teste feito virtualmente e a terceira etapa uma entrevista presencial com os candidatos.

"Os três momentos são para entender se a pessoa está de fato conectada com o perfil e as necessidades da função", explicou André Fraga.

Os interessados podem se inscrever através do link: <https://bit.ly/305ZwIG>. Ainda de acordo com o entrevistado, o planejamento é que todas as etapas se encerrem na primeira quinzena de janeiro de 2021. "Queremos deixar o time completo para a gente iniciar um processo de planejamento de mandato com toda equipe construída", finalizou.

Vereador afirma que processo abre espaço para diversidade em sua equipe

TRANSPORTE PÚBLICO

Neto cobra ação do governo federal contra 'caos' em 2021

DA REDAÇÃO

Para o prefeito ACM Neto (DEM), o transporte público vai viver "um verdadeiro caos em 2021". Não é a primeira vez que o democrata critica a situação do transporte. Em novembro, quando participava da inauguração de um colégio no subúrbio, disse, em tom de alerta, para o correligionário e prefeito eleito, Bruno Reis, que o tema seria um grande problema a se debruçar.

Neto voltou a cobrar ontem uma postura de deputados senadores e o próprio governo federal na resolução do problema antes que se torne incontrolável o sistema pare por completo.

"Temos problemas graves no transporte público do País, que vão exigir investimentos muito grandes por parte dos governos. Ao menos que haja um choque de realidade em Brasília, deputados, senadores, governo federal, de que é preciso olhar o transporte público urgentemente, a gente não vai estar falando em ônibus eletrônico, mas, sim, em falta de ônibus no país", criticou.

O prefeito apontou, como pontos de inflexão do problema, paralisações do setor em Recife, Rio de Janeiro e Goiânia.

CI
DÃ
DÃ
REPÓRTER

Flagrou aglomerações e desrespeito ao decreto que proíbe festas neste fim de ano?

Envie fotos e vídeos.

DENUNCIE!

71 8109-3965

SEJA UM CIDADÃO REPÓRTER

TODOS CONTRA O

CORONAVÍRUS

Grupo
A TARDE
COMUNICAÇÃO

LEILÃO DE CASA RESIDENCIAL - SALVADOR/BA

1º Leilão: 15/01/2021 às 11h00 | 2º Leilão: 19/01/2021 às 11h00

Leilão de Alienação Fiduciária - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.745.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infrascriptas, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: Salvador/BA, Rua dos Flamboyans, nº 189, Bairro Paralela, Alphaville Salvador 2, (Lt. 05 qd. C1). Casa Residencial. Área construída (aproximada) 460,00m²; Área total: 573,31m². Matr. 114.643 do 2º RI Local. Obs.: O imóvel possui uma área construída aproximada de 460,00m². Regularização e encargos perante aos órgãos competentes da divergência da área construída lançada no IPTU, com a apurada no local e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). 1º Leilão: 15/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 1.650.000,00. 2º Leilão: 19/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 990.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-8 do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupatarde.com.br

MOEDA Dólar tem maior alta acumulada desde 2015

www.atarde.com.br/economia

CRISE Resultado será 17,85% menor que valor que foi pago pelos contribuintes em 2019, a primeira queda registrada desde a criação da ferramenta, em 2005

Covid-19 faz impostômetro cair pela 1ª vez desde 2005

BRUNO BOCCHINI

Agência Brasil, São Paulo

O impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) - que mede os tributos pagos pelos brasileiros para os governos federal, estadual e municipal - deverá atingir a marca de R\$ 2,057 trilhões até as 23h59 do último dia do ano, 31 de dezembro. O resultado será 17,85% menor que valor que foi pago pelos contribuintes em 2019, a primeira queda registrada desde a criação da ferramenta, em 2005.

“A redução tem tudo a ver com a crise econômica causada pela covid-19, que impactou diretamente em todas as atividades de trabalho, com destaque maior para o setor terciário que, inclui o comércio e a prestação de serviços e corresponde a mais de 70% pelos empregos gerados no país”, ressaltou a entidade em nota.

Em 2020, o poder público receberá em impostos da população R\$ 447,1 bilhões a menos do que foi arrecadado em 2019. Para 2021, no entanto, mesmo ainda durante a crise do novo coronavírus, a ACSP prevê que o país deverá capitalizar mais contribuições.

“Além de as atividades não



Jorge Araújo/ Fotos Públicas/ 18.03.2020

Ferramenta da Ass. Comercial de São Paulo mede tributos pagos por brasileiros

estarem mais tão restritivas em seu funcionamento quanto estavam no pico da pandemia, na metade deste ano, o poder público também se mexeu para arrecadar mais. É o caso do governo do estado de São Paulo que baixou o decreto 65.253/20. Com esta lei, mais de 300 produtos deverão ter sobre-

taxa de ICMS e, portanto, ajudar a engrossar a arrecadação estadual”, destacou a entidade.

Cálculo

O Impostômetro considera todos os valores arrecadados pelos municípios, estados e pelo governo federal. Entram na contabilidade

impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária. A ferramenta calcula os dados utilizados pela Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

COMPRAS ON LINE

Nordestinos mais à vontade

MARJORIE MOURA

A pesquisa Brasil Digital da OLX sobre segurança e pagamento online identificou que 36% consumidores da região Nordeste são os que mais se sentem confortáveis ao comprar pela internet. Em relação às formas de pagamento, 34% preferem utilizar cartão de crédito em lojas virtuais. Para a compra de itens seminovos ou usados, entretanto, 52% ainda preferem utilizar dinheiro vivo na negociação.

Essa resistência em aderir ao novo no mundo financeiro não é apenas por parte das pessoas, atingindo muitas empresas. Devido a pandemia, ao longo de 2020 muitas delas foram estimuladas - e até mesmo “obrigadas” a disseminar o mindset de inovação dentro de suas operações. Mas, o desafio de implantar esse pensamento, de forma que gere impacto nas diversas unidades de negócio está sendo complexo, deixando algumas aprendizagens para o próximo ano.

Para César Costa, Head de Inovação Corporativa da Semente Negócios - empresa de aprendizagem empreendedora - inovar provoca mudanças, muitas vezes radicais nos modus operandi das empresas. Fernanda Gretz, gerente da Unidade de Atendimento Individual do Sebrae Bahia, o comportamento e a confiança nas compras online revelados na pesquisa da OLX pode ser observado na Bahia.

Aqui também vão se adquirindo novos hábitos, ainda mais necessários com a pandemia, e as pequenas empresas participam deste movimento e contribuem para que isso se consolide. Segundo ela explicou, a medida que o pequeno negócio vem se atualizando e colocando meios de pagamento

seguros, passa essa confiança para o consumidor, numa mudança na oferta, venda e compra de produtos e serviços. Algumas empresas já eram digitalizadas. Mas outras foram inseridas no programa Presença Digital Zerada e estão sendo impulsionadas a se integrar e adaptar aos novos padrões de vendas, concluiu Gretz.

“A pandemia acelerou a democratização do e-commerce e das formas de pagamento online. Ainda assim, o brasileiro ainda utiliza dinheiro, especialmente no comércio de usados. A popularização das carteiras digitais, como a OLX Pay, é um dos passos para tornar as negociações financeiras mais práticas e seguras em todo o país”, diz Lucas Vargas, general manager da OLX.

Raphaël Müller / Ag. A TARDE



Dado foi coletado pela pesquisa Brasil Digital da OLX

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
CNPJ N: 13.595.251/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO - LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 003/20 - CONDER
Abertura: 26/01/2021, às 14h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL, LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE ITABUNA E TEIXEIRA DE FREITAS - BAHIA. O Edital estará à disposição dos interessados na COPEL, na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 - Nandimba - Salvador - BA ou poderá ser solicitado através do e-mail: copel@conder.ba.gov.br, a partir das 13h:30m do dia 05/01/2021. Salvador - BA, 30 de dezembro de 2020. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
COMUNICADO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2020 - BB Nº 851299 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO/COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO
A Pregoeira Oficial da SAEB comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é Registro de Preços de veículos de uso em serviço administrativo, e com a sessão de abertura online designada para o dia 12/01/2021, fica remarcada para o dia 15/01/2021 às 10h00min (horário de Brasília), em razão da necessidade de alteração do prazo de entrega do produto informado no edital. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através dos endereços eletrônicos www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115-3130, e-mail: ccl.saeb@saeb.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min no endereço: Secretaria da Administração, sito à 2ª Avenida, nº 200, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA, 30/12/2020 - Carla Baía Dultra - Pregoeira (a) Oficial.

SAEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPÉ
CNPJ N: 14.147.938/0001-43
EXTRATO RESUMIDO LOA, PPA, LDO MUNICÍPIO DE ITAPÉ BAHIA
ATO BASE LEGAL PUBLICAÇÃO NA INTEGRA 1. Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 595/2020 de 16 de dezembro de 2020 para 2021 no valor de R\$ 33.013.600,00. Art. 48, Caput da LRF DOM, Portal da Transp. PMI, Mural e site www.itape.ba.gov.br/ 2. Plano Plurianual (PPA) Lei nº 556/2017 de 25 de Outubro de 2017. Art. 48, Caput da LRF DOM, Portal da Transp. PMI, Mural e site www.itape.ba.gov.br/ 3. Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) nº 593/2020 de 06 de Julho de 2020, para a LOA de 2021. Art. 48, Caput da LRF DOM, Portal da Transp. PMI, Mural e site www.itape.ba.gov.br/ Itapé - Bahia, 30 de Dezembro de 2020. Naeliton Rosa Pinto - PREFEITO

FRAZÃO
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 14 de janeiro de 2021, às 14h30min -
2º LEILÃO: 26 de janeiro de 2021, às 14h30min -
(Horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, U.C.S.P. nº 826, escritório na Rua da Mooca, 3.547, Mooca, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ONLINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, autorizada pelo Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 30.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 30/10/2014, cujos fiduciários são ANDRÉ LUIZ MIRANDA COSTA, inscrito no CPF/MF sob nº 175.298.415-15 e sua esposa SHEILA SIMÕES BARRETO COSTA, inscrita no CPF/MF sob nº 624.294.415-15, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 828.403,79 (Oitocentos e Vinte e Oito Mil Quatrocentos e Três Mil e Setenta e Nove Centavos, atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo Apartamento nº 1405, tipo 02, do sub-condomínio "Reserva das Plantas - Edifício Eugênio - Torre 03 com 12,48m² de área real privativa e 124,20m² de área real total e direito a uma vaga de garagem nº 715, com área de 10,50m² do Condomínio Horto Bela Vista, situado a Alameda Horto Bela Vista, nº 808, Cabula, Salvador/BA, melhor descrito na matrícula nº 106.916 do 2º Registro de Imóveis de Salvador/BA. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus", e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 350.353,02 (Trezentos e Cinquenta Mil Trezentos e Três Reais e Dois Centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão on-line, deverão se cadastrar no site www.frazaoleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda: VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NO SITE: www.frazaoleiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (8h a 18h).
K-3112.0269091

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA.
A Comissão pró fundação do SINDICATO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DOS CONSORCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA BAHIA, convoca todos os membros da categoria Empregado Público dos Consórcios Públicos de Saúde da Bahia a participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Empregados Públicos dos Consórcios Públicos de Saúde da Bahia que realizará-se a no dia 20 de Janeiro de 2021, às 19h00, no aplicativo Zoom Meeting com link que será disponibilizado em Facebook (https://www.facebook.com/IndPol), Instagram (https://instagram.com/sindipol?igshid=w2lc09h7a6q7) e murais nas sedes das Políclinicas, até o dia 10/01/2021, para tratar da seguinte ordem do dia: 1)Fundação do Sindicato Dos Empregados Públicos Dos Consórcios Públicos De Saúde Da Bahia; 2) Discussão e Aprovação do Estatuto Social do Sindicato; 3) eleição e Posse da Primeira Diretoria. Salvador (BA), 23 de dezembro de 2020.
Flávio de Oliveira
Membro da Comissão pro Fundação
Gabriel Cipriano Lirio
Membro da Comissão pro Fundação
Luana Souza de Farias
Membro da Comissão pro Fundação

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
CNPJ N: 13.595.251/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO - LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 002/20 - CONDER
Abertura: 26/01/2021, às 09h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS SÃO PEDRO, NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ - BAHIA. O Edital estará à disposição dos interessados na COPEL, na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 - Nandimba - Salvador - BA ou poderá ser solicitado através do e-mail: copel@conder.ba.gov.br, a partir das 13h:30m do dia 05/01/2021. Salvador - BA, 29 de dezembro de 2020. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LEILÃO NO 09/2020
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA BAHIA - DETRAN/BA torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará LEILÃO, na modalidade online, para venda de lotes classificados como VEÍCULOS CONSERVADOS DESTINADOS A CIRCULAÇÃO, SUCATAS APROVEITÁVEIS, SUCATAS APROVEITÁVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL E SUCATAS INSERVÍVEIS, no endereço eletrônico www.hastaleiloes.com.br, com abertura para registro de lances a partir do dia 31 de dezembro de 2020 às 09:00 e com início do fechamento dos lotes no dia 20 de janeiro de 2021 a partir das 09:00, onde serão vendidos veículos e sucatas custodiados nos Pátios credenciados pelo Detran/BA, situados nas cidades de Senador Filomeno e Teixeira de Freitas, tendo como leiloeiro público oficial o Sr. Maurício Paes Inácio, matrícula JUCEB no 11/023515-0. Os veículos e sucatas a serem leiloados poderão ser verificados através do site www.hastaleiloes.com.br e poderão ser visitados nos pátios credenciados onde se encontram acatueledos nos 05 (cinco) dias úteis que antecedem a data de fechamento do leilão, nos seguintes horários: das 09:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs. O Edital de Leilão, objeto do Processo SEI no 049.4635.2020.0023384-47, contendo as especificações e as condições de participação da hasta pública, bem como a relação dos lotes, com respectivo preço mínimo, está disponível nos sites www.detran.ba.gov.br e www.hastaleiloes.com.br. Rodrigo Pimentel de Souza Lima Diretor Geral

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Empresários correm para acessar fundo

Milhares de empresários interromperam o descanso neste final de ano para viabilizar a integralização de cotas no Fundo Garantido de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e empresas de pequeno porte (Pronampe).

Como os recursos só podem ser liberados este ano, a última oportunidade dos contratos encerraram-se ontem porque hoje, dia 31 de janeiro, último dia do ano, os bancos não abrem.

A Medida Provisória, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, abre crédito extraordinário de um total de R\$ 10,1 bilhões para encargos financeiros da União.

Os recursos previstos na MP 1.020/2020 serão usados para viabilizar a integralização de cotas de acordo com o projeto de lei 5.029/2020, aprovado no Senado e na Câmara, com recursos excedentes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese).

De acordo com dados do governo, o Pronampe já liberou R\$ 32,9 bilhões de crédito para micro e pequenas empresas, por meio de aproximadamente 450 mil contratos.

A taxa de juros é a Selic, hoje em 2%, acrescida de 1,25% ao ano: os recursos podem servir para pagar funcionários, contas de luz e água, aluguel, compra de matérias-primas e mercadorias, entre outros.

TJ-BA em primeiro

Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualizados em 29 de dezembro, o TJBA, em relação ao total de sentenças e acórdãos, bem como ao total de despachos, o TJBA ocupa a 1ª posição entre os Tribunais de médio porte. Contabilizando todos os atos, o Judiciário baiano ocupa o 2º lugar. Foram mais de 24,5 milhões de atos durante a pandemia.

“Nos endividamos em R\$ 700 bilhões para conter a pandemia, dar o auxílio emergencial (...) Querem que a gente renove o auxílio, mas a nossa capacidade de investimento chegou ao limite”

JAIR BOLSONARO, presidente da República, em passeio na Praia Grande (litoral paulista) quando gerou aglomerações e abraçou apoiadores, mesmo idosos, que sequer usava máscara de proteção



Xando Pereira / Ag. A TARDE

SONHO ANTIGO | A pipa, brinquedo tão comum em tantas partes do mundo, nos acompanha há milhares de anos. Fácil pensar que sua história deve ter começado há tanto tempo quanto nós, humanos, sonhamos com a possibilidade de voar.

No presidente do Crea

O engenheiro agrimensor Joseval Carqueija toma posse segunda-feira como novo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-Ba) para o triênio 2021-2023. A solenidade de posse será transmitida ao vivo pelo canal do Crea-Ba no youtube, no endereço youtube/creaba1, a partir das 8 horas. Entre as presenças confirmadas na videoconferência, estão os presidentes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia da Bahia, Joel Kruger, e o da Caixa de Assistência de Profissionais do Crea – Mútua, Paulo Guimarães. Especialista em geotecnologias, com 42 anos, casado e pai de duas meninas, Carqueija é de família maragógica, no Recôncavo baiano, mas reside em Barreiras desde 2007, onde atua profissionalmente como autônomo e empresário.

25 anos de SAC

Os 25 anos do SAC acabam de ser reunidos em uma publicação eletrônica. Produção da Secretaria de Administração do Estado (Saeb) por meio da sua Assessoria de Comunicação, a revista tem 63 páginas sobre o serviço que já realizou 215 milhões de atendimentos em 63 municípios baianos, e conta hoje com uma rede de 79 unidades. No setor público, já que não há concorrência e busca por lucro, a pressão e o alto nível de exigência da sociedade é que forçam a inovação na prestação de serviço, e é nesse sentido que a Rede SAC está em um processo constante de inovação, defendeu o secretário de Administração Edelvino Góes, durante o lançamento da revista, na última terça. A publicação está disponível no perfil do Instagram da Saeb e no site www.saeb.ba.gov.br

POUCAS & BOAS

● **Situado na margem da BR 242, um dos principais cartões-postais da Chapada Diamantina, o Morro do Pai Inácio foi reaberto ontem para visitação, atendendo a pedidos dos turistas e moradores de Palmeiras, de acordo com o secretário municipal de Turismo e Meio Ambiente, Janivaldo Campos. No local foram instaladas pias com água corrente e oito monitores vão se revezar no controle do acesso dos turistas, que terão 30 minutos para ficar no lugar, em grupos com no máximo 30 pessoas.**

● **Em Barreiras as medidas de prevenção à Covid-19 resultaram no cancelamento do show pirotécnico, tradicional na virada de ano no Centro Histórico, bem como da Lavagem do Kimarrei, realizado há 33 anos no dia 1º de janeiro.**

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

PMs violentos, mas privilegiados

Newton Sobral

Jornalista
sobraljornalista@hotmail.com

Elogiável a iniciativa do cineasta francês residente no Brasil desde 2015, Bernard Attal, de tentar dialogar com as autoridades governamentais sobre a posição delas diante da necessidade de reduzir os casos de violência policial. Attal é autor do documentário Sem Descanso, que narra o bárbaro assassinato por policiais militares do jovem negro Geovane Mascarenhas de Santana, 22 anos, em agosto de 2014, no bairro da Calçada, e o sofrimento do seu pai, Jurandy. Só depois de 22 dias ele conseguiu sepultar o corpo do filho, esquartejado e com partes espalhadas pelos bairros do subúrbio, numa tentativa monstruosa de

esconder o crime.

Em reportagem do crítico de cinema João Paulo Barreto, Caderno 2 (6/11), o cineasta francês esclarece a questão do diálogo que tentou manter com as autoridades, iniciativa considerada primordial na construção do filme: “É o diálogo que impede a barbárie. É o diálogo que fortalece democracias e impede a ascensão de uma violência fascista oriunda daqueles que deveriam proteger, mas ameaçam a sociedade. A violência policial é

Elogiável a iniciativa de dialogar com as autoridades diante da necessidade de reduzir a violência policial

uma tragédia da sociedade toda”. E foi taxativo: “A postura desse governo é de simplesmente não tratar do problema da violência policial”.

A necessidade de um basta definitivo nos altos índices de violência presentes em praticamente todas as polícias militares é a essência do documentário de Attal, bem como a contribuição das autoridades, sobretudo as responsáveis pelo aparelho policial, para o estabelecimento desse clima de impunidade.

Os exemplos são flagrantes. Em setembro de 2019, cabo Bruno Ribeiro de Abreu, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, foi acusado de agredir a esposa, jogando-a na cama, aplicando uma gravata e apontando sua arma contra a cabeça dela, tudo em presença de testemunha. O policial é reincidente, pois quatro meses antes a Justiça já havia determinado que ele se afastasse da companheira após uma agressão. Para a

PMRJ, o cabo Bruno cometeu apenas uma ‘transgressão leve’. O processo administrativo aberto para avaliar sua conduta resultou em repreensão, segunda punição mais branda da corporação. Mesmo réu na Justiça, ele seguiu fazendo normalmente o patrulhamento nas ruas.

Em análise feita pelo jornal O Globo, em 20 casos de violência contra mulheres por efetivos da PM/RJ, desde o início de 2019, em cinco deles o agente era reincidente e descumpriu medidas protetivas. Em outros seis casos, havia medidas em curso contra os agentes que não podiam se aproximar das mulheres. Sete policiais perderam o porte de arma por decisão da Justiça ou da PM. Sete são réus na Justiça e um até foi condenado. Todos, porém, seguiram normalmente na corporação. E inúmeros outros são os exemplos deste privilégio concedido à violência policial. Falta-me espaço para inclui-los neste artigo.

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Subserviência

Lendo o texto do Sr. Carlos Carvalho neste Espaço do Leitor do dia 29.12.2020, da cartilha seguida por Nunes Marques, novo Ministro do STF, escolhido por Bolsonaro, fica claro não mais ser dado ao presidente da República, a prerrogativa de escolher o que mais irá fazer, nas suas decisões e votações do ocupante da cadeira de presidente do País. Na Colômbia, por exemplo, esta escolha acontece entre os próprios membros do poder judiciário. Não cabe mais num país da importância do Brasil, vermos os possíveis candidatos a uma cadeira no STF, ficarem agradando e fazendo as vontades do Presidente da República, para serem escolhidos por ele para cargo de suma importância para a nossa República. Quanta bajulação! **JOAB FERNANDES, JOJO-FAQG@GMAIL.COM**

Cabeças de papel

Há muito, parcela da população tinha em conta os militares das Forças Armadas como indivíduos com formação e preparo intelectual, defensores da soberania nacional ou detentores de espírito público. Engano: presenciamos a assustadora incompetência e incapacidade deste contingente de militares, cujo objetivo único é a obtenção de privilégios e a subserviência a um desgo-

verno civil de ocupação militar, responsável pelo desmonte de políticas de desenvolvimento nacional, sociais e falência da saúde. Sistema público (SUS) que é referência mundial e cujo ministro da Saúde e humilhação pública, Eduardo Pazuello, sequer conhecia; que nada fez para controle desta pandemia mortal, sem a aquisição e distribuição de máscaras, álcool gel, ventiladores e equipamentos de proteção individual, além do absurdo enalhe de 6,8 milhões de kits de testes estocados sem distribuição. Mais de 50 países já começaram a vacinação da população, enquanto o Brasil, pela omissão, menosprezo, desgoverno e incúria de mi-

À medida em que sua bola de mito foi murchando e seu governo foi degradingando, ele [Bolsonaro] foi aumentando sua incontinência verbal

litares assentados no poder não tem nenhuma vacina aprovada pela Anvisa, nem o início da imunização vacinal, fruto da inexistente coordenação, empenho, gerencialidade e logística no combate à pandemia. **MARCELO MATTOS, MATTOSMARCELO13@YAHOO.COM.BR**

Impeachment

A gota d'água do impeachment foi vertida esta semana com a ratificação feita pelo Sr. Jair Bolsonaro de apologia da tortura. À medida em que sua bola de mito foi murchando e seu governo foi degradingando, ele foi aumentando sua incontinência verbal e ataques contra inimigos visíveis e invisíveis. Acuada, perdeu as estribelhas por completo e lhe veio à lembrança seu voto a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff dado em homenagem ao torturador e assassino Carlos Alberto Brilhante Ustra. Pior ainda, agora ainda fez deboche com essa vítima dos porões da ditadura. Crime inafiançável. Às autoridades competentes o dever de instaurar processo criminal e de impeachment com a maior urgência possível. O PT, ao qual é filiada a ex-presidenta Dilma Rousseff, não deve fazer nenhum tipo de conchavo para eleger Baleia Rossi presidente da Câmara dos Deputados em troca da abertura do processo de impeachment,

caso em que Bolsonaro poderia posar de vítima e sair esbravejando ainda mais alto: “Estão vendo? Ela quer se vingar e me escolheu como alvo, e não tem o menor escrupulo em fazer esse conchavo com Baleia Rossi, amigo de meu amigo Michel Temer, colaborador do regime militar, até Miriam Leitão, a queridinha da Globo, resolveu declarar que agora é fã da terrorista, só para me derrubar. Dá para confiar nessa gente, p..... ca.....!”. **BOANERGES DE CASTRO, BOANERGES-SAGUIARCASTRO@GMAIL.COM**

Seguem os impropérios

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) continua dizendo impropérios contra seus desafetos. A vítima dessa vez foi a ex-presidente Dilma Rousseff, que foi torturada pela ditadura. Ironicamente, Bolsonaro pediu para ver o Raio X para provar uma fratura sofrida por Dilma. Políticos como Fernando Henrique Cardoso, Lula, Rodrigo Maia, além do presidente nacional da OAB, lamentaram a fala do presidente, que está sendo cobrado pelo início da vacinação contra a Covid e, por isso, cria um fato novo para fugir do grave problema. Lembrar que Bolsonaro enalteceu a figura do coronel Brilhante Ustra, considerado o torturador-mor da ditadura. **JOSÉ CASTELLI, JCASTELLI384@GMAIL.COM**

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

LAVAGEM Investigação do MP contra Flávio Bolsonaro deve avançar



www.atarde.com.br/politica

O colunista Levi Vasconcelos está de férias e retornará em fevereiro próximo.

ENTREVISTA Augusto Aras, procurador-geral da República

“O PROBLEMA DAS FORÇAS-TAREFAS SEMPRE FOI A INFORMALIDADE”

OSVALDO LYRA

O procurador-geral da República, Augusto Aras, é enfático ao falar do fortalecimento das ações de combate à corrupção no País. Ao apresentar dados do Ministério Público Federal, o PGR disse que existem hoje em curso no Brasil 18.284 investigações de combate à corrupção. Para ele, a crise percebida no último ano dentro do MPF se deu pela falta de institucionalidade e pela informalidade nas forças-tarefas. “O Estado não pode viver sob a égide da informalidade”. Em sua residência em Salvador, o procurador-geral da República disse ao A TARDE que os inquéritos abertos e levados ao STF “conferiram estabilidade ao país e frearam um avanço extremista”. Ao ser questionado sobre a politização em torno das vacinas, ele disse que “não cabe ao Ministério Público, à magistratura, dizer se a vacina A, B ou C é boa ou ruim”. “Isso tem que ficar a cargo da ciência”. Confira:

Que avaliação o senhor faz do trabalho à frente da Procuradoria Geral da República?

Graças à colaboração dos meus colegas, eu pude delegar funções ao vice-procurador-geral da República e a outros colegas. Essas delegações, que são um ato de confiança na competência, na seriedade, na eficiência desses colegas, resultaram em algo extremamente importante, que é o fato de nós termos em um ano recuperado ativos de corrupção de quase R\$ 5 bilhões. Nós termos potencializado o combate à corrupção, o que chega a quase 200 pessoas com prerrogativa de fórum no Supremo e no STJ que foram presas ou estão afastadas de seus cargos e mandatos eletivos ou estão sendo processadas criminalmente ou investigadas, ou são destinatários de busca e apreensão. Quase 200 pessoas. Nós tivemos o maior número de ações constitucionais. Tudo isso supera os últimos seis anos das gestões que me antecederam. Evidentemente que o procurador-geral não é o responsável sozinho por essas conquistas institucionais, mas o conjunto de colegas que contribuem para que números e resultados se apresentem de forma efetiva.

Impasses da PGR com integrantes da Operação Lava-Jato mostraram a falta de unidade no Ministério Público Federal. Essa fase de tensionamentos passou? Ficaram sequelas?

O grande problema das forças-tarefas sempre foi a sua falta de institucionalidade, a sua informalidade. Nosso desafio é exatamente conferir institucionalidade. Nós criamos os primeiros Gaecos [Grupos de Atuação Especial ao Crime Organizado] federais. Embora já houvesse previsão normativa desde 2014, somente na minha gestão foram criados os primeiros Gaecos. Dos estados que ainda carecem desses grupos por falta de manifestação das unidades locais, falta o Rio de Janeiro. Os Gaecos



Pedro França (Ag. Senado) / Divulgação

são órgãos que têm projeto, planejamento, execução e, inclusive, têm verba orçamentária. O que não podíamos fazer é deixar que cada força-tarefa fosse um Ministério Público distinto, mas o responsável pelo pagamento dessas despesas, de passagens aéreas e outras tantas despesas, ficasse no CPF do procurador-geral da República. Isso é a marca da informalidade. O Estado não pode viver sob a égide da informalidade. Toda informalidade, como a das forças-tarefas até então existentes, antes da minha gestão, não tinha início, meio, nem fim. Isso gerou várias disfuncionalidades. Desde a questão orçamentária, quando o procurador-geral não tinha nenhum controle, mas podia controlar indiretamente fechando algum gargalo ou não. E eu não fechei nenhum gargalo de força-tarefa. Pelo contrário, apoiei todas as forças-tarefas, mas exigi que elas se adaptassem à institucionalidade através dos Gaecos. E mais que isso. Sem controle, até disciplinar, nós vimos alguns excessos, que vêm sendo corrigidos. Acredito que uma das grandes bandeiras da minha gestão é a unidade institucional. Quando eu tomei posse, havia, na verdade, vários Ministérios Públicos Federais dentro de um único MPF e é impossível que isso aconteça dentro do âmbito do Estado.

Qual o momento mais delicado que o senhor passou à frente da Procuradoria ao longo desses 15 meses?

Todos os momentos são delicados porque o cargo de procurador-geral da República é um cargo ocupado por uma autoridade monocrática, assim como o presidente da República. Os órgãos monocráticos são muito mais cobrados pela sociedade, pela imprensa, porque todos os acertos, ou não, são cobrados do seu titular. Não

são cobrados de um colegiado pequeno ou grande. Então, a importância do procurador-geral da República, qualquer que seja o titular, decorre exatamente da compreensão dos grandes temas nacionais. E na nossa gestão enfrentamos grandes temas nacionais, a começar pela discussão, logo após a minha posse, do compartilhamento dos dados do UIF/COAF, depois a prisão em segunda instância. Em seguida, nós tivemos a questão da Covid, da competência concorrente da União, dos estados e municípios. Enfim, quantos temas nós temos debatido? A questão da liberdade de expressão, do inquérito dos atos antidemocráticos que vinham crescendo e eu diria que, em razão das nossas atividades institucionais, mesmo diante aquele extremismo que avançava numa rapidez imensa, conseguimos fazer cumprir as leis do país e a Constituição e demos estabilidade junto com as medidas adotadas perante o Supremo Tribunal Federal. Então, não há um dia que não seja delicado. E a pauta que o ministro Fux já lançou para 2021 revela o quanto o Supremo e a PGR vão ser demandados.

Como o senhor tem visto o trabalho da Procuradoria no enfrentamento da pandemia e essa ameaça real do crescimento de infecções e de uma segunda onda no país?

Primeiro, temos que entender que o sistema de Justiça não trabalha com incertezas empíricas, que são aquelas que demandam investigações científicas. O universo do operador do Direito é o universo das relações jurídicas. Só excepcionalmente é que o operador do Direito trabalha com relações factuais. Isso é uma exceção no Direito. Então, não cabe ao Ministério Público, à magistratura, dizer se a vacina A, B ou C

é boa ou ruim. Isso compete aos órgãos científicos, à academia, às instituições que cuidam dessa área extra jurídica.

Preocupa a politização que a gente vê ainda no cenário nacional entre os atores da política?

A politização, como fato social relevante, ocorre em muitos momentos. Houve um tempo em que a po-

Os excessos dos segmentos que atuam em nome do Estado devem ser punidos

Os inquéritos que levamos ao STF conferiram estabilidade e frearam avanço extremista

Não cabe ao MP, à magistratura, dizer se a vacina A, B ou C é boa ou ruim

Temos 18.284 investigações de combate à corrupção em curso em todo o País

litização estava no futebol, com João Havelange e os governantes da época. Houve um tempo em que a politização já estava no Carnaval. E houve um tempo corrente em que a politização se trava entre os três poderes de uma forma atípica. Então é muito importante que nós compreendamos que a cidadania e o avanço civilizatório aumentam o grau de civilidade, de civismo e promovem uma politização. O ruim da politização é quando isso ganha o extremismo. Mas a discussão de todo e qualquer assunto relevante socialmente há de ser objeto de debate. A busca pelo consenso social faz essa saudável politização. Agora, jamais admitamos o extremismo. Os extremos não combinam com a democracia.

O clima político arrefeceu no País ou vivemos ainda sob uma onda extremista?

Eu acho que os inquéritos que abrimos e levamos ao STF conferiram estabilidade ao país e frearam um avanço extremista que nós não conhecíamos. E eu diria aqui de forma muito tranquila: o governo federal esteve mantendo sua capacidade de enxergar essa estabilidade como algo positivo. Não se viu, pelo menos de forma consciente, atos do governo federal que propiciassem o extremismo. O estilo de alguns membros do Poder Executivo pode ser entendido por alguns como uma forma enfática. Mas não vamos confundir extremismo social, que foi o que nós vimos no inquérito 4.828, que apura organização desses eventos antidemocráticos, com manifestações individuais que estão no contexto da liberdade de expressão, que, na esteira do modelo americano, a Suprema Corte Brasileira adotou como o primeiro dos princípios constitucionais brasileiros. Então

não podemos confundir liberdade de expressão de quem quer que seja com o extremismo sistêmico, organizado, patrocinado por determinados segmentos sociais.

Como o senhor vê os eventuais excessos na magistratura e nos operadores do Direito?

Os excessos de todos os segmentos que atuam em nome do Estado devem ser punidos. Devem ser coibidos, devem ser objetos de fiscalização permanente. O contribuinte que paga os agentes públicos não pode ser vítima daqueles que recebem do seu sacrifício. O Estado não foi feito para enriquecer seus agentes. O Estado é uma construção do nosso processo civilizatório para promover a vida harmônica e o bem-estar social.

Como vê os avanços das investigações da Operação Faroeste?

A Operação Faroeste teve início, não com esse nome, mas os atos de investigação começaram em 2012. Passaram por quatro gestões da PGR. De alguma forma, a execução desses atos investigatórios na via judicial veio a acontecer na minha gestão. Mas justiça se faça aos meus antecessores, todos eles conduziram essas investigações de forma regular durante todos esses anos. Agora o futuro dessas investigações vai depender muito de tudo que ainda vai ser apurado nos materiais sob análise encontrados nas buscas e apreensões, nas delações premiadas e nas investigações ainda em curso. Então nós não sabemos quando termina. O que nós sabemos é que as instituições do sistema de justiça e as instituições em geral não podem ser objeto de generalizações ou extirpações. Elas devem se autoretificar. Se elas não conseguem se autoretificar, se autoconter, aos demais entes do Estado que são encarregados de fiscalizar e controlar em um grande sistema de freios e contrapesos, compete retificá-las, não acabá-las.

Muitos adjetivos marcam a atuação de quem o antecedeu. Entre eles, de “engavetador Geral da República”. Como pretende ser lembrado pela sua passagem pela PGR? Como um pacificador?

A marca mais importante que eu quero deixar é que eu cumpri a Constituição e as leis do meu país. E a de “engavetador” passa longe. Basta dizer a você, isso é muito importante, que na minha gestão, e pela primeira vez na história da Procuradoria-Geral da República, em fevereiro não haverá processo pendente. Tanto o passivo que eu recebi, quanto todos os processos da minha gestão, zerados. Chegaremos a fevereiro com a Procuradoria Geral zerada no seu acervo. Quem faz isso só pode dizer que não lhe cabe nenhum epíteto dessa natureza ofensiva à dignidade das pessoas que cumprem com seu dever constitucional.

LUIÇA CARVALHO *

PROSPERIDADE Apenas 16% dos brasileiros conseguiram alcançar os objetivos traçados para 2019

Planejamento ajuda a atingir metas financeiras no novo ano

O novo ano já chegou e é hora de pôr as contas na ponta do lápis. Durante o período, é tradição revisar aspectos da vida e traçar planos para o ano seguinte. Neste balanço, não é incomum a reavaliação de hábitos financeiros e a inclusão de novas formas de lidar com o dinheiro na lista de desejos para o próximo ano. Para auxiliar neste momento, economistas indicam quais práticas essenciais devem ser incorporadas à sua vida financeira em 2021.

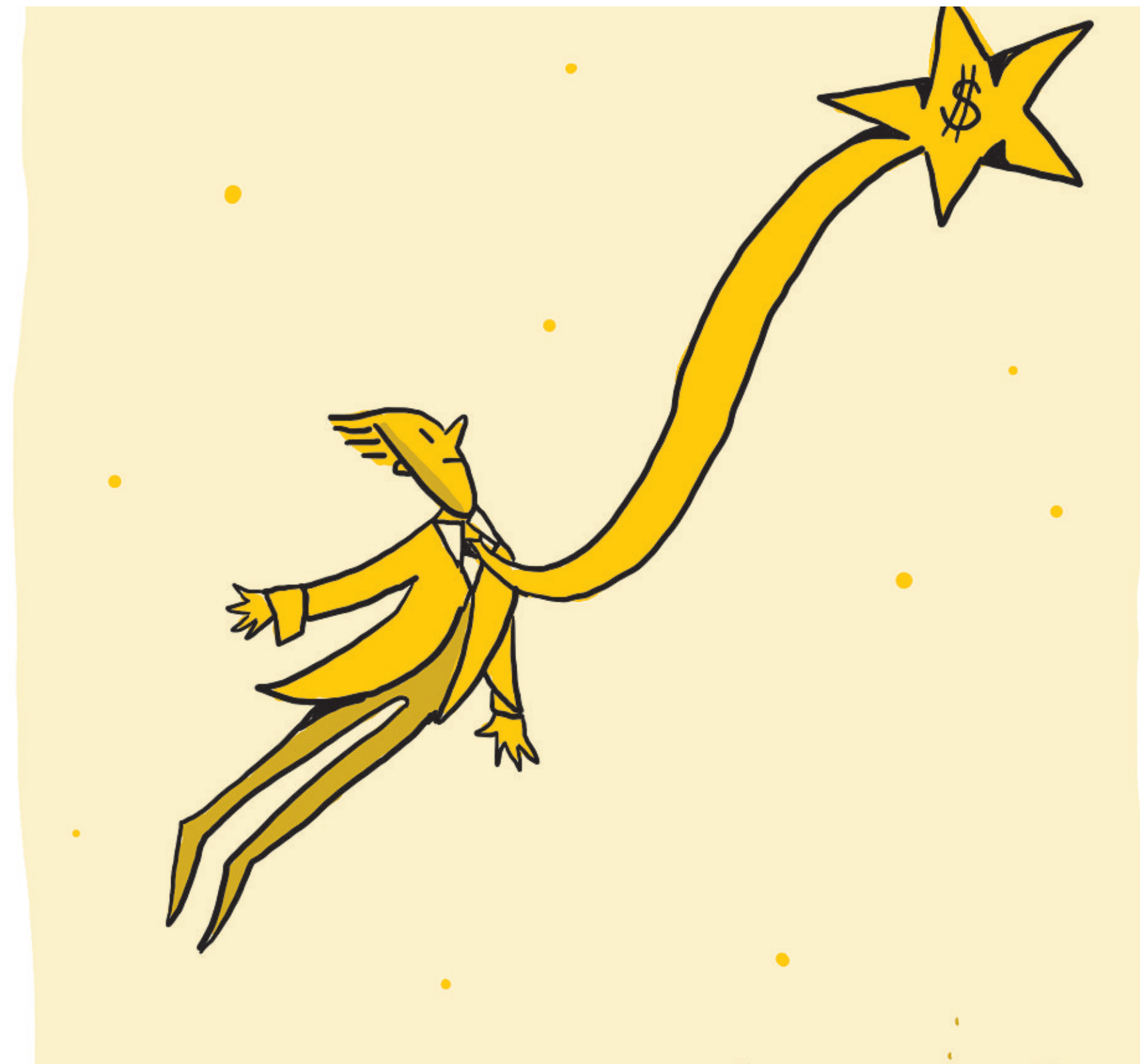
Ter uma melhor relação com o dinheiro é uma vontade frequente da população, no entanto nem sempre os desejos idealizados para a área financeira são realizados. De acordo com pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no início de 2020, apenas 16% dos brasileiros conseguiram alcançar as metas financeiras traçadas para o ano passado.

Para mudar esse cenário, o economista e educador financeiro Edval Landulfo destaca que o primeiro passo é encarar o planejamento financeiro como uma prática contínua. A organização dos gastos não deve se limitar apenas às despesas grandes ou futuras, mas precisa ser uma atividade incorporada ao cotidiano.

Uma das formas de se organizar no dia a dia é através da anotação dos gastos, inclusive daqueles considerados mínimos. "A maior sabotadora é a ideia de que você está guardando na cabeça os pequenos gastos. Eles quase sempre são esquecidos pouco tempo depois", diz Edval. Sabe aquelas compras pequenas, às vezes até feitas com valores promocionais, que no fim do mês resultam numa conta bem maior do que a esperada? Não se ater aos menores gastos faz com que essas surpresas desagradáveis sejam constantes.

O economista e vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-Ba) Gustavo Casseb Pessoti assinala que, para conseguir equilibrar as finanças, é necessário conhecer seu orçamento. Isso pode ser feito por meio de uma planilha básica ou até mesmo usando uma folha de caderno. Porém essa etapa costuma ser considerada desconfortável. Muitas pessoas têm receio de olhar para suas despesas ou se sentem envergonhadas por elas. O economista alerta que pensar dessa forma é bastante prejudicial. Para Gustavo, ter uma dimensão real dos gastos e de como eles são feitos é a melhor maneira de conseguir ressignificar hábitos de consumo e, consequentemente, reduzir as despesas.

O conhecimento da vida financeira também passa por saber qual porcentagem



"A pandemia [de Covid-19] trouxe a necessidade de pouparmos"

THAMIRES FIGUEIREDO, consultora

"Os pequenos gastos quase sempre são esquecidos em pouco tempo"

EDVAL LANDULFO, economista

dos ganhos é destinada aos bens de primeira necessidade, conhecidos também como custos fixos. Os custos fixos são os gastos essenciais, aqueles impossíveis de serem retirados da subsistência. Geralmente, é para onde vai a maior parte do salário. Tendo uma maior noção do quanto é despendido com eles, é possível se preparar para incluir no seu orçamento algo importante: a reserva.

Os economistas indicam que, pelo menos, 10% da renda deve ser poupada. A reserva precisa ser pensada como uma prioridade e não a partir da ideia de "guardar o que sobra". Falar em poupança pode ser delicado, por isso os especialistas indicam sempre pensar na reserva

como uma garantia de tranquilidade financeira em um momento emergencial ou imprevisto, como a pandemia.

13º salário

O 13º salário é recebido por muitos trabalhadores nas proximidades da virada do ano. A bonificação, por vezes, é gasta em presentes para as festividades natalinas ou nas férias de verão, o que os economistas consideram um equívoco. Gustavo Casseb Pessoti, vice-presidente do Corecon, destaca que é mais saudável financeiramente que esse dinheiro seja direcionado ao pagamento de débitos ou a investimentos.

As compras à vista e no crédito também não podem

ser feitas de forma arbitrária. Um hábito que leva à desorganização financeira é a realização de pequenas compras, como em padarias ou em lojas de conveniência, com pagamento no cartão de crédito. O consultor financeiro Edval Landulfo alerta que é preferível que o crédito seja usado na compra de bens duráveis e que as aquisições menores sejam feitas à vista.

A estudante de direito e fundadora da empresa de consultoria pessoal WePlan YouDo, Thamires Figueiredo, acredita que a educação financeira é de extrema importância. Ela busca colocar em prática os preceitos que tem aprendido sobre o tema e já traçou suas metas para 2021.

Thamires acredita que o contexto atual reforça a necessidade de se fazer reservas. "Temos um grande desafio. A pandemia trouxe, além de muitas perdas e ensinamentos, a necessidade de pouparmos. A ausência ou presença de uma reserva financeira fez toda a diferença", diz.

O segredo para "não deixar as metas de ano novo morrerem na praia, segundo Thamires, é dividi-las em metas mensais e semanais de maneira detalhada. É importante também que esse planejamento seja revisado constantemente a fim de que gastos não essenciais sejam cortados.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Edital que beneficia servidores públicos (2)



Waldir Santos

Advogado da União, palestrante, professor e autor de livros sobre métodos de estudos para concursos

waldir@waldirsantos.com.br
Instagram e Twitter: @waldirconcursos
Facebook.com/waldirconcursos

Na primeira parte explicamos como se dá o favorecimento de servidores públicos por meio dos critérios de desempate nos concursos,

e mencionamos o caso de uma lei paraense. É importante ressaltar que na maior parte das vezes esse privilégio é estabelecido em edital, e não por meio de lei, o que agrava um pouco a situação, até pelo fato de que assim, incidindo em casos concretos, dificilmente a regra será questionada.

Não se pode deixar de dar atenção a esse tipo de regra, supondo que ela será aplicada poucas vezes, por tratar apenas de situações de empate, e que nunca nos atingirá. É muito grande o número de casos, mas isso

não é percebido em razão de que a maior parte das pessoas só acompanha as primeiras convocatórias. E é justamente nas convocatórias posteriores, que abrangem um maior número de candidatos aprovados, que as regras de desempate incidem. Quem acompanha muitos resultados percebe facilmente que nos concursos mais interessantes e mais disputados do Brasil, em que há um número gigantesco de candidatos, às vezes superando a casa do milhão, há muitas situações de empate

exatamente naquele lugar onde a pessoa será ou não será chamada, o que torna os critérios de desempate muito importantes na decisão sobre quem será nomeado. Aquelas pessoas que têm pontuação extrema, ou seja, muito acima ou muito abaixo não estarão sujeitas a critérios de desempate, ou pouco se importarão com eles, se isso não interfere na sua condição de convocado ou não convocado.

Considerando que esse tipo de regra vai interferir decisivamente na vida de mui-

tas pessoas, é preciso que haja muita responsabilidade, por parte dos gestores, na hora de estabelecer os critérios, o que compete, aliás, ao próprio edital, nada impedindo, no entanto que haja previsão na lei à qual o edital estará subordinado.

Para que as pessoas compreendam a gravidade do assunto, é preciso lembrar que sempre que se dá, nos concursos públicos, alguma vantagem a um candidato ou grupo de candidatos, retira(m)-se de outra(s) pessoa(s) a(s) vaga(s), ou no mí-

nimo, a classificação a que teria (m) direito. Isso significa que o critério de desempate sempre precisa excluir uma pessoa para incluir outra. Felizmente o julgamento ocorrido no Supremo Tribunal Federal foi no sentido de considerar inconstitucional essa diferenciação.

Na continuação deste tema iremos explicar os fundamentos do julgamento feito pelo STF, para bem orientar os leitores que eventualmente se encontrem na situação em que irão precisar defender seus direitos.

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

PL de Ano-bom vai desonerar empresas

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou, em sessão extraordinária, o Projeto de Lei 24.042/2020, com o objetivo de modificar o texto da lei de taxas estaduais cobradas às empresas. O texto modificou o estabelecido na lei anterior sobre o tema: 11.631/2009.

Este PL tramitou com velocidade acima da média, ao aprovar nove sugestões de emendas apresentadas pela Câmara de Assuntos Tributários das federações do Comércio (Fecomércio) e das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

O objetivo, comemorado junto à expectativa de um ano-bom para o comércio e a indústria, foi alcançado com a exclusão de criação de novas multas, alegando-se os efeitos produzidos pela pandemia, na redução das vendas e aquisição dos insumos industriais.

O comércio de bens, serviços e turismo foi muito penalizado pela pandemia e novas obrigações tributárias tornariam a retomada ainda mais difícil”, afirmou o presidente da Fecomércio, Carlos Andrade

REDUÇÃO DE TAXAS - Como acréscimo, o PL aprovado também reduz os valores das taxas relacionadas ao trabalho do Corpo de Bombeiros Militar, uma das reivindicações dos setores mais fortes da economia.

A vitória de empresários lojistas e dos industriais somente tornou-se possível graças à articulação da Frente Parlamentar do Setor Produtivo, tida como decisiva para a inclusão no texto de itens sugeridos pelas federações.

Com a desoneração dos empresários, espera-se a possibilidade de evitar desemprego e contribuir para novos investimentos, embora as incertezas do cenário pandêmico permaneçam.

“O negacionismo [científico] está com os dias contados.

Prevalecerá o diálogo, a construção coletiva, a compreensão de que há mais em comum entre nós do que as nossas visões distintas nos separam”

BRUNO COVAS, prefeito de São Paulo, em discurso de posse para o segundo mandato ontem



Rafael Martins / Ag. A TARDE

A ESPERA | *Novos ciclos costumam vir de mãos dadas com as nossas aspirações de um tempo melhor. Fazemos planos, torcemos, agimos, e especialmente esperamos que o que não está em nosso poder... melhore. Assim venha 2021: melhor para todos*

Prodígios fakes ocorridos no dia do Natal

Luiz Mott

Professor titular de antropologia da Ufba
luizmott@oi.com.br

Consta no Evangelho de São Mateus, que nas últimas horas que Jesus agonizou na cruz, “toda a Terra tornou-se coberta de trevas, ao mesmo tempo o véu do Templo de Jerusalém se dilacerou ao meio, a terra tremeu, as pedras fenderam-se, os sepulcros se abriram e vários corpos dos santos, que estavam no sono da morte, ressuscitaram e saindo de suas tumbas vieram para a cidade santa, e foram vistos por várias pessoas. (Cap.27) Intrigante que nenhuma outra fonte histórica da época menciona fenômenos tão extraordinários. Fake news?

Fenômenos ainda mais inverossímeis são atribuídos por alguns doutores da

Igreja, como Santo Agostinho e São Jerônimo (séc. V), ocorridos para marcar o nascimento do Messias. A única referência bíblica a tais milagres é a estrela de Belém, identificada pelos astrônomos como eclipse do alinhamento de Júpiter e Saturno. Foi, contudo, o principal teólogo franciscano, São Boaventura (séc. III) quem sistematizou uma dúzia desses pueris prodígios.

O mais citado é “uma estrela brilhantíssima na qual se via a figura de um

Intrigante que nenhuma outra fonte histórica da época menciona fenômenos tão extraordinários

belíssimo menino, com uma cruz na cabeça”. O segundo prodígio ocorreu em Roma: “ao meio-dia de 24 de dezembro, apareceu sobre o Capitólio, junto ao sol, um círculo dourado, tendo ao centro uma virgem belíssima, portando um menino.” Séculos depois foi ereta ali mesmo a belíssima basílica Santa Maria Araceli, que teve o prazer de visitar muitas vezes.

Mais dois milagres em Roma: desmoronou o Templo da Paz e para gaudío dos romanos, começou a jorrar uma fonte de puro e abundante azeite de oliva: viva Jesus! Porém, como o Pai do Menino Jesus sempre foi um Deus violento contra seus inimigos, na noite do Natal, instigou ao Imperador que executasse 30 mil rebeldes, que foram direto para o inferno! Pior sorte tiveram os homossexuais: “Todos os sodomitas, homens e mulheres, morreram por toda a Terra, conforme disse São Jerônimo, limpando o mundo do mais

torpe, sujo e desonesto pecado”. Recentemente o Papa Francisco, após visitar o Brasil, declarou: “quem somos nós para julgar os gays!”

Mais milagres, invencionices do povareu: “Na Judéia um animal emitiu palavras, para que se compreendesse que nascia Aquele que aos bestiais transformaria em racionais” e “logo que o Menino nasceu e foi reclinado no presépio, um boi e um asno ajoelharam-se e, como se fossem dotados de razão, O adoraram.” Um franciscano aqui da Bahia disse nesse Natal que o bafo quente desses quadrúpedes aqueceram o corpinho do Bambino.

Também no continente africano se manifestou o poder divino: “todos os ídolos do Egito se espatifaram” e no Oriente, “três sóis apareceram, e aos poucos se transformaram em um só corpo solar, profetizando o dogma da Santíssima Trindade.” Amém!

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Novos motivos para viver

Há um ano, tínhamos conhecimento de um surto de pneumonia em Wuhan, na China, causado por um novo coronavírus como alertou à época o oftalmologista dr. Li Wenliang. Não podíamos avaliar o que isso iria causar a todo mundo. Hoje, felizmente, já aprendemos a enfrentar os males que esse vírus traçoeiro causa a curto e médio prazo. E a cada dia surgem novos fármacos e imunizantes para se somarem ao arsenal existente, incluindo várias vacinas. Precisamos usar todos esses meios para sustar a propagação do vírus É um ano novo que não dispensa atenção, cuidados e sabedoria a cada dia, e que tem tudo pra ser motivo de muitas felicidades a todos nós, com as graças de Deus Pai. Amém! JOSÉ RENATO ALMEIDA, JRMALMEID@GMAIL.COM

Grande equívoco

Pensar que a mídia escrita ou rádio estão desaparecendo é um grande equívoco. Na semana passada, escrevi um artigo falando da nossa querida Baixa dos Sapateiros e fiquei muito feliz e um tanto quanto impressionado com as pessoas que leram a coluna “Espaço do Leitor”, do Jornal A TARDE. O primeiro comentário veio do amigo Badá, frequentador dos cinemas que citei no texto e apaixonado pelo Centro Histórico. Outro

me parou no Pelourinho para dizer que faltou eu citar o Clube da Guarda Civil, que nos fins de semana a gente podia ver a fila para o Cinema Tupi se encontrar com a fila do clube, com uma diferença social gritante entre uma fila e outra. Uma senhora me deu parabéns, mas cobrou que eu não tinha citado o terminal do Aquidabã e o primeiro arco, me lembrando de um histórico quebra-quebra que aconteceu no espaço, por ocasião de um aumento da passagem dos ônibus, que deixou o povo revoltado. Num determinado show no local, o artista inadvertdamente começou a cantar: “Quebra, quebra, quero ver quebrar” e o couro comeu!

O Brasil não conhece mais a Ética e não é um País sério, elegeu presidente que goza com as duzentas mil mortes, da vacina faz troça e celebra a tortura

Outra me falou do restaurante do alagoano, na Sete Portas, onde muitas madrugadas quando saíamos da redação dos jornais, íamos nos deliciar da feijoada do alagoano e alguns nos depois veio a Codorna do Vadinho. Vem outra pessoa e fala da Cantina do China, que era no Barbalho, e às vezes saíamos do Alagoano para tomar uma saideira lá. Outra me cobrou que não falei da Fábrica de Cofres Luzitano, que ficava em frente à Ladeira do Funil... Me trouxeram tantas recordações... Recordações que não me matam, mas me enchem de vontade de viver! CLARINDO SILVA, CLARINDO-LUA@BOL.COM.BR

Bacalhau

Nessa época do ano, existe grande procura por essa iguaria de preço proibitivo. Lembro que alcancei os tempos em que era comida de pobre, vendido nos armazéns, ficavam nas barricas de madeira e quando adquiridos eram enrolados em jornal, pois as pessoas tinham vergonha. Conta minha mãe, do alto dos seus 101 anos, mas ainda lúcida, que quando estudava na escola Abrigo dos Filhos do Povo, no bairro da Liberdade, era comum a distribuição de um bacalhau e um par de tamancos para os alunos. BENEDITO FERNANDES DE OLIVEIRA, BFO1947@GMAIL.COM

Ética em falta

O dever é do campo da Ética, o dever é para todo animal político, como dizia Aristóteles. Homem das humanidades que vive em sociedade deve responder por ela. O “affectus societatis” reza por esse direito que um deve zelar pelo outro, tratar com lhanza e o vizinho ao lado. O Brasil não conhece mais a Ética e não é um País sério, elegeu presidente um psicopata que goza com as duzentas mil mortes e da vacina faz troça e celebra a tortura com ufanismo estulto. Os Jornalistas, juristas e outras autoridades apurem isso ou peçam especialistas comprovarem. Os brasileiros estão na indigência pandêmica. Ninguém da República olha pra essa calamidade. Os presidentes da Câmara e do Senado cuidam dos seus poderes com eleições dos sucessores. O STF ainda não entendeu a Constituição da República. Talvez lhe falte a Ética e a tentativa de aquisição prioritária da vacina contra a covid-19, traz a prova. Por outro lado, também o Supremo obriga o povo a votar para eleger um fausto corrupto de políticos e se vê cair na desgraça da vida desvalida. Sem hospital sem remédios e sem poder enterrar o seu parente morto - no ato que fundou a Ética, segundo a história das Humanidades. CARLOS CAIRES, CARLINHOSCAIRES@GMAIL.COM

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Câmara quer ampliar agravantes de crimes

Uma das primeiras pautas previstas para análise pela Câmara, tão logo voltem os trabalhos legislativos, será a proposta de agravante para qualquer crime, caso inclua algum tipo de discriminação.

A tentativa de tornar mais dura e ampla a legislação tem como objetivo evitar a repetição de crimes por motivo torpe, acrescentado preconceitos de etnia, religião, país de origem e orientação sexual.

Embora o texto da lei não explique com precisão o entendimento dos parlamentares em relação aos conceitos de raça e cor, estes também fazem parte da relação de circunstâncias agravantes da pena para todo tipo de crime e não apenas assassinato.

A medida passaria a integrar o Código Penal Civil, acrescentando ao texto, de um modo geral, a discriminação das vítimas como item capaz de ampliar o tempo de detenção dos apenados. O acréscimo foi aprovado pelo Senado, depois da morte de João Alberto Silveira Freitas, em espancamento atribuído a trabalhadores de segurança de um supermercado de Porto Alegre.

Coronel e a vacinação

O senador Ângelo Coronel (PSD) apresentou projeto de lei para tornar crime disseminar notícias falsas sobre vacinas, não se vacinar ou não vacinar os filhos em situação de emergência de saúde pública. No entanto, ao ser perguntado se tomaria a vacina contra a Covid-19, o parlamentar respondeu que, por ter contraído o coronavírus, não teria necessidade de se vacinar, já que possuiaria anticorpos. Terminou apanhando tanto dos "antivacinas" quanto daqueles que compreendem a importância da imunização por todos. Especialistas apontam a necessidade de vacinação mesmo daqueles que já foram infectados.

"A população criou uma expectativa grande com essa direita que chegou ao poder e viu que ela não consegue dar andamento às pautas. Falta um pouco de conteúdo e precisa de menos rede social"

JANAÍNA PASCOAL, deputada estadual em São Paulo, em entrevista concedida ontem à Folha de S.Paulo

Indústria prevê crescimento

A indústria baiana começa o ano-bom com a expectativa de crescimento de 5% para 2021, ao ritmo da expansão nacional, com possibilidade de aumento se o controle da pandemia permitir maior otimismo. Outro viés apontado pelas lideranças da indústria refere-se à importância de aprovação das reformas administrativa e tributária, como já vêm sendo debatidas em videoconferências, por conta da necessidade de evitar encontros presenciais. O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Ricardo Alban, é uma destas lideranças sempre prontas a reivindicar estas alterações na legislação, por considerá-las urgentes.

- Esta é uma necessidade imperativa diante do impacto que a pandemia causou, vem afirmando o presidente da Fieb.

Parque sob disputa

Deputados da oposição e da base do governo Rui Costa reivindicam que o Estado mantenha uma área de 100 mil metros quadrados no Parque de Exposições de Salvador na Paralela, para as entidades da agropecuária baiana, mesmo com a venda do espaço. O deputado Eduardo Salles, líder do PP, é um dos defensores. Ele lembra que o setor agropecuário é responsável por 25% do PIB baiano, e diz que entidades do segmento defendem a manutenção do espaço.

- O Parque de Exposições na capital é vital para que esses números continuem positivos, afirmou Salles.

O líder governista, deputado Rosemberg Pinto (PT), disse que está tratando da questão com integrantes do governo, mas que ela ainda não está definida.

Leilões na mineração

Até o dia 1º de março deste ano estará aberta a segunda Rodada de Disponibilidade de Áreas lançada no final de 2020 pela Agência Nacional de Mineração (ANM), somando 7.027 áreas para pesquisa e lavra através da concessão à iniciativa privada em todo país. A Bahia tem 19,43% deste total, somando 1.340 locais para pesquisa e 17 para lavra, distribuídos em cerca de 60% dos municípios do estado, principalmente para areia, argila e o charnoquito, uma espécie de granito, bem como para mármore e sienito, dentre outros. Conforme o Ministério da Economia o processo visa dar continuidade a projetos minerários já outorgados a terceiros, mas que retornaram à ANM por algum motivo. Os interessados devem elaborar projetos técnicos e fazer ofertas em dinheiro. O leilão para desempate de casos está previsto para ocorrer entre 08 e 15 de março, quando houver igual oferta para uma mesma mina.

MIRIAM HERMES, DIVO ARAÚJO E RODRIGO AGUIAR



Uendel Galter / Ag. A TARDE

FORTALEZA | *As preces de baianos e visitantes ao Senhor do Bonfim é um símbolo dos mais fortes da fé do povo brasileiro. Reafirmar a própria fé, qualquer que seja ela, constitui a fortaleza de muitos de nós. Sejamos fortes porque os tempos exigem*

Nossos limites

Gildecide Oliveira Leite

Escritor, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, professor da Uneb
gildecide.leite@gmail.com

Em um desses janeiros de meninice, fomos passear em um velho saveiro, movido por uma vela ou traquete, onde o vento soprava com vontade própria. Mesmo comandado por marujos experientes, o saveiro insistia em exigir de nós passageiros, quase todos desatentos, molejos próprios de quem já sabia concordar com os ventos e as rebeldias das marés para seguir direções por vezes contrárias às determinações da natureza. Corpo para lá, corpo para cá, sempre em lado contrário à proximidade da água para a embarcação não virar. Aproveitar o vento e a maré em sentidos opostos ao seu destino não é para qualquer um, con-

tudo quem pensa que engana a natureza, engana-se, ela nos testa a todo momento. É lá marujada!

O casco da velha embarcação fazia água e o molejo obrigatório colocava para dentro do animado saveiro mais água, que as mulheres atentamente pediam que tirassem ao tempo que mantínhamos a obrigação do equilíbrio. Era tudo festa, medo e respeito às águas e aos ventos. Chegamos do outro lado, do lado oposto à terra firme, que possuía uma pequena

Aproveitar o vento e a maré em sentidos opostos ao seu destino não é para qualquer um

faixa de terra, totalmente inundável na maré grande, mesmo que não fosse maré de março.

O próximo desafio talvez tenha sido o mais gostoso de todos. Tínhamos hortaliças, temperos para a comida, azeite de dente, água, a melhor farinha da ilha, legítima copioba feita fora de Nazaré das Farinhas. Os peixes e siris pegáramos ali mesmo, do contrário as horas de diversão seriam encurtadas, forçando-nos à volta antecipada para providenciar o alimento em casa. Pequenas redes de arrasto, quase uma dezena de linhas para pegar siri, os sorrisos das crianças ao capturarem o alimento, às vezes devolvido ao mar por seu estado de reprodução ou juventude.

Perdermos as horas e perdermo-nos nelas. Já era um pouco tarde quando os adultos perceberam que não conseguiriam driblar as águas e os ventos naquele velho saveiro com tanta gente, resolve-

ram buscar ajuda. As águas e os ventos levaram o saveiro para longe em sentido contrário à terra firme, enquanto as águas ameaçavam inundar toda a faixa de terra e nos deixar sem abrigo. Vendo o desespero, um primo velho, quase tio, resolveu apelar para os encantados e traçou um limite para as águas, suplicando pelo atendimento do pedido. Olhámos, chorando, as marcas anteriores nas altas estacas.

Miraculosamente as águas atenderam aos pedidos, deixando-nos apenas com pernas submersas em parte da pequena faixa de terra. Até hoje existe a linha no alto da faixa da terra, na fé de todos ali. Desafiamos os orixás, a natureza, levamos o susto merecido. Vamos idealizar a linha limite, pedir perdão por nossas faltas, por nossas afrontas ao que não podemos controlar. Quanto pode o dinheiro controlar? Feliz ano novo!

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

👉 Aplausos a ACM Neto

Para uma cidade cheia de desigualdades sociais, econômicas, nada supera termos tido um prefeito que durante 8 anos provocou a transformação positiva que ACM Neto fez em Salvador. Com os olhos sobre toda cidade, fez obras no subúrbio, toda a periferia, bairros onde nunca o poder público pisou os pés. Sinto orgulho em ver um gestor do seu quilate, onde contemplou toda a cidade, bairros humildes, distantes e ao mesmo tempo, o Centro, e todos os bairros tem seu dedo, seu cuidado com melhoramentos, requalificando e valorizando cada bairro e cada comunidade. Gestores como Neto dão orgulho a seus moradores. Parabéns, Neto! **ROGÉRIO MAGNO DE CAMPOS CÂNCIO, ROGERIOMAGNOCANCIO@HOTMAIL.COM**

👉 O ano que não terminou

Para 2021, a dupla golpista, neofascista e neoliberal impõe um ciclo de devastação e terror ao povo e ao País. Ciclo criminoso: de um lado, neofascismo ataca com agenda de costumes medievais (racismo, machismo, perseguição aos homossexuais, aborto, meio ambiente, violência policial, corrupção, milícia), empurra o povo para o paredão da morte na pandemia, seguindo orientação do mercado. De outro, neoli-

beralismo aperta o garrote contra o Estado, retira direitos trabalhistas, retira receitas oriundas do capital, corta gastos sociais, endivida o governo federal obrigando a emitir (vender) títulos desvalorizados, ampliando dívida pública do País e do contribuinte. O suporte ao terror quem dá, pela ordem: forças armadas, grande mídia, Estado, mesas do Congresso Nacional, PGR, parte do Supremo Tribunal Federal. Aproveita a pandemia, que afastou a oposição da luta. A saída somente ocorrerá com o "Fora Bolsonaro" e o volta Lula (Estado de direito). **ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR**

Para uma cidade cheia de desigualdades sociais, econômicas, nada supera termos tido um prefeito que durante 8 anos provocou uma transformação positiva

👉 Críticas infundadas

A reação colérica do então prefeito ACM Neto às iniciativas do Secretário da Educação da Bahia, quando este decidiu substituir, por decreto, o nome de algumas escolas estaduais, notadamente no interior do estado - que homenageavam seu avô e tio -, por figuras de proa do setor educacional, tem a finalidade única de tentar atingir o governador Rui Costa, até porque, nestas circunstâncias, em qualquer País que se respeite, seria inadmissível batizar escolas públicas com nomes de políticos sem compromisso com as atividades essenciais. Parabéns ao secretário pela feliz iniciativa, ao realizar a tardia mas necessária correção, uma vez que Paulo Freire continua sendo referência mundial na educação e há de ser lembrado para sempre. É questão de mérito, nada mais. Será que ele acha pouco a massificação diária em certo canal de televisão - de propriedade da família -, da cidade interiorana que leva o nome do tio? E dizer que Mimoso do Oeste, desmembrada de Barreiras e questionada judicialmente ao STF através ADIN, foi batizada com outro nome sem se submeter sequer a plebiscito. Era assim que a banda tocava. Vamos preservar a memória de quem, por mérito, faz jus à iniciativa. Começamos por Octávio Mangabeira, pouco lembrado na terra dos

absurdos, mas que foi salvo pelo gongo ao ter a bela avenida da orla batizada - idealizada e construída pelo arquiteto Diógenes Rebouças - com seu nome em 1958. A partir do golpe de 64 tudo mudou com a volta dos donatários herdando as capitânias hereditárias, colocando uma pá de cal na cultura brasileira. O fato é que o período cinzento da repressão jogou muita sujeira para debaixo dos tapetes, constituindo-se no fato gerador de praticamente todos os malfeitos que têm sido objeto de apuração pelos órgãos competentes. Quem pensar que a Operação Farroeste, via de regra, abrange ilícitos recentes, está muito enganado. Tem de investigar minuciosamente a origem das fortunas dessa gente que jamais bateu um prego pelo equilíbrio social, muito menos pela educação da massa empobrecida. Defenderam e defendem, sim, o ensino privado, tanto é verdade que muitas escolas e faculdades foram adquiridas por multicionais do setor. Ainda que aleguem a figura da prescrição, esclarecer com riqueza de detalhes as falcatruas comprovadas a partir de pelo menos meio século, é uma obrigação das autoridades. Quanta desfaçatez e cinismo ver o oportunismo dessa gente em busca de notoriedade, e logo nas escolas públicas. **JORGE BRAGA BARRETTO, JBARRETTO@GMAIL.COM**

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

CÂMARA DE SALVADOR Com 17 caras novas, vereadores tomam posse



www.atarde.com.br/politica

O colunista Levi Vasconcelos está de férias e retornará em fevereiro próximo.

NOVA GESTÃO Transporte público e retomada das aulas serão desafios

Bruno Reis é empossado prefeito de Salvador

CÁSSIO SANTANA
E RAUL AGUILAR

Tomaram posse ontem na Câmara Municipal de Salvador o novo prefeito, Bruno Reis (DEM), e a vice-prefeita Ana Paula Matos (PDT). Vice-prefeito na gestão de ACM Neto por quatro anos, o democrata agradeceu ao correligionário.

“A cidade que recebo hoje, das suas mãos, prefeito ACM Neto, é uma cidade capaz de andar com as próprias pernas, muito diferente da que você herdou. Quem não se lembra? Em 2013, o cenário era desolador para qualquer homem público. Fosse na área da Saúde, da Educação, de Infraestrutura, tudo estava em ruínas”, disse.

À frente do Executivo, Bruno afirmou que o maior desafio de sua gestão será o combate à pandemia. “A palavra de ordem é enfrentamento da pandemia. Os efeitos colaterais da pandemia são grandes no campo social e econômico. Se a cidade já era pobre e desigual, os problemas aumentaram e se agravaram. Então, nós vamos nos dedicar muito, com geração de oportunidades e renda para combater as desigualdades na cidade de Salvador.”, destacou.

De acordo com o prefeito, o transporte público e a retomada das aulas no contexto da pandemia são questões importantes sobre as quais

“A palavra de ordem é enfrentamento da pandemia. Os efeitos colaterais são grandes”

BRUNO REIS, prefeito de Salvador

“Os primeiros planos já comecei na transição, que foram acolher os novos secretários”

ANA PAULA MATOS, vice-prefeita

sua gestão terá que se debruçar. “Precisamos tratar com muita atenção o transporte público, um dos setores mais atingidos pelos efeitos da pandemia nos grandes centros. Para evitar aglomeração, o sistema se tornou ainda mais deficitário e é hora de encarar esse problema por todas as suas variáveis

para encontrarmos a melhor solução. Precisamos tomar decisões que não são fáceis de tomar para organizar o sistema”, avaliou.

Além de trabalhar para organizar a retomada das aulas, Bruno disse querer ser “o prefeito da Educação”. “Quero unir as vantagens do ensino presencial e do virtual

com os atuais e futuros espaços esportivos e culturais da cidade. Integrar a escola tradicional às novas formas de ensinar e aprender”, discursou

Dia marcante

Bruno disse que a posse como prefeito da capital baiana é o “dia mais marcante”

de sua vida pública. “Sempre sonhei com esse dia, nunca escondi de ninguém. Trabalhei muito, me empenhei, e graças a Deus e à confiança do povo desta cidade, graças ao trabalho do prefeito ACM Neto e da nossa equipe, estamos aqui. Espero que Deus me dê sabedoria e ilumine meu ca-

Bruno Reis assume a prefeitura após quatro anos como vice-prefeito

minho para eu fazer um link do trabalho e honrar essa cidade que tanto amo”, pontuou.

Vice-prefeita

Ana Paula Matos comentou com a imprensa os planos como titular da Secretaria de Governo. Segundo a vice-prefeita, o processo de transição entre as gestões já foi iniciado.

“Os primeiros planos já comecei na transição, que foram acolher os novos secretários, principalmente aqueles que não faziam parte do nosso governo, para que entendessem como era a nossa cultura, como a gente conseguiu ser um governo tão eficiente. A partir daí, com essa elevação da Secretaria de Governo, é ter um novo papel. Um papel de coordenadora das questões sociais da cidade. A gente vai fazer isso com muita tranquilidade e com muito trabalho porque essa é a marca de Bruno, Ana e da gestão ACM Neto”, afirmou.

De acordo com Ana Paula, por causa do prolongamento da pandemia, a prefeitura terá que atuar contra os efeitos da propagação do vírus em outras áreas, sobretudo a social. A vice-prefeita revelou que a prefeitura avalia a possibilidade de estender o auxílio emergencial municipal.

“Num primeiro momento, de um modo responsável, conseguimos já ter os recursos identificados para pagar até março. Se vai ser ampliado ou não, se vai ser criado algum outro tipo de auxílio ou se vamos fazer algum pleito ao governo federal, depende muito dessa situação. Se for necessário, vamos fazer todos os esforços para investir nas pessoas, na sobrevivência delas, na qualificação”, finalizou.

“Não é hora de nova campanha”, diz Neto

O ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), reafirmou ontem, durante solenidade de posse do agora prefeito Bruno Reis (DEM) na Câmara Municipal, que viajará pelo interior do estado de olho em 2022, mas fez ressalvas.

“A partir de agora meu foco é colaborar com a organização do partido em todo o Brasil, o projeto para 2022 e, é claro, a minha dedicação à Bahia, todo meu envolvimento com questões do estado, interior. E vamos aguardar 2022 chegar, sem atropelar nada. [...] Não é hora de começar uma nova campanha política”, disse.

Sucessão

Neto avaliou que o maior desafio de Bruno à frente da prefeitura será o combate à pandemia. “Ele vai ter que

fazer um esforço muito grande para atender a demanda e a pressão da pandemia na saúde pública, e o impacto em outras áreas, como a educação.”, disse o ex-prefeito.

“O grande desafio agora é enfrentar a pandemia e todos os múltiplos efeitos que ela vai provocar nos primeiros meses de 2021, até que a gente tenha uma vacina que proteja toda a população”, acrescentou.

Assim como mencionado por Bruno em seu discurso, o democrata também avaliou que o transporte público será um problema a ser enfrentado na nova gestão. “O transporte público é um problema sério, eu venho dizendo isso”, lembrou.

CÁSSIO SANTANA E RAUL AGUILAR



Ex-prefeito iniciará viagens pelo interior da Bahia para organizar partido

Vacina contra Covid-19 é prioridade, diz Colbert Martins

DA REDAÇÃO

O prefeito reeleito de Feira de Santana, Colbert Martins Filho (MDB), assim como os 21 vereadores eleitos foram empossados ontem.

“Todos nós que aqui estamos foi pela vontade soberana das urnas. Chegamos aqui da mesma forma, da mesma maneira, legitimados por este povo. A democracia é isso, a prática da escolha através do voto secreto que permite a livre expressão do pensamento. A grandeza dessas eleições está aqui mostrando que todos nós estamos aqui porque fomos eleitos, então as eleições são justas e transparentes e nos trouxeram todos até aqui”, discursou o prefeito.

Colbert lembrou as dificuldades causadas pela pandemia e lamentou as 354 mortes já registradas no município. Segundo o gestor, o primeiro desafio do próximo mandato será vacinar a população da cidade. “Feira de Santana está pronta para começar a vacina no primeiro dia. É a única solução para que possamos diminuir a transmissão desse vírus”, afirmou. O prefeito ressaltou também a importância e o desafio de preparar o retorno das aulas da rede municipal.

Prefeito e vereadores assumem mandatos

MIRIAM HERMES

Prefeito reeleito de Barreiras, Zito Barbosa (DEM) tomou posse ontem pela manhã para o mandato 2021/2024 em solenidade no auditório da Câmara Municipal da cidade, junto com o vice-prefeito Emerson Cardoso e os 19 vereadores elei-

tos para o Legislativo local. A seção foi presidida pelo vereador reeleito Eurico Queiroz (Republicanos), que será substituído no cargo de presidente da Mesa Diretora pelo vereador reeleito Otoniel Teixeira (PSD).

Foi eleito como vice o vereador Hipólito (MDB), e secretários Alcione Rodrigues

(DEM) e Irmã Silma (Republicanos). A chapa, única inscrita, obteve 18 votos a favor e uma abstenção.

Com acesso restrito por causa do decreto estadual que proibiu eventos com aglomerações neste período do ano para evitar a disseminação da Covid-19, a sessão solene foi transmi-

tida pelas redes sociais e pela TV Câmara.

Ao quebrar o protocolo durante a posse, Barbosa anunciou e assinou a ordem de serviço para 15 novas obras.

“Vamos iniciar na próxima segunda-feira, somando mais de R\$ 43 milhões de recursos que já estão na con-

ta da prefeitura”, afirmou o mandatário.

Já o vice-prefeito enalteceu o desenvolvimento de Barreiras, cidade que está entre os maiores PIBs do estado.

“Começamos 2021 projetando a cidade para o futuro, trabalhando no presente”, destacou Cardoso.

IMOBILIÁRIO

imobiliario@grupoatarde.com.br



2021, um ano a ser construído

Remar contra a maré e crescer ao mesmo tempo foi essa a marca da construção e do mercado imobiliário em 2020. Estivemos em evidência durante todo o último ciclo e isso é o que deve continuar acontecendo nos próximos meses.

Após ter liderado o processo de retomada de atividades econômicas, o setor prevê a continuidade do crescimento, com a previsão de mais lançamentos, e a manutenção da taxa Selic em 2% ao ano – fator que favorecem os financiamentos e acesso ao crédito imobiliário.

De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a construção civil deve registrar em crescimento de 4% em 2021 – percentual que deve ser o maior em oito anos, e que deve estar à frente de qualquer outro setor da economia.

A projeção é positiva para o setor, e seus efeitos são benéficos à toda cadeia produtiva, afinal, a construção atualmente representa 10% do PIB brasileiro. Seu aquecimento leva ao surgimento de novos postos de trabalho que, ao serem preenchidos, vão gerar renda e consequentemente, demanda para outras atividades.



Imagem: Divulgação

No ano passado, as pessoas se voltaram para os seus lares e viu o surgimento de demandas remotas, como a de estudo, trabalho e tantas outras atividades antes executadas fora de casa. O novo olhar se refletiu no mercado imobiliário, e como esse está associado ao comportamento do consumidor, precisou se adaptar.

Pudemos observar o início de uma tendência, que deve prevalecer em 2021, com o aumento da procura por ambientes mais amplos, iluminados e próximos a natureza.

De janeiro a setembro de 2020, houve um crescimento de 52% nas vendas no Litoral Norte baiano. O que também favoreceu o crescimento do nicho de segunda moradia.

Essa é outra fatia do mercado que deve permanecer em expansão, especialmente com a recente aprovação da Lei da Multipropriedade. A legislação permite a aquisição e propriedade de um bem que pode-se usar durante um período pré-acordado.

Essas tendências foram estimuladas pela pandemia, mas o cenário de crescimento do setor só foi possível por uma justaposição de fatores. O mercado imobiliário depende basicamente de segurança jurídica, taxa de juros acessível, oferta de crédito e inflação sob controle. Nós temos hoje a maioria desses itens em prática.

Se 2020 foi marcado pela menor taxa de juros da história, 2021 pode alcançar uma inflação de 3,55% ao ano, e o bom comportamento dos preços de bens e serviços permitirá a manutenção da Selic em baixo patamar.



Imagem: Renée Beralde

Segundo o Banco Central, o estoque de crédito também deve crescer 7,3% neste novo ano. O aumento também é positivo, na medida em que colabora para dar mais liquidez ao mercado, abrindo poder de compra a uma parcela maior da população.

Todos esses fatores nos levam a crer que o setor se manterá em expansão durante o próximo ano. Pudemos ter um exemplo disso, com a prorrogação do Salão Imobiliário da ADEMI-BA até o dia 7 de janeiro, motivada pela alta procura.

Estamos na 13ª edição, reunimos 18 empresas associadas, ou seja, são mais de 4.000 produtos de todas as tipologias, de todas as faixas de preços, que comprovam essa demanda e essa nova mudança de rotina, de comportamento e de situação que estamos vivendo.

Nosso mercado está atento para as formas de contribuir com a sociedade, levando conforto, segurança e qualidade de vida para as pessoas, desenvolvendo os locais onde atuamos.

Essa missão continua em 2021, e já estamos com as ferramentas para construí-lo.



Cláudio Cunha
PRESIDENTE DA ADEMI-BA

Rua Alceu Amoroso Lima, 470, Sala 901
Empresarial Niemeyer
Caminho das Árvores - Salvador - BA

3273-8130 | ademi@ademi-ba.com.br

FINANCIAMENTO Crédito imobiliário com recursos da poupança teve alta em novembro de quase 80%, em comparação com o mesmo período de 2019

Pandemia e crise fizeram de 2020 o ano da casa própria

FÁBIO BITTENCOURT

A prova de que a pandemia fez de 2020 o ano da casa própria é que o crédito imobiliário com recursos da poupança – principal fonte de financiamento – teve alta em novembro de quase 80% (77,9%), em comparação com o mesmo período do ano passado. Somente no mês passado foram movimentados R\$ 13,84 bilhões, resultado ligeiramente (0,2%) menor que o apurado em outubro, recorde histórico, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Já no acumulado de 12 meses (dezembro de 2019 a novembro de 2020), os empréstimos para aquisição e construção de imóveis somaram R\$ 115 bilhões, alta de 51,4% em relação ao registrado nos 12 meses anteriores. Foram financiados 46,2 mil imóveis em novembro, alta de 60% na comparação anual e crescimento de 1,5% na comparação mensal. A Caixa Econômica Federal se manteve na liderança do setor, com R\$ 5,54 bilhões financiados nas duas modalidades em novembro.

O Itaú Unibanco ficou em segundo lugar, com R\$ 2,95 bilhões, e o Bradesco em terceiro, com R\$ 2,6 bilhões.

Mas, se o momento é mesmo da compra de imóvel, como o consumidor faz para escolher a modalidade de financiamento bancário mais interessante para o seu bolso, diante das opções existentes dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)? De acordo com a advogada especialista em negócios imobiliários Daniele Akamine, nessa hora o mutuário precisa “pensar o valor inicial da parcela, bem como o risco que está disposto a assumir com o financiamento”.

Linhas de crédito

As quatro linhas de crédito existentes no SBPE têm a seguinte configuração – no tocante atualização monetária: Taxa fixa + TR (Taxa Referencial de Juros); Taxa fixa + IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo); Taxa Pré fixada (sem correção monetária); e Taxa Poupança, com juros de 3,99% ao ano + poupança + correção pela TR. Neste último caso, diz Daniele, a taxa será a soma do rendimento da poupança mais 3,99% ao ano.

“Hoje, com essa linha de crédito, você conta com taxas a partir de 5,39% ao ano, tendo a oportunidade de pagar menos juros quando o rendimento da poupança



Prédio novo na Pituba: mercado imobiliário foi aquecido com mais opções de crédito

Fotos: Alex Oliveira / Ag. A TARDE

está baixo e conta com um teto de 10,16% ao ano, caso o rendimento suba. O saldo devedor será atualizado mensalmente pela Taxa Referencial. Para saber qual a melhor opção de financiamento é necessário fazer contas”, diz.

A pedido da reportagem, Daniele traçou alguns cenários com cada uma das condições: TR, IPCA, Pré-fixado, ou Taxa Poupança. Em todos os casos considerando um financiamento de R\$ 500 mil, no prazo de 240 meses, para um cliente na faixa etária de 40 anos, TR zerada (condição existente desde setembro/2017) e previsão de IPCA de 3% ao ano durante todo o contrato.

As condições ficaram assim: TR (taxa de juros de 7,6%, primeira prestação em R\$ 5.299,34, última de R\$ 2.121,09, valor total pago de R\$ 911.899,66); IPCA (4,25%, R\$ 4.264,82, R\$ 3.802,67, R\$ 1,023 milhão); Pré-fixado (9%, R\$

5.841,59, R\$ 2.123,35, R\$ 977.240,95); Taxa Poupança (5,39%, R\$ 4.500,54, R\$ 2.177,46, R\$ 816.798,53); Taxa Poupança (8,19%, R\$ 5.599,08, R\$ 2.122,04, R\$ 949.172,53).

“Apesar de no primeiro momento a taxa poupança se mostrar bastante atrativa, devemos ter em mente que ela pode flutuar de acordo com a Selic. Caso se confirme a projeção da mesma em 6% para 2023, a taxa de juros do financiamento imobiliário, nessa modalidade, passaria de 5,39% ao ano para 8,19%aa.

A presidente da Abecip, Cristiane Portela, vai na mesma toada. Segundo ela, o ideal é que o cliente simule todas as opções disponíveis e atente para o chamado Custo Efetivo Total (CET) do financiamento, que leva em conta a atualização do saldo mais eventuais taxas cobradas pelas instituições. E avaliar qual o melhor, se começar pagando mais, e ver o

valor da prestação ir reduzindo, ou o contrário –, quando o consumidor prefere começar pagando menos, e depois assumir parcelas mais altas.

Cristina explica que o resultado expressivo do setor em um ano de pandemia é resultado de uma combinação de juros baixos, preços dos imóveis pouco reajustados desde 2014 (ápice do setor), o fato dessa ser uma compra do tipo planejada a longo prazo (por 30, 35 anos), por último, o retorno dos investidores – apostando em fundos imobiliários, no retorno com aluguel e a valorização do bem –, e dos lançamentos. Lançamentos esses já incorporando as tendências da moradia pós-pandemia, ela diz.

“Não basta olhar só o valor da prestação, é preciso ficar atento a custo com seguro, à amortização, ponderar o fato de ser um compromisso de longo prazo”, afirma.

Pauta Social / Divulgação



“[O mutuário precisa] pensar o valor inicial da parcela [do financiamento]”

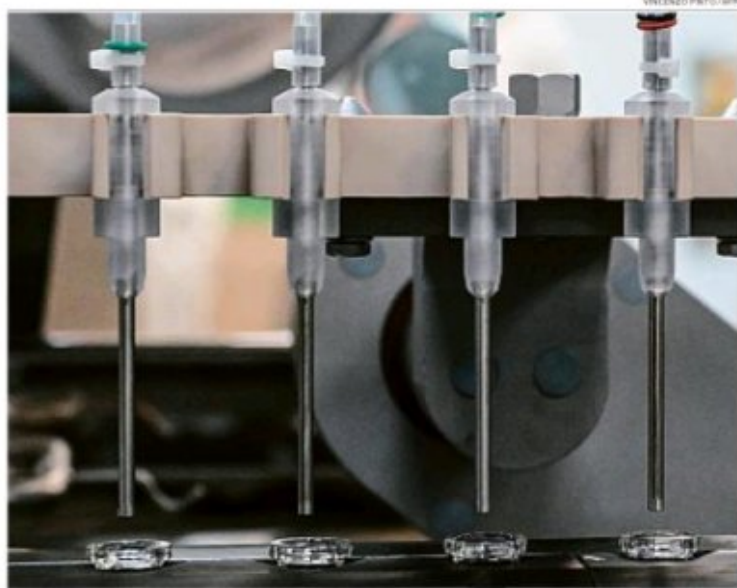
DANIELE AKAMINE, advogada



Orla da capital baiana recebe novas construções com a expansão de lançamentos

Mais*

FIOCRUZ E INSTITUTO BUTANTÃ PLANEJAM
COMEÇAR A VACINAÇÃO NO BRASIL EM JANEIRO



Responsável pela vacina desenvolvida pela Universidade Oxford no Brasil, a Fiocruz vai pedir esta semana o aval para uso emergencial do imunizante

Dois milhões de doses a caminho

Covid-19 Anvisa autoriza importação da Vacina de Oxford para uso emergencial

Das Agências

REPORTAGEM
correi2@correiobahia.com.br

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a importação de duas milhões de doses da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca, que será fabricada e distribuída no Brasil pela Fiocruz. Esse produto é a principal aposta da gestão Jair Bolsonaro para imunizar a população. Com a decisão, tomada em 31 de dezembro, a Fiocruz espera iniciar a aplicação de doses ainda em janeiro.

A Fiocruz afirma que irá pedir nesta semana o aval para uso emergencial do imunizante, o que deve permitir a aplicação em grupos restritos pelo SUS, como de profissionais de saúde ou idosos. A Anvisa espera avaliar pedidos de uso emergencial em até dez dias. O Reino Unido autorizou em 30 de dezembro o uso emergencial da vacina de Oxford/AstraZeneca contra o novo coronavírus, em regime de aplicação de duas doses completas, com intervalo de um a três meses.

O Ministério da Saúde afirma que, no melhor cenário, a vacinação começará em 20 de janeiro no Brasil. O prefeito do Rio, Eduardo Paes (DEM), disse ontem que a pasta poderia anunciar essa data oficialmente hoje.

A importação das doses prontas marca mudança de estratégia da Fiocruz, que pretendia trazer o insumo farmacêutico da vacina ao Brasil em janeiro, terminar a fabricação, mas só liberar as primeiras unidades em fevereiro. Pelo menos 50 países - incluindo latino-americanos, como Argentina e México - já começaram a imunizar a população.

O Instituto Butantã também importou doses de vacina contra a covid-19 produzida em parceria com a chinesa Sinovac. O governo paulista, de João Dória (PSDB), afirma ter estoque de 10,8 milhões de doses da Coronavac. O Butantã pedirá aval para uso de sua vacina nas próximas semanas e mira 25 de janeiro como data para iniciar a aplicação.

Como se trata de importação excepcional, a Anvisa exige que as doses da vacina de Oxford/AstraZeneca fiquem sob a guarda específica da Fiocruz até que seja dado o

registro ou aval de uso emergencial da vacina. "Para isso, a Fiocruz deve garantir as condições de armazenamento e segurança para manutenção da qualidade do produto. Na solicitação recebida pela Anvisa, a indicação é que as vacinas cheguem ao país em janeiro", informou a Anvisa, em nota.

Conforme a Fiocruz informou à Anvisa, essas doses importadas serão fornecidas pelo Serum Institute of India, parceiro tecnológico da Fiocruz e grande produtor global de imunizantes. O governo indiano aprovou a aplicação emergencial da vacina de Oxford ontem.

A ideia é distribuir 210,4 milhões de doses em 2021, que serviriam para imunizar cerca de 105 milhões de pessoas. As primeiras 30 milhões de doses que a Fiocruz completará a fabricação devem ser entregues em fevereiro. O governo investiu quase R\$ 2 bilhões para a compra de doses e transferência de tecnologia para a Fiocruz. No plano nacional de imunização, o governo prevê aplicar doses desta vacina em cerca de 50 milhões de brasileiros de grupos prioritários ainda no 1º semestre. A eficácia média, segundo os cientistas responsáveis, é de 70%.

Salvador espera imunizar cerca de 70 mil pessoas por dia

Como parte do planejamento para vacinar a população assim que a Anvisa autorizar, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) adquiriu 19,8 milhões de seringas e agulhas, em um investimento de R\$ 5,5 milhões. De acordo com o secretário da pasta, Fábio Vilas-Boas, a entrega dos insumos será imediata.

"Atualmente temos 6 milhões de seringas e agulhas em estoque, que são utilizadas nas vacinas de rotina e já iniciamos um novo processo para aquisição de insumos que atenderá tanto as imunizações programadas no calendário vacinal, quanto ao coronavírus", garante Vilas-Boas.

O objetivo primordial da vacinação, diz Vilas-Boas, é reduzir a morbidade grave e mortalidade associada ao vírus, diminuindo sua capacidade de transmissão, potencializando uma possível imunidade de rebanho.

Em Salvador, a expectativa da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) é imunizar cerca de 70 mil pessoas por dia. Segundo a subcoordenadora de Doenças Imunopreveníveis, Dolane Lemos, a estimativa foi abalada tanto pela expectativa da população em geral em ter acesso às doses quanto no planejamento que já foi desenhado pelo município em estabelecer pontos estratégicos de imunização, que facilitem o acesso e também favoreçam as medidas restritivas de distanciamento.

"Também existe a perspectiva de uma possível contratação de novos profissionais para atuação temporária e complementação das equipes de aplicação das doses na cidade", completou.

Para viabilizar de forma mais ágil a proteção dos soteropolitanos de maneira escalonada, técnicos da SMS elaboraram um Plano Municipal de Imunização que define as etapas da mobilização, público eletivo prioritário e fluxo de acesso às doses através da rede SUS no município.

Governo restringe exportação de seringas

O governo federal restringiu a exportação de seringas e agulhas após o fracasso na primeira tentativa de compra destes produtos feita pelo Ministério da Saúde. A decisão foi publicada em 31 de dezembro por meio de portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

O Ministério só conseguiu encaminhar o contrato de 7,9 milhões dos 331 milhões de conjuntos destes produtos, procurados por meio de prego eletrônico feito no último dia 29. Após o fracasso da compra, a pasta pediu ao Ministério da Economia para que agulhas e seringas fossem inseridas no rol de itens essenciais para combate à covid-19, ou seja, que podem ter a exportação impedida. Pela decisão, a venda destes produtos para outros países passa a exigir "licença especial".

7,9

Milhões de seringas e agulhas foram negociadas pelo governo; meta era 331 milhões

10%

dos negócios do setor vem das exportações, que seriam principalmente para a América do Sul



MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



OS PREFEITOS DAS CAPITALS ESTÃO MOSTRANDO QUE TOMARÃO AS DECISÕES QUE O GOVERNO FEDERAL IGNORA

Acertos iniciais dos prefeitos

Nas três maiores cidades do país, os prefeitos assumiram com discursos claros em defesa da diversidade, da democracia, e da saúde. Em São Paulo e Belo Horizonte, Bruno Covas e Alexandre Kalil já estavam no cargo, por isso a atenção ficou mais concentrada no Rio. Eduardo Paes quis marcar a mudança radical de estilo de gestão com sua chuva de decretos e medidas emergenciais. Das três cidades, a situação do Rio é a mais dramática em todos os sentidos, do colapso fiscal ao descalabro administrativo.

Nem todas as cidades estão em situação de penúria fiscal porque as transferências diretas do governo federal, para compensar a queda de arrecadação e a suspensão temporária do pagamento da dívida com o Tesouro

permitiram a várias capitais chegar ao fim do ano passado com dinheiro em caixa e capacidade de investir. Não é o caso do Rio. As capitais em geral são menos endividadas do que os estados, e a cidade de São Paulo foi a mais beneficiada pela renegociação de dívida feita no governo Dilma, que permitiu a troca de indexador, inclusive com efeito retroativo. Isso reduziu fortemente a dívida da capital paulista. Foi possível trocar o IGP-M mais 6% por IPCA mais 4%, ou por Selic, o que fosse menor. Imagina se não tivesse havido essa troca? O IGP-M em 2020 deu 23%. As dívidas estão sendo corrigidas pela Selic de 2%.

O Rio tem anomalias de toda ordem. Uma delas foi a transição feita entre uma equipe afeita que estava saindo e a que estava che-

gando. No dia em que o ex-prefeito Marcelo Crivella foi preso, muitas reuniões da transição foram canceladas. Os dados passados aos novos secretários estão incompletos e muitas equipes começaram a saber ontem que tudo é muito pior do que imaginavam. A saúde e a educação estão em situação dramática. O aumento de leitos para pacientes de coronavírus e a criação do Centro de Operações de Emergência, anunciados ontem, foram medidas extremamente necessárias. O Rio passa a ter agora um gestor que tem noção da emergência sanitária que a cidade vive.

Em Belo Horizonte, o prefeito Alexandre Kalil disse que a capital mineira é "uma cidade de todos, de LGTBs, cristãos, evangélicos, negros". E agradeceu a oposição

pela pluralidade. Em São Paulo, o prefeito Bruno Covas começou citando a vice-presidente eleita dos Estados Unidos, Kamala Harris, para falar da fragilidade da democracia. Atacou o negacionismo, "os intolerantes e os lacradores". No Rio, Eduardo Paes disse que fará um governo antirracista, e prometeu combater "essa chaga brasileira".

Um prefeito do Rio tem que, antes de tudo, entender isso, e tomara que Paes vá além das palavras. Aqui as marcas da exclusão são muito visíveis. Milhares de africanos escravizados desembarcaram no Rio para viver longo martírio e, ao mesmo tempo, construir o país. Que faça sim uma administração antirracista, porque é a única que honra o Brasil e a sua identidade plural.

Tudo o que disseram os novos prefeitos afasta as administrações locais da intolerância ao diferente e à diversidade de opinião que é a marca do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. E houve na festa democrática de ontem simbologias importantes. Em São Paulo, a posse foi presidida por Eduardo Suplicy, do PT. Na cidade, a bancada da esquerda,

somando-se PT e PSOL, cresceu bastante. No Rio, a posse dos vereadores foi comandada por Tarciso Mota, do PSOL, o vereador mais votado, amigo de Marielle Franco. A viúva da vereadora assassinada, Monica Benício, também tomou posse.

Revigorados pelo voto, os prefeitos das capitais e principais cidades brasileiras estão mostrando que tomarão as decisões que o governo federal ignora no combate à pandemia. Foram posses cuidadosas, com pouco ou nenhum convidado, presencial com máscara, como no Rio, ou remota, como em Belo Horizonte. O cenário de precaução se repetiu nas outras capitais.

Bolsonaro, com sua atitude irresponsável de negar a doença, a ciência, espalhar mentiras sobre a vacina, promover aglomerações e atrasar decisões inadiáveis, chega ao meio de mandato com uma posse de prefeitos que dá mais um sinal do seu isolamento político. O que os eleitores disseram é que querem administradores que os protejam da pandemia. Por isso a pressão por um programa de imunização vai crescer nos próximos dias.

REALIZAÇÃO

Correio

Dive Verão

A essência deste verão é se cuidar

Conteúdos sobre esporte, bem-estar e lazer para curtir a estação com todo o cuidado que sua saúde merece.

Toda semana, de Dezembro a Janeiro.

IGTV do Correio

APÓIO INSTITUCIONAL

SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

Milhares de segurados receberão pagamentos devidos pelo INSS em 2021

BENEFÍCIOS O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagará bilhões para milhares de segurados da Previdência, em 2021. Além dos precatórios reservados para quem ganhou o direito na Justiça, há o penúltimo lote de pagamentos da revisão de diferenças de benefícios como pensão por morte, auxílio-doença previdenciário e aposentadoria por invalidez, que estavam pendentes.

Esse pagamento é referente a diferenças surgidas da revisão dos benefícios relacionadas à interpretação do inciso II do artigo 29 da Lei 8.213 de 1991, que trata da fórmula de cálculo da renda mensal.

A revisão faz parte do acordo estabelecido em agosto de 2012, entre o INSS, o Ministério Público Federal e o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, homologado pela Justiça Federal em São Paulo, em virtude de ação civil pública. Esse acordo abrange o reprocessamento de benefícios pagos pelo instituto e concedidos de 2002 a 2009.

Nessa época, esses benefícios haviam sido calculados com base em 100% dos salários de contribuição dos segurados. Com o acordo, a média passou a considerar somente as 80% maiores contribuições. E os atrasados estão sendo devolvidos em parcelas anuais, desde 2013, em maio de cada ano. Em 2022, será feito o pagamento do último lote.

Os benefícios são pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, auxílio-doença por acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, auxílio-acidente e pensão por morte por acidente de trabalho.

De acordo com o INSS, para cada lote anual da revisão do artigo 29, é empenhado o valor de atrasados de mais de R\$ 615,53 milhões. Serão 1.473.703 benefícios com previsão de pagamento em 2021.

A revisão faz parte do acordo estabelecido em agosto de 2012, entre o INSS, o MPF e os aposentados

Lei de Diretrizes Orçamentárias é sancionada com vários vetos

RECURSOS O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que lança as bases para a formulação do Orçamento de 2021 com vetos que devem desagradar ao Congresso Nacional, num momento em que o Palácio do Planalto busca consolidar sua base de apoio. Em uma só canetada, Bolsonaro rejeitou a tentativa dos parlamentares de controlar maior volume de recursos e de permitir o uso do Orçamento do ano que vem para bancar despesas de 2022 em diante. O presidente também vetou a proposta de blindar de eventuais bloqueios gastos para combater a covid-19 e adquirir vacinas, em caso de frustração de receitas.

As mudanças foram incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelos congressistas em meio às

“votações do fim do mundo”, que ocorreram de forma acelerada no apagar das luzes de 2020. A lei precisava ser aprovada ainda no ano passado para evitar um apagão completo nos gastos do governo. O texto sancionado, com os vetos polêmicos, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União já no fim do dia 31 de dezembro.

A LDO estabelece como meta fiscal uma possibilidade de déficit de R\$ 247,1 bilhões para este ano. O resultado é obtido a partir da diferença entre despesas e receitas. Caso a arrecadação seja menor que o esperado, a equipe econômica precisa bloquear gastos para evitar estouro da meta.

Em antecipação, o Congresso havia incluído no texto proibições ao contingenciamento de 59 ações, incluindo os gastos de combate à pan-

Presidente vetou a proposta de blindar de eventuais bloqueios os gastos para combater a covid e comprar vacinas

demia, para produção ou aquisição de vacinas contra covid-19, de prevenção e combate ao desmatamento e às queimadas, para demarcação de terras indígenas e de enfrentamento à violência contra a mulher, entre outros.

Da lista proposta pelo Congresso, 58 foram vetados, e apenas despesas destinadas à segurança pública continuam protegidas.

Esses vetos foram propostos pelo Ministério da Economia sob o argumento de que proibir os bloqueios reduz o espaço das despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem custeio e investimentos e já estão restritas a R\$ 83,9 bilhões (perto do mínimo essencial ao funcionamento da máquina pública), e deixa a gestão do Orçamento bastante engessada.

LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DESCARTA PRORROGAR ESTADO DE CALAMIDADE

PANDEMIA Apesar dos reiterados pedidos de governadores para que o Executivo federal prorrogue o estado de calamidade, encerradona última quinta-feira (31), o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirma que não existe essa possibilidade. “Não sei de onde veio essa conversa. Já foi dito tantas vezes que não teria (prorrogação)”, afir-

mou Barros.

Ricardo Barro pontuou ainda que tanto o decreto que instituiu o estado de calamidade quanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento de Guerra precisam passar pelo Congresso, que está de recesso até fevereiro.

“O presidente (Bolsonaro) tem um mantra: não tem prorrogação do Orçamento

de Guerra, não tem fura teto e não tem aumento da carga tributária. Esses são os limites com os quais temos de trabalhar. Não há essa possibilidade (de prorrogação), também não temos a necessidade”, enfatizou.

O parlamentar ainda ressaltou que quem decide “sobre medidas de isolamento e paralisação da economia são prefeitos e governadores”.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de abril do ano passado, assegurou aos estados e municípios autonomia para definir medidas restritivas durante a pandemia, diante da falta de ação do governo federal. Desde então, o Executivo menciona o entendimento da Corte quando questionado sobre ações relativas à crise sanitária.



ENTRE/POLÍTICA

www.correio24horas.com.br



Daniel Alosio*

texto
daniel.santos@redetbahia.com.br



Nara Gentil

foto
nara.gentil@redetbahia.com.br

Não faltou emoção na despedida de ACM Neto como prefeito de Salvador, nessa sexta-feira (1). Durante a cerimônia de transmissão do cargo para o atual gestor Bruno Reis, eleito em 2020, Neto parabenizou Bruno e recordou os oito anos de mandato com um sentimento de dever cumprido. "Jamais fugi da minha responsabilidade. Nesses anos dediquei toda minha energia para Salvador e não esmureci, pois recebi essa energia de volta. Foi uma honra ter governado essa cidade", disse ACM Neto em seu discurso.

A solenidade aconteceu na sede da prefeitura, logo depois que o atual prefeito, vice-prefeita e vereadores eleitos de Salvador foram empossados na Câmara de Vereadores, ambas localizadas na Praça Municipal. Após a cerimônia de posse, ACM Neto foi direto para a sede da prefeitura, onde entregou a placa de restauração do Palácio Tomé de Souza. Esse foi o último ato dele como prefeito de Salvador. Logo depois, foi iniciada a solenidade de transmissão do cargo de prefeito, marcado por um discurso emocionado de cerca de 30 minutos de ACM Neto.

"Quando tomei posse, tinha 33 anos, receio de não acertar e não dar conta do recado. Passei a me esforçar, ser o primeiro a chegar e um dos últimos a sair desse prédio. Hoje, posso dizer que dei conta do recado. Nossa gestão foi a chama que reacendeu Salvador, a que resgatou a autoestima dos soteropolitanos. Cumpri cada um dos compromissos que assumi e ao fazê-lo devolvi ao cargo de prefeito o respeito que parecia ter sido perdido em alguma esquina do tempo", disse o ex-prefeito, que se emocionou durante o discurso pelo menos três vezes.

ACM Neto lembrou que na campanha de 2012, quando se elegeu prefeito pela primeira vez, ele fez uma visita à Cidade de Plástico onde foi recebido com hostilidade e saiu de lá chocado com a situação de pobreza e miséria. "Depois de empossado, voltei àquele local muitas vezes, até que nasceu a Comunidade Guerreira Zeferina. Não conheço um projeto habitacional mais bonito do que esse em todo o Brasil", relatou o ex-prefeito, que disse ter assumido o compromisso de lutar pelos mais pobres: "Hoje posso lembrar que meu governo sempre esteve ao lado dos que mais precisam".

CORONAVÍRUS

A pandemia de covid-19, enfrentada no último ano de mandato de ACM Neto, não passou despercebida no discurso. "Eu imaginava que 2020 seria o ano mais tranquilo, voltado a entrega de obras e não na administração de crises. Ai, do nada, surgiu a covid-19. Em



ACM Neto: "Vou trabalhar muito, percorrer o estado inteiro e me habilitar para 2022"

Missão cumprida

ACM Neto passa cargo de prefeito para Bruno Reis e, de olho nas eleições de 2022, se prepara para percorrer a Bahia

2018, eu fui convidado a disputar o cargo de governador, algo que é um sonho pessoal meu, mas minha consciência dizia para eu terminar o mandato. Foi a melhor decisão que fiz. Quando a pandemia chegou, estava na prefeitura, ao lado da minha equipe, trabalhando pela minha cidade", afirmou.

O agora ex-prefeito lembrou ainda as diversas ações e obras entregues pela prefeitura nos últimos oito anos, como o crescimento de 18% para 57% na cobertura da atenção básica à saúde, criação do primeiro hospital municipal, do Centro de Convenções, HUB Salvador, do BRT, reforma de parques, de escolas e a universalização do ensino infantil.

Ao concluir o discurso, visivelmente emocionado, ACM Neto agradeceu a Deus, a sua equipe, família, amigos e a população de Salvador. Ele tam-

bém lembrou do legado político deixado pelo seu avô.

"Antonio Carlos Peixoto Magalhães projetou seu nome para a Bahia e o Brasil após concluir um mandato revolucionário na Prefeitura de Salvador. É a prova de que administrar essa cidade é tão difícil, que quando o mandato é bem feito, serve de régua para saltos futuros. Foi deputado, prefeito e pretendo usar meu capital político para trabalhar pelo nosso país. Eu não vou ficar indiferente ou calado diante do que estou vendo. Se preciso, vou remarcar contra a maré do que está dividindo a população brasileira em polos antagônicos", disse

FUTURO

ACM Neto entrou na reta final de sua administração com uma gestão aprovada por 85% da população, de acordo com dados da pesquisa Ibope/TV Bahia

divulgada em outubro. Antes do discurso, em entrevista ao CORREIO, ACM Neto comentou sobre o seu futuro político. Ele não se declarou como pré-candidato a governador da Bahia, em 2022, mas disse que pretende se habilitar para o pleito.

"A partir de agora, meu foco está em colaborar com a organização do partido em todo o Brasil, na preparação do projeto para 2022 e, claro, na minha dedicação a Bahia e todo o meu envolvimento com as questões do estado, do interior. Vou trabalhar muito, percorrer o estado inteiro e me habilitar para 2022, de modo que seja algo natural, que aconteça da forma e na hora que tem que ser", explicou.

O ex-prefeito também comentou sobre a próxima disputa eleitoral. "Vamos aguardar 2022 chegar sem atropelar nada, sem passar por cima de qualquer etapa. É tudo no seu tempo. No meu caso, graças a Deus, pela vivência que eu tenho, sei reconhecer o tempo das coisas. Não é hora de começar uma nova campanha política. Isso só vai acontecer na hora certa. Eu não vou antecipar as coisas", disse.

ACM Neto afirmou que Bruno está pronto para fazer um bom mandato. "Além de conhecer a cidade inteira, ele está totalmente por dentro da gestão. Montou uma bela equipe com novos quadros que traz ânimo e perspectiva para a cidade, o que é importante também. Em oito anos a gente conclui um ciclo. Agora, se inicia uma nova etapa, novos desafios e Bruno está preparado para isso".

*COM ORIENTAÇÃO DO CHEFE DE REPORTAGEM JORGE GAUTHIER

●● Nesses anos dediquei toda minha energia para Salvador e não esmureci, pois recebi essa energia de volta. Foi uma honra ter governado essa cidade

●● Vou carregar na bagagem o exemplo da gestão que encerro. Uma gestão que conseguiu mobilizar e unir os soteropolitanos em torno de um trabalho voltado para o bem comum

●● Hoje não há um só bairro de Salvador que não tenha sido assistido pela prefeitura

●● O meu trabalho foi sempre movido pelo amor e respeito pelo seu povo. Posso até ter errado, mas nunca me omiti ou deixei de fazer o que julguei que fosse o melhor para a cidade

●● Fui aconselhado a disputar o Governo da Bahia, mas algo me dizia que eu deveria completar o trabalho. Resolvi seguir o que a minha consciência ditava. Foi a decisão mais certa que tomei na vida

●● A partir de agora, meu foco está em colaborar com a organização do partido em todo o Brasil, na preparação do projeto para 2022 e, claro, na minha dedicação a Bahia ACM Neto

Ex-prefeito de Salvador



ENTRE/PREFEITURAS

www.correio24horas.com.br



FEIRA DE SANTANA: VACINA É PRIORIDADE

No maior colégio eleitoral do interior do estado, o prefeito reeleito Colbert Martins (MDB) acredita que o maior desafio será a vacinação contra a covid-19. Ele afirma que o município deve obedecer ao Plano Nacional de Imunização. "Estamos enfrentando uma epidemia gravíssima. Não tem nada mais importante do que a vacina em 2021", enfatiza o prefeito, que é médico de formação. De acordo com ele, o Ministério da Saúde teria garantido o repasse das vacinas a partir de fevereiro. A meta do prefeito é vacinar até 70% da população feirense - hoje, em torno de 600 mil pessoas - até o final do ano. Colbert acredita que não é o momento de voltar a fechar o comércio ou decretar lockdown, mas defende a fiscalização em bares e contra festas.

Quanto à queda na arrecadação, o prefeito propôs a redução de despesas, como combustível, energia e água, para garantir verba para outras áreas, a exemplo de saúde, educação e manutenção. "Acredito que 2021 pode ser igual ou pior economicamente do que 2020, por isso, temos que economizar ainda mais. Não tem como aumentar imposto, então vamos ter que conviver", diz.

O retorno às aulas deve ser parcial - inicialmente, com 50% dos estudantes do Ensino Fundamental 2. Ainda assim, o prefeito defende que isso só será feito com o consentimento dos pais. "O apagão educacional que aconteceu no Brasil em 2020 não pode se repetir". O cronograma da volta presencial pode começar em fevereiro, mas a prefeitura concluiu a licitação de uma televisão pública aberta que deve transmitir conteúdos educacionais e vai comprar tablets e computadores.

Além desses temas comuns, a Prefeitura de Feira precisa enfrentar outras prioridades, a exemplo do investimento no novo centro da cidade, duplicação dos viadutos e a conclusão do sistema de transporte BRT.



CONQUISTA FOCA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A proposta da gestão é de intensificar a fiscalização de medidas contra aglomeração para prevenir a covid-19. De acordo com a vice-prefeita Sheila Lemos (DEM), serão feitas também campanhas educativas para a prevenção, manutenção da rede de atendimento, fortalecimento da atenção básica e capacitação das equipes de saúde para a vacinação. Reeleito em 2020, em segundo turno, Herzem Gusmão (MDB) está internado desde dezembro do ano passado, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, com covid-19. "O prefeito Herzem solicitou e a nossa secretária de Saúde já preparou os equipamentos, como geladeiras, e iniciou a capacitação dos nossos profissionais para quando a vacina chegar. A gente espera que o Plano de Imunização do Ministério da Saúde seja concluído o mais rápido possível", afirma Sheila.

Para a geração de empregos e arrecadação, ela diz que há um foco em planejamento, desburocratização e melhoria no ambiente de negócios, que deve continuar. Já para incentivar atividades industriais, a administração pretende investir em planos de tecnologia e inovação - um dos exemplos é o parque tecnológico, que deve ser implantado em 2021.

Já as aulas devem ser retomadas este ano na modalidade híbrida. De acordo com Sheila, a rede municipal passa por um diagnóstico para apontar deficiências. A partir dele, vão definir o plano de recuperação, que inclui aulas complementares no contraturno. "Atualmente, aguardamos a orientação do Comitê Gestor de Crise para definir quando poderemos iniciar as aulas neste formato", diz, referindo-se às aulas híbridas.

Para ela, o principal desafio será recuperar as perdas decorrentes da pandemia, em geral. "A saúde, a economia e a educação foram severamente afetadas e irão demorar para se reestabelecerem", afirma.



CAMACARI VAI INCENTIVAR O SETOR DE SERVIÇOS

Também reeleito em 2020, o prefeito de Camacari, Elnaldo Araújo (DEM), não tem dúvidas de que o segundo mandato será mais desafiador do que o primeiro, que teve início em 2016. "No primeiro, tínhamos que cuidar de coisas básicas, como limpeza, iluminação. Essas coisas foram resolvidas, mas agora, tem a pandemia". Ele diz que uma de suas estratégias seja a vacinação em massa. Para isso, quer dialogar com a União e o estado para saber quantas doses serão recebidas de cada ente - e, a partir disso, se será necessário que o município também compre doses. Para Elnaldo, também não é o momento de forçar um lockdown ou medidas de isolamento mais fortes. "Acho que é mais um trabalho educativo".

Já a queda da arrecadação deve ser encarada com uma redução de gastos. O plano é reduzir as despesas apenas ao que é essencial. Além disso, o prefeito afirma que quer conversar com os empresários que estão em situação de dificuldade. "Precisamos fazer um debate sólido, primeiro com o governo do estado, que tem a Desenharia, e com a União, que tem BNDES, Caixa e Banco do Brasil, para que os bancos viabilizem o setor de serviço, que é o que gera emprego e renda", diz.

Quanto à volta às aulas, o retorno presencial deve acontecer gradativamente. Em Camacari, o ano letivo de 2020 será finalizado em fevereiro - lá, a estratégia utilizada foi o ensino remoto, mas com entrega de atividades para alunos que não têm internet. "Vamos voltar (o novo ano letivo) a partir de abril. Pode ser que volte de maneira remota, mista ou presencial. Vai depender da vacina, mas acho que no mínimo vai ser rodízio", diz.

O transporte público é outro desafio particular. Para o prefeito, a prestação do serviço é ruim. Assim, a administração deve lançar uma licitação para um novo modelo.

Os desafios no interior da Bahia

Saiba como prefeitas e prefeitos vão encarar problemas como a pandemia de covid-19 e a queda na arrecadação

Depois da vitória nas eleições municipais, é a hora de enfrentar os desafios que já se apresentam desde já. Após a posse nessa sexta-feira (1^o), prefeitas e prefeitos de toda a Bahia sabem que precisam dar respostas a grandes problemas. O cenário é de uma pandemia em que os casos e óbitos da segunda onda não param de crescer, ao mesmo tempo em que a vacinação contra a covid-19 no país segue cheia de incertezas. Mas a doença não veio sozinha. O coronavírus fez emergir outras urgências: a queda na arrecadação e a retomada das aulas presenciais, suspensas desde março.

Para o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, o começo dos mandatos em 2021 será mais difícil do que em 2017. O último repasse do ano do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi 16,14% menor em dezembro de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019, segundo a Confederação Nacional de Municípios.

Na Bahia, 85% dos municípios sobrevivem diretamente do FPM. "Até os grandes, que têm receitas próprias, são afetados pela crise. O governo federal subsidiou nossas perdas de FPM, mas terminou em 31 de dezembro", avalia Ribeiro, citando o auxílio que garantiu que os repasses ficassem no mesmo patamar de 2019.

ESTRATÉGIAS

Nos oito municípios com o maior número de eleitores, as estratégias incluem desde a redução de cargos até a testagem em massa da população e a compra da vacina diretamente pelas prefeituras. O CORREIO conversou com as eleitas e os eleitos. Todos responderam quais medidas vão adotar diante de quatro aspectos: a pandemia da covid-19 e impactos na saúde; a queda da arrecadação e o desemprego; retomada de aulas e um problema local que acredita ser prioridade.

O governador Rui Costa postou no twitter mensagem aos novos gestores: "Torço profundamente para que todos os prefeitos e prefeitas empossados nessa sexta-feira encarem com muita coragem e responsabilidade o desafio que acabam de assumir. Desejo sucesso aos 417 gestores e me coloco à disposição para que possamos trabalhar juntos pela Bahia".

De-sejo sucesso aos 417 gestores e me coloco à disposição para que possamos trabalhar juntos Rui Costa

Governador



Thais Borges

texto
thais.borges@
relebrasil.com.br



ITABUNA VAI PRIORIZAR O TRANSPORTE PÚBLICO

Itabuna é a terceira cidade com mais casos de covid-19 na Bahia. Por isso, a maior preocupação do novo prefeito Augusto Castro (PSD), é a pandemia. Uma de suas metas é dar início a uma testagem em massa da população. As medidas pretendidas incluem, ainda, a criação de um espaço para grápio na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e ampliação do hospital de base. O município também pretende se adiantar com as vacinas. Desde o ano passado, o prefeito deu início a tratativas com o Instituto Butantan, em São Paulo, para a aquisição de doses da Coronavac. A ideia é comprar cerca de 20 mil doses destinadas a profissionais de saúde e pessoas de grupos de risco. "De qualquer forma, antes de adquirir, vamos aguardar o posicionamento do governo federal, para ver se o Ministério da Saúde disponibiliza essas vacinas. É prioridade porque sei o que é isso", diz o prefeito, ao citar que passou 46 dias internado por covid-19.

Quanto à arrecadação, Augusto é um dos que pretende enxugar a máquina e reduzir despesas. Ele defende cautela nas contratações. "Temos que fazer economia, ter transparência e otimizar receitas para fazer investimentos em educação, saúde, mobilidade. Nossa responsabilidade é trabalhar a parte social", afirma.

No caso da retomada das aulas presenciais, o prefeito acredita que só será possível quando houver autorização do Ministério da Educação. Por enquanto, serão mantidas aulas de forma remota para os 17 mil alunos da rede. "Mas precisamos procurar uma alternativa para que os alunos não fiquem sem aula".

Outro problema que deve ser alvo de atenção é o transporte urbano. Licitado em 2016, o sistema não funciona desde março, quando as empresas deixaram de ofertar ônibus. "Estamos conversando com os proprietários das empresas para voltar ao que está em contrato".



JUAZEIRO: TRANSIÇÃO PARA AULAS HÍBRIDAS

Juazeiro, na região do Vale do São Francisco, é um dos dois municípios, entre os oito citados, que será governado por uma mulher. A nova prefeita é Suzana Ramos (PSDB), eleita em 2020. Após a posse, ela diz que pretende aprofundar um diagnóstico da saúde, para compreender melhor as necessidades da área. Suzana diz não ter tido acesso a todos os documentos da pasta e cita também o período curto para a transição de governo. "Mas diante do que já vimos até agora, já entendemos que serão muitos os desafios no governo", admite.

Mesmo assim, a prefeita adianta que o município deve seguir o plano nacional de vacinação, dentro dos critérios legais estabelecidos. "Com o diagnóstico realizado da situação da saúde, será possível tomar as providências cabíveis com a maior agilidade possível, a fim de melhorar os atendimentos ambulatoriais, emergenciais e de cirurgias eletivas".

Também por não ter tido acesso a todos os dados da prefeitura no período de transição, ela não especificou que medidas seriam adotadas para mitigar os efeitos da queda na arrecadação. "No entanto, a nova equipe estará empenhada em fazer um levantamento de todas as informações, para que o planejamento seja feito com eficácia em cima da realidade financeira municipal", diz.

Já quanto às aulas na rede municipal, a prefeita adiantou que, em fevereiro, o ano letivo será iniciado com ensino remoto. Em seguida, haverá a fase de transição - três dias na escola e os outros em casa. "E, posteriormente, quando toda a rede de professores, alunos e funcionários estiverem devidamente vacinados, retornaremos ao ensino presencial".

Suzana acredita que seu maior desafio será o tempo. "Precisamos identificar muitos problemas em suas particularidades, nas diversas áreas da gestão, planejar para adequar a realidade e executar".



ILHÉUS FACILITA A RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Em Ilhéus, cidade no sul da Bahia, onde o prefeito Mário Alexandre (PSD) foi reeleito, a administração municipal deve dar continuidade a medidas que já vinham sendo adotadas no combate à pandemia. É o caso da manutenção de 50 leitos de UTI e do centro de emergência 24h, instalado no local onde funcionava o centro de convenções da cidade. "Em relação à vacina, estamos juntos com o governo do estado e o Ministério da Saúde para tentar atrair o mais rápido possível para nossa cidade e região. Nossa intenção é estar dentro de um convênio".

Quanto à queda na arrecadação, o prefeito acredita que a situação da cidade anterior à pandemia facilita a recuperação. Antes da covid-19, já havia um saldo positivo na geração de empregos, devido ao crescimento de serviços na construção civil e atração de grandes empresas e projetos, como o Porto Sul. "No nosso comércio, com o projeto aprovado na Câmara devido à calamidade pública, demos incentivos como diminuição de impostos a todos os setores produtivos e descontos para pessoas com débitos com o município", diz.

Além disso, na educação, ele diz que, enquanto as aulas estiverem suspensas, escolas foram recuperadas para quando os alunos pudessem retornar. A data oficial de retorno, porém, ainda não foi definida. Isso deve ser acertado com mais certeza ao final de janeiro, mas Mário adianta que deverá ser feito com um sistema híbrido, com aulas em dias alternados para os estudantes. "E estamos nos preparando, para, ainda esse ano, começarmos a usar o sábado para tentar recuperar o tempo perdido".

Outro problema que a prefeitura precisa enfrentar é o planejamento de encostas. "Estamos buscando isso para melhorar a acessibilidade e também na zona rural, porque temos quase 40 localidades rurais, além de retornar o fortalecimento do turismo".



LAURO DE FREITAS EDITAL PARA SERINGAS

Também reeleita em 2020, a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), é a única mulher entre os gestores que iniciam agora um novo mandato consecutivo. Em 2021, o foco da prefeitura é evitar aglomerações no combate à covid-19 e manter a estrutura para assistência à saúde. "Em relação à vacina, estamos muito ligados ao governo do estado do ponto de vista de fazer o que o estado determinar", diz Moema, que adianta que o município já tem licitações para compra de seringas e agulhas para a imunização.

Para enfrentar a queda na arrecadação, a prefeitura chegou a lançar uma campanha envolvendo segmentos sociais que vão desde escolas de menor porte a ambulantes. Segundo a prefeita, para facilitar o acesso a crédito e apoiar microempreendedores, o município já tinha retirado correções de pagamento de impostos até dezembro. Essa medida deve ser prorrogada até o início de março. "Nós temos uma lei que qualquer empreendedor tem que ter sua responsabilidade social construindo algo ou fazendo algum tipo de projeto. Nós reduzimos essa contrapartida a 40%", diz a gestora.

Mesmo com as aulas remotas ao longo do ano, ela reconhece que muitos estudantes não tiveram acesso aos conteúdos por não ter um computador ou celular. "Mas agora adquirimos tablets e vamos entregar no início das aulas para retomarmos as aulas remotamente até que possamos voltar com as aulas presenciais", diz. O ano letivo deve ser iniciado em fevereiro.

Outras prioridades no novo mandato serão a conclusão da obra de esgotamento da cidade, que deve ser finalizada até 2022, e a de macrodrenagem do Rio Ipitanga, cujo objetivo é colocar fim aos alagamentos na cidade, até o segundo semestre deste ano. A prefeita ainda espera construir a nova orla da cidade.



JEQUIÉ QUER FORTALECER O COMÉRCIO LOCAL

Eleito em 2020 para a prefeitura de Jequié, Zé Cocá (PP) acredita que o município não tem condições de fazer um plano de imunização próprio. Por isso, espera a orientação dos governos federal e estadual. "Jequié tem mais de R\$ 100 milhões em débito corrente. Está numa situação muito deficitária e o custo da vacina não será baixo. O Ministério da Saúde vai dar", explica ele, que já tinha sido prefeito de Lafaiete Coutinho. Contrário a medidas como o fechamento do comércio, o prefeito defende a limitação da quantidade de pessoas por local, com fiscalização e monitoramento do uso de máscaras. "Temos que fazer conscientização até chegar à vacina. Tem que mostrar às pessoas que a máscara é importante".

Para resolver o problema da arrecadação, o prefeito pretende fortalecer o comércio local, incentivando a economia de forma rápida. "Com certeza terá queda de receita com o fim do auxílio emergencial, então teremos decréscimo do comércio. Por isso, a gente tem que trabalhar para reduzir custos, contratos, consultorias", lista. Além disso, Zé Cocá defende uma reforma administrativa e previdenciária. Em Jequié, há uma previdência própria para servidores. "A contribuição patronal de qualquer município com o INSS é de 22,5%. Um bom regime próprio fica em torno de 12% a 15%. Em Jequié, é de 38%. É inviável".

A volta às aulas deve acontecer em fevereiro ou março. Se depender do prefeito, já será feito de forma presencial. No entanto, afirma que é preciso ter um plano federal e, em seguida, estadual. "Se prorrogar muito a vacina, começamos em maio, ajustamos para forma mista", analisa.

Há, ainda, questões prioritárias em Jequié relativas à infraestrutura. "Mais de 50% da cidade não é pavimentada e quase 30% da parte urbana está degradada". Essa pavimentação deve ser uma das obras.

Dólar e ouro lideram ranking de investimentos

FINANÇAS Num ano marcado pela forte turbulência dos mercados financeiros globais, o dólar e o ouro foram os melhores investimentos de 2020. A moeda norte-americana avançou 28,9%, enquanto o metal registrou alta de 24,4%. O levantamento foi realizado pelo professor do Insper Michael Viriato com base em dados da Economistica. Dólar e ouro costumam ser procurados em momentos de grandes incertezas.

A incerteza deste ano se explica por fatores externos e domésticos: inesperada, a pandemia de coronavírus provocou uma recessão global e, agora, coloca uma grande dúvida sobre qual será o ritmo de recuperação da atividade econômica; ontensamente, a falta de clareza com o rumo das contas públicas do Brasil adiciona ainda mais incerteza no cenário local.

A lanterna do ranking dos investimentos foi ocupada pelos fundos imobiliários (-10,7%) e pela poupança (2,1%).

A Bovespa acumulou alta de 3% em 2020, num ano de bastante volatilidade. O principal índice da bolsa de valores do Brasil, B3, chegou a recuar para o patamar de 60 mil pontos no auge da crise provocada pelo coronavírus, mas conseguiu se recuperar ao longo do ano. No último pregão do ano, por exemplo, operou em patamar recorde e superou os 120 mil pontos pela primeira vez.

"O ano de 2020 foi muito difícil, e o investidor que teve um desempenho melhor foi aquele que diversificou a carteira", afirma Viriato. "Mas o resultado final foi mais positivo do que se esperava em abril (no auge da crise)".

Para o brasileiro, o ano de 2020 foi um teste de nervos, até nos investimentos mais con-

A moeda norte-americana registrou, no ano passado, uma valorização de quase 29%

●● O ano de 2020 foi muito difícil, e o investidor que teve um desempenho melhor foi aquele que diversificou a carteira Michael Viriato Professor do Insper



servadores. Com a taxa básica de juros (Selic) num nível historicamente baixo - em 2% ao ano -, as aplicações de baixo risco tiveram dificuldade para superar a inflação. Em 2020, o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acumulou alta de 2,7% e ficou bem abaixo da variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conhecido por reajustar o aluguel.

Também deve perder para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os analistas consultados pelo relatório Focus, do Banco Central, por exemplo, projetam uma alta de 4,39% para o índice em 2020. O CDI acompanha a taxa básica de juros e serve de referência para várias aplicações de baixo risco.

"Dado tudo o que aconteceu, foi um ano ok. Pareceu um ano monótono, mas foi

longe disso", diz o CEO da Garde Asset Management, Marcelo Gufrida. "Foi basicamente uma montanha russa, mas no final do ano todo mundo está chegando no mesmo ponto."

Em 2021, o quadro não será muito diferente. A incerteza com os rumos da pandemia do novo coronavírus deve prosseguir, assim com a dívida se o Brasil vai ajustar as contas públicas e manter em vigor o teto de gastos, medida que limita o crescimento das despesas em relação ao ano anterior.

Se o governo não mostrar comprometimento com a credibilidade fiscal, pode haver uma piora da percepção de risco com a economia brasileira, o que levaria a uma fuga de investidores e piora nos ativos de maior risco, como dólar, por exemplo.

Governo define critério para conceder BPC a partir de janeiro

BENEFÍCIOS O Benefício de Prestação Continuada (BPC) será concedido à família com renda mensal per capita inferior a um quarto de salário mínimo, a partir de hoje. O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou medida provisória que altera o artigo 20 da Lei nº 8.742, de 1993, e estabelece critério de renda exigido para fins de percepção do BPC.

Originalmente, a Lei nº 8.742, de 1993, adotava esse mesmo critério, ou seja, considerava incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita fosse inferior a um quarto do salário mínimo. Esse critério foi mantido pela Lei nº 12.435, de 2001.

Recentemente, contudo, o Congresso Nacional aprovou a ampliação do critério de renda para meio salário mínimo, com a Lei nº 13.981, de 2020. Esse normativo, por sua vez, foi vetado pelo presidente, porque, de acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, criava despesas obrigatórias sem a indicação da fonte de custeio, além de não ter o estudo de impacto orçamentário e financeiro. Segundo o governo, isso violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Presidente Bolsonaro sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021

GOVERNO O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. A LDO define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e fixa limites para os orçamentos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. A LDO foi aprovada pelo Congresso Nacional em 16 de dezembro e dependia apenas da sanção presidencial.

Segundo as estimativas constantes da LDO, é esperado um crescimento real do PIB para o ano de 2021 de 3,2%, o IPCA em 3,2%, a taxa Selic em 2,1% e a taxa de câmbio média de R\$ 5,3/US\$. A nova meta fiscal indica déficit de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para 2021, sem considerar os juros da dívida pública.

Embora o orçamento de 2021 ainda não tenha sido aprovado pelo Congresso, a União estará autorizada a dar continuidade à realização das despesas emergenciais, considerando, para isso, os valores enviados no projeto da lei orçamentária.

A LDO também possui uma listagem de projetos prioritários, que não terão contingenciamento de recursos em 2021 e que, portanto, poderão ser executados. Dentre eles está o Fundeb. Outros projetos cuja execução não será contingenciada dizem respeito ao piso de atenção básica em saúde, a procedimentos de atenção à saúde de média e alta complexidade e à aquisição dos novos caças pela Aeronáutica.

A LDO foi aprovada pelo Congresso Nacional em 16 de dezembro e dependia apenas da sanção do presidente Jair Bolsonaro

REGRAS PARA REEMBOLSO DE PASSAGENS SÃO PRORROGADAS

TRANSPORTE O governo federal editou medida provisória para prorrogar até 21 outubro de 2021 as regras de reembolso de passagens aéreas de voos remarcados, previstas na Lei nº 14.034, de 2020. Com isso, o consumidor continua com direito a flexibilidade para cancelar suas viagens devido a imprevistos decorrentes da pandemia de covid-19. O valor integral da passagem é reembolsado sem multas caso seja convertido em crédito para ser utilizado na compra de outra passagem em 18 meses.

Para a Secretaria-Geral da Presidência, a medida permite "melhor programação pelo consumidor e pelas companhias aéreas num período de insegurança".

Ocupação Média de Hotéis no Rio de Janeiro Cai para 57%

TURISMO O impacto da pandemia de covid-19 levou os hotéis do Rio de Janeiro a registrar uma taxa média de ocupação de 57% entre os dias 31 de dezembro e 2 de janeiro, segundo estimativa divulgada ontem pelo Sindicato dos Meios de Hospedagem do Município do Rio de Janeiro. No ano passado, a ocupação média dos hotéis entre 28 de dezembro e 1 de janeiro foi de 93%.

Palcos da festa de réveillon que foi suspensa neste ano para evitar aglomerações, os bairros de Copacabana e Leme foram os mais afetados pela queda na ocupação. Com média de 95% no ano passado, os hotéis da região registraram média de 46% para virada de 2020 para 2021.

Com a medida, o consumidor continua com direito a flexibilidade para cancelar suas viagens domésticas

No ano passado, a ocupação média dos hotéis entre 28 de dezembro e 1 de janeiro foi de 93%

Indicador de Incerteza da Economia Recua

ESTUDO O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 3,5 pontos em dezembro, para 142,3 pontos. Apesar da queda, o índice segue 27,2 pontos acima do nível de fevereiro, último mês antes do início da pandemia de covid-19 no Brasil, e 5,5 pontos acima do nível máximo anterior a esse período, alcançado em setembro de 2015. A queda foi influenciada pela início da vacinação contra a covid-19 em vários países.

PIB GLOBAL

4,9%

é a projeção de crescimento do PIB global para este ano, de acordo com o JPMorgan. O banco aponta que, apesar do revés no curto prazo com uma segunda onda da pandemia, a perspectiva para o próximo ano melhora, com a chance de vacinação em larga escala



A Bahia conta com 182 parques em operação comercial distribuídos por 20 municípios

Bahia segue líder na geração de energia eólica e solar no país

BALANÇO A Bahia se manteve, pelo segundo ano consecutivo, líder na geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar no país em 2020. Na fonte eólica, o estado gerou 12.590,21 GWh de janeiro a setembro de 2020, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O início das atividades de 17 novos parques neste ano ajudaram o estado na permanência do primeiro lugar na produção energética a partir da fonte dos ventos no Brasil.

Os empreendimentos que entraram em funcionamento foram Caititu 2 e 3, Carcará, Casa Nova A, Corrupião 3, Serra do Fogo, Serra do Vento e Ventos de São Januário 01, 03, 04, 05, 06, 13, 14, 20, 21 e 22 localizados em Pindaí, Casa Nova, Sento Sé e Campo Formoso, respectivamente. Chegando a um total de 182 parques em operação comercial distribuídos por 20 municípios.

A produção estadual de energia elétrica a partir da fonte fotovoltaica foi de 1.376,72 GWh entre os meses de janeiro e setembro deste ano, de acordo com o ONS. Atualmente, 32 empreendimentos fotovoltaicos se encontram em funcionamento

divididos entre oito cidades e colaborando para a manutenção do estado como líder na classificação.

Em 2020, a usina solar do Aeroporto de Salvador entrou em atividade no mês de agosto e com a capacidade instalada de 3,3 MW.

Juntas, a energia elétrica produzida a partir das fontes eólica e solar no estado tem a capacidade de atendimento para 13,5 milhões de residências. Nos últimos nove anos, o investimento total foi de R\$ 21,8 bilhões realizado pelas empresas do setor nos empreendimentos em atividade.

Novos parques estão sendo instalados e deverão funcionar em breve no território baiano. "Até 2025, a previsão é que 130 parques eólicos e 57 empreendimentos solares entrem em operação comercial. Isso reforça ainda mais a preocupação que o Governo da Bahia tem com relação à utilização da energia limpa e sustentável pensando no futuro da população. Hoje, aproximadamente 90% da capacidade instalada de energia elétrica no estado vem de fontes renováveis", ressalta Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura.

Teremos investimentos de R\$ 13 bil na construção dos novos parques eólicos, que devem gerar 56 mil empregos. Já as novas usinas de energia solar estimam investir mais de R\$ 8 bil e criar 27,5 mil postos de trabalho. João Leão, vice-governador.

Até 2025, a previsão é que 130 parques eólicos e 57 empreendimentos solares entrem em operação. Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura.

Banco Central mantém 'seguro' contra crise' intacto

RESERVAS O Brasil entrará em 2021 com um "seguro contra crises" praticamente igual ao visto no fim do ano passado. Apesar de ter vendido dólares nos últimos meses ao mercado financeiro, para segurar a cotação da moeda americana, o Banco Central manteve o nível das reservas internacionais após os piores momentos da crise provocada pelo novo coronavírus.

Depois de encerrar 2019 com reservas de US\$ 356,88 bilhões, a instituição registrou montante de US\$ 356,93 bilhões no início de dezembro.

O nível das reservas foi mantido apesar de, no auge da crise, o BC ter feito operações de montantes consideráveis para conter o dólar. Apenas em março, a instituição despejou US\$ 10,67 bilhões das reservas internacionais no mercado financeiro. Em abril, foram mais US\$ 6,59 bilhões. De março a novembro, o montante total somou US\$ 24,24 bilhões.

357 bilhões de dólares é o valor das reservas internacionais do país. O valor ficou um pouco abaixo do registrado em fevereiro (US\$ 362,46 bilhões), antes do acirramento da pandemia

Fies prorroga prazo de renegociação até 31 de janeiro

EDUCAÇÃO O prazo para renegociação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi prorrogado até o dia 31 de janeiro de 2021. O Comitê Gestor do Fies decidiu estender o prazo, que terminaria ontem, para que mais estudantes tivessem a oportunidade de renegociar.

Podem participar estudantes que possuam contratos firmados até o segundo semestre de 2017, com débitos vencidos e não pagos até 10 de julho de 2020, data em que foi publicada a Lei nº 14.024/2020, que criou o programa de regularização. Para obter o benefício, os contratos também não podem ser objeto de ação judicial.

Os estudantes que se enquadrarem nessa situação poderão renegociar a dívida, com desconto nos encargos moratórios, nas opções de liquidação: 4 parcelas semestrais, até 31 de dezembro de 2022, ou 24 parcelas mensais, com redução de 60% dos encargos e pagamento a partir de 31 de março de 2021.

PAQUETÁ CALÇADOS AMPLIA UNIDADE EM IPIRÁ

INDÚSTRIA A ampliação e modernização da unidade industrial da Paquetá Calçados, no município de Ipirá, vai promover a geração de 295 novos empregos diretos na Bahia, além dos 1,5 mil já existentes na fábrica. Com investimento previsto de R\$ 12 milhões, conforme protocolo de intenções assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a empresa pretende aumentar a capacidade de produção para cerca de 474 mil pares/ano.

A unidade baiana da Paquetá é destinada à fabricação de botas, coturnos, chinelos, chuteiras e tênis.

"Com este novo investimento, chegamos a 91 protocolos de intenções assinados este ano, que resultarão em investimentos na ordem de R\$ 32,2 bilhões e geração de 7,6 mil novos empregos diretos. Tudo isto em um ano de enfrentamento à pandemia do coronavírus", destaca o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado.

A empresa pretende aumentar a capacidade de produção para cerca de 474 mil pares/ano

COELBA REFORÇA SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM CAMAÇARI

INFRAESTRUTURA A Coelba energizou uma nova subestação (SE) na cidade de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador. Com investimento de R\$ 23 milhões, a SE Camaçari V reforça o sistema de distribuição do município e de parte do Polo Petroquímico, beneficiando mais de 300 mil habitantes.

Com capacidade de 53,2 MVA, a inauguração da nova subestação permite maior flexibilidade operacional, já que viabiliza a transferência de cargas entre as subestações próximas - Camaçari I e Camaçari III, procedimento que garante maior confiabilidade no fornecimento de energia para os consumidores da região, que passam a contar agora com alternativas para o suprimento de energia em casos de contingências do sistema. Além disso, o novo empreendimento viabiliza o atendimento de novos clientes, graças ao aumento na oferta de energia.

A SE Camaçari V é totalmente automatizada, o que dispensa a presença de eletricitistas e operadores no empreendimento para efetuar manobras nas instalações. Este procedimento passa a ser realizado diretamente pelo Centro de Operações Integradas (COI).

FERIADOS

R\$ 619

milhões é quanto o varejo baiano deixará de faturar, em 2021, nos 11 feriados (nacionais e estaduais) e 4 pontes (dia útil em que não se trabalha, intercalado entre um feriado e um fim de semana)

R\$ 210

será o prejuízo do grupo conhecido por "Outras Atividades", composto por venda de combustíveis, artigos esportivos, lojas de chocolates, entre outros. Na sequência, aparecem os supermercados com uma perda de R\$ 184 milhões



ARISTON MARIANO/ARQUIVO CORREDOR

Demanda por motos foi estimulada pelos serviços de entrega, que cresceram durante a pandemia

Pandemia é movida por duas rodas

Demanda de motos foi puxada por serviços de entrega; espera pode ser de três meses

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redetaba.com.br

A pandemia do novo coronavírus estimulou os serviços de entrega em todo o país e, como consequência imediata, fez disparar a procura por motos. Para se ter uma ideia, em novembro deste ano, foram emplacadas no Brasil 89.440 unidades, contra 88.418 em igual mês de 2019, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Detalhe: como a produção despencou, com a suspensão das atividades das fábricas para proteger funcionários do risco de contágio, é preciso esperar até três meses para um levar um modelo novinho para casa.

De acordo com Cláudio Cotrim, diretor do grupo Yamaha Motofácil, a demanda este ano aumentou bastante, mas o fornecimento não conseguiu acompanhar o ritmo de vendas nas concessionárias. "As motocicletas são produzidas em Manaus e os componentes vêm da Ásia. Com a pandemia, houve uma queda de produção por lá em maio, junho e julho, o que refletiu aqui em outubro, novembro e dezembro", conta.

Cotrim explica ainda que a fábrica não conseguiu suprir a demanda do mercado. "Em dezembro, com a melhora, mesmo com problemas de fornecimento e logística, houve aumento de cerca de 17% nas vendas e um aumento de demanda de cerca de 25%. Um cliente, uma empresa que aluga motos para motoboys, queria comprar 60 motocicletas comigo e eu consegui entregar 20. As outras vão ser entregues até março", diz.

Segundo ele, os modelos mais procurados da Yamaha são da linha 150 cilindradas, também com preços mais baixos. "Querida que a fábrica estivesse produzindo mais para atender essa demanda crescente, porque aí estaríamos vendendo ainda mais", diz.

Para o porta-voz da Honda, líder de vendas no Brasil, Marcello Ghigonetto, o mercado de motos reagiu muito bem à pandemia tanto em relação a veículos novos quanto aos seminovos. "Se não fosse pela paralisação da produção na fábrica em abril, 2020 teria sido vendido mais do que 2019", disse. Ele acrescenta ainda que os modelos da Honda mais vendidos são os mais em conta: primeiro vem a linha CG 160, depois a NXR 160 Bros e, em terceiro lugar, a Biz 125.

A produção de motos, que está concentrada sobretudo

em Manaus, teve um ritmo mensal médio de 92 mil unidades em 2019. Em abril deste ano, saíram das linhas de produção apenas 1,4 mil motocicletas, de acordo com dados da Abraciclo, entidade que representa o segmento de motocicletas e bicicletas.

ESPERA

Bruno Barreto, 23 anos, comprou uma motocicleta em julho, mesmo em meio à pandemia. "Eu consegui me organizar financeiramente em 2020 e assim foi possível comprar agora. Eu realmente precisava, porque uso a moto para tudo. Não me sinto confortável com transporte público nem com depender de caronas", justificou.

Ele contou que já passou por um acidente de moto e desta vez buscou um veículo que trouxesse mais segurança. Como passou mais tempo em casa este ano por conta do isolamento, não teve pressa para efetuar a compra e conseguiu pesquisar modelos e preços. Assim, optou por um modelo usado que, segundo ele, custou 30% mais barato do que custaria um novo.

Felipe Oliveira, 27, também precisou comprar uma moto usada em 2020. Ele foi demitido devido à pandemia e teve a oportunidade de trabalhar com delivery. "Como

SETOR AQUECIDO

77,84%

é a participação da japonesa Honda no mercado de motos do país. Em seguida, aparece a Yamaha com 15,66%

89.440

foi o total de motos produzidas no país em novembro. Em outubro, este número chegou a 96.160 unidades

816.671

motocicletas foram produzidas no país até o mês de novembro, de acordo com a Fenabrave. Já nos 11 primeiros meses do ano passado, este número alcançou 983.434 unidades

eu tinha uma XRE 300, que não era muito econômica para trabalhar como motoboy, decidi trocá-la", contou.

Ele também comentou que colegas de trabalho que optaram por comprar uma moto 0 km, mesmo pagando à vista, tiveram que aguardar até 60 dias úteis para receber o veículo. A justificativa das lojas era de que houve um aumento na demanda que as fábricas não conseguiram acompanhar.

Segundo a professora do Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia (DETG) da UFBA e doutora em trânsito Ilce Marília Dantas, o crescimento da circulação de motos já vem sendo percebido nos últimos anos, principalmente no Nordeste, mas a pandemia contribuiu para o maior volume de vendas em 2020. Isso por conta do maior risco de contaminação no transporte público e aumento dos serviços de delivery. "A moto acaba se tornando a substituta do carro para quem não tem uma renda mais alta e também muitas pessoas desempregadas viram o delivery como uma oportunidade agora".

Mas ela também lamenta essa maior circulação de motos. Para a especialista em trânsito, elas causam poluição, mais transtornos no trânsito e, principalmente, mais acidentes. "Os acidentes por motocicleta são os mais comuns e os mais graves. As maiores vítimas de acidentes de trânsito deixaram de ser de atropelamento, agora são os motociclistas", avalia.

DICAS

Para Cláudio Cotrim, diretor do grupo Yamaha Motofácil, na hora de escolher a motocicleta é preciso se perguntar qual será a utilidade principal dela. Se for para trabalho, a busca deve ser por um modelo econômico tanto quanto ao consumo de combustível, quanto ao custo de manutenção por isso o foco deve ser em um veículo de baixa cilindrada, 125cc a 250cc, que são bastante econômicas, com uma média aproximada de 50 km/L de consumo de combustível.

Outra dica é optar por uma marca conhecida, que tenha maior capilaridade na sua rede de concessionárias, o que proporciona mais opções na escolha da oficina, além do que, para veículos de baixa cilindrada que são mais comerciais e, por isso, consegue-se também uma gama de peças e componentes, de giro, no mercado paralelo, o que diminui bastante o preço da manutenção.

*COM ORIENTAÇÃO DO CHEFE DE REPORTAGEM JORGE GAUTHIER

Grupo investe R\$ 629 milhões em energia renovável

SENTO SÉ A Brennand Energia pretende investir R\$ 629 milhões em energia renovável no município de Sento Sé, na Bahia. Serão cinco parques de geração de energia elétrica, um com fonte solar e os outros quatro com fonte eólica. Serão gerados 60 empregos diretos na construção, outros 60 na operação e 1,4 mil indiretos. O protocolo de intenções foi firmado com o governo do estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), antontem.

A estimativa é que o primeiro parque solar da Brennand na Bahia, o Sol do São Francisco I, entre em operação já em abril do próximo ano e tenha capacidade instalada de produção de até 98,1 Gigawatts (GW) hora/ano.

Já os parques eólicos Morro Branco II e Baraunas IV, XV e XX têm previsão de começar a funcionar entre março e maio de 2022. Juntos terão capacidade de pro-

duzir 661,3 GWh/ano de energia.

"Encerramos o ano com esta excelente notícia. Investimento em fonte limpa e a Bahia ganha mais cinco parques renováveis. O estado, que tem contribuído de forma brilhante para diversificação da matriz energética utilizando seus potenciais naturais que são sol e vento. A empresa contribui ainda para o desenvolvimento da região, levando emprego e renda para o nosso povo. Que em 2021, possamos anunciar outros tantos investimentos", afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com Adelson Ferraz, diretor da Brennand Energia, as obras civis dos cinco parques já foram iniciadas.

"Nossos investimentos são majoritariamente em energia eólica. Estamos fazendo esse parque solar para contribuir com a regularidade



Empresa já tem 10 parques eólicos em operação em Sento Sé

do suprimento de energia, uma complementa a outra. A energia eólica tem uma produção mais significativa à noite e durante o dia temos a produção solar, assim, fazemos uma entrega de energia o mais constante possível. Ressalto ainda a receptividade que temos tido do governo da Bahia, que oferece estrutura e tem entendido as necessidades do setor", diz.

A companhia tem 10 parques eólicos em operação e um em construção, todos em Sento Sé, onde já investiu mais de R\$ 1,3 bilhão. Juntas, as usinas somam 341

Megawatts (MW) de capacidade instalada. Entretanto, a Brennand estuda o potencial em mais dois municípios, Campo Formoso e Juazeiro.

O Grupo Brennand iniciou seus negócios há mais de 80 anos, com a produção de açúcar e álcool. A partir da década de 1950, diversificou e expandiu suas atividades, de modo que, nos anos 90, passou a atuar também na produção de cerâmica, vidro e fabricação de cimento com unidades em Goiás, Paraíba e Alagoas. O Grupo Brennand Energia originou-se em 2000.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,982	R\$ 5,987
Dólar Turismo	R\$ 5,97	R\$ 5,977
Euro Turismo	R\$ 6,28	R\$ 6,37

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	10077,24	-0,33%

POUPANÇA

31/12/2020	0,189%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.043,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,89%	2,8%	4,3%
NPIC/IBGE	0,9%	3,8%	5,9%
IMP-M/FGV	2,8%	21,9%	24,5%

CONTAS PÚBLICAS

Déficit As contas públicas fecharam novembro com saldo negativo. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 18,140 bilhões. É o maior resultado negativo para o mês desde novembro de 2016, R\$ 39,141 bilhões. As estatísticas fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central.

miriam leitão



blogos.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Pareceu, em certos dias, que o deserto não acabaria. Mas houve pontos de refresco na caminhada. Quero falar deles nos derradeiros instantes de 2020. Na crise, as empresas fizeram doações em volumes nunca vistos. Diante da escalada da ameaça ao meio ambiente, empresas e bancos formaram coalizões com organizações sociais e anunciaram compromissos em defesa dos biomas brasileiros. Fundos internacionais avisaram que ou o Brasil protege a floresta, ou ficará fora da rota do capital.

A sociedade fez movimentos na direção certa, num ano torço. Médicos e enfermeiros foram à exaustão, mas fizeram a diferença entre vida e morte. A ciência venceu a sua luta mais difícil, enfrentando o vírus e o negacionismo. Salu vitoriosa. Nunca tantos cientistas nos ilustraram tanto. Em tempo recorde, a ciência está entregando ao mundo as vacinas que abrem a janela para a esperança.

Emicida é parte das boas notícias do ano. É o futuro. Ver tantos negros no Theatro Municipal de São Paulo deu uma sensação de alívio a quem não se conforma com a partição da sociedade brasileira. Ver o jovem Leandro, como a mãe ainda o chama, levar

Os oásis em um ano áspero

todos a um passeio pela História para constatar que os negros estiveram presentes – o tempo todo presentes – nas grandes conquistas do país foi muito bom. Esse “reescrever” da História para corrigi-la é um deslumbramento. “AmarElo” foi um ponto de virada. A ideia de que se pode matar o mal de ontem com a pedra lançada hoje é tranquilizadora. Então nós podemos ainda corrigir o mal feito antes? Sim. Podemos começar de novo.

As empresas iniciaram o combate à desigualdade racial em seus quadros de funcionários, que ainda mantêm os negros nas funções com menor remuneração e nenhum poder, e os brancos no comando. Essa paisagem corporativa começou a mudar. O recrutamento ativo passou a ser levado a sério. Não por benevolência, mas por necessidade. Algumas empresas corrigem sua forma de pensar e de recrutar pessoas. Foi um avanço num ano distópico. Eu sei que muitos po-

dem pensar: foi um avanço mas pessoas morreram por isso. George Floyd e João Alberto Freitas. É verdade. Mas no passado houve mortes que foram esquecidas sem mover a roda empurrada da História.

Donald Trump perdeu a eleição e isso foi muito bom. Sua escalada de desmonte da democracia americana, sua negação da mudança climática, seu estímulo aos supremacistas e governantes autoritários estão acabando. Joe Biden está combatendo um governo com diversidade. A vice Kamala Harris reforça essa esperança. Na área ambiental e climática, Biden fez uma equipe que convenceu, segundo editorial do New York Times. O veterano John Kerry vai organizar a volta ao Acordo de Paris. A primeira indígena no governo, Deb Haaland, será a secretária do Interior. Terá poder sobre parques e florestas nacionais que antes estavam entregues a um lobista do petróleo. O

setor de energia ficará com Jennifer Granholm. Como governadora de Michigan ela liderou a implantação de energia renovável. A lista dos acertos é longa.

Foi ano em que as famílias, as empresas, os eventos, o jornalismo testaram o fim da distância. Não era mais preciso estar presente para estar presente. Houve um salto digital enorme. Era possível antes, mas não era tentado nessa escala. Seminários, encontros, reuniões, entrevistas, festivais tudo feito pelas plataformas que nos agregam em pontos diferentes do país, e do mundo. Esse salto tecnológico deixará um legado. O mundo ficou mais estreito, entre quatro paredes e, ao mesmo tempo, ampliou-se.

O ano foi farto de eventos ruins, mas quero falar dos bons e me lembro dos aniversariantes. Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto teriam feito 100 anos. O centenário do nascimento desses dois gênios nos ajudou em 2020. As leituras ou releitu-

ras apontaram caminhos. Clarice ensinou em “Paixão segundo G.H.” que “a atualidade não tem esperança, a atualidade não tem futuro”, e isso nos dá esperança de que essa atualidade não se perpetue. E escrevo, como se intuisse a grande aflição que vivemos este ano. “Se eu gritasse uma só vez que fosse, talvez nunca parasse de gritar. (&) nós que guardamos o grito em segredo inviolável”. João Cabral foi ofendido no ano de seu centenário. No Itamaraty, local de seu trabalho como diplomata. Quem o ofendeu não será lembrado na história, mas o poeta sim, esse ficará. Estará nos rios que ele seguiu, nas pedras que ele amou, nos brasileiros desvalidos que ele homenageou com seus versos. “E ainda se me permite mais uma vez indagar: é boa essa profissão na qual a comadre ora está?” Se a mim fosse dirigida a pergunta, e não à rezadeira, diria que sim, o jornalismo viveu um grande ano, dando boas informações, num tempo confuso.

Cada pessoa sabe o que viveu, e houve perdas irreparáveis. Foi difícil sim, mas os oásis nos ajudaram na travessia. O calendário marca o recomeço daqui a algumas horas. Feliz Ano Novo.

ECONOMIA

Salário mínimo será de R\$ 1.100 em 2021

Marcelo Guaranya, o reajuste do salário mínimo está em linha com o que foi feito em 2019



TRABALHO O presidente Jair Bolsonaro anunciou, ontem, em uma rede social que o salário mínimo será de R\$ 1.100 em 2021. Segundo Bolsonaro, o valor constará de uma medida provisória (MP), a ser publicada no Diário Oficial da União. O valor atual do salário mínimo é de R\$ 1.045, e o novo valor vale a partir de amanhã.

Medidas provisórias entram em vigor assim que publicadas no Diário Oficial da União. Precisam, contudo, de aprovação do Congresso Nacional para se tornar leis em definitivo.

"Assinarei ainda hoje (ontem) MP que eleva o salário mínimo para R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. É um aumento de 5,26% em relação ao valor atual (R\$ 1.045)", publicou o presidente. "O valor de R\$ 1.100,00 se refere ao salário mínimo nacional. O valor é aplicável a todos os trabalhadores, do setor público e privado, e também para as aposentadorias e pensões", acrescentou o presidente.

O salário mínimo de R\$ 1.100 está acima dos R\$ 1.088 previstos pelo governo na proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada em 15 de dezembro ao Congresso Nacional. Na proposta, o governo revisou de R\$ 1.067 para R\$ 1.088 em razão do crescimento da inflação nos últimos meses.

O crescimento da inflação fez a área econômica do governo aumentar a previsão para o

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base para a correção anual do salário mínimo. De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 49 milhões de trabalhadores no Brasil.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranya, o reajuste do salário mínimo está em linha com o que foi feito em 2019. Para o reajuste, o governo usou uma previsão de INPC de 5,22%. Segundo ele, esse valor leva em consideração o valor fechado do índice até novembro e a última estimativa do boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira (28). Com isso, será mais um ano sem

alta real no salário mínimo. Se o INPC superar a previsão do governo o salário mínimo pode ter que ser novamente reajustado, como ocorreu em janeiro deste ano. Ao conceder um reajuste maior para o salário mínimo, o governo federal também gasta mais. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, cria-se uma despesa em 2021 de aproximadamente R\$ 351,1 milhões. Segundo ele, a revisão no salário mínimo com relação aos R\$ 1.088 previstos na LDO de 2021 levará a uma despesa extra de cerca de R\$ 4 bilhões no próximo ano.

De acordo com o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, cria-se uma despesa em 2021 de aproximadamente R\$ 351,1 milhões. Segundo ele, a revisão no salário mínimo com relação aos R\$ 1.088 previstos na LDO de 2021 levará a uma despesa extra de cerca de R\$ 4 bilhões no próximo ano.

De acordo com o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, cria-se uma despesa em 2021 de aproximadamente R\$ 351,1 milhões. Segundo ele, a revisão no salário mínimo com relação aos R\$ 1.088 previstos na LDO de 2021 levará a uma despesa extra de cerca de R\$ 4 bilhões no próximo ano.

De acordo com o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, cria-se uma despesa em 2021 de aproximadamente R\$ 351,1 milhões. Segundo ele, a revisão no salário mínimo com relação aos R\$ 1.088 previstos na LDO de 2021 levará a uma despesa extra de cerca de R\$ 4 bilhões no próximo ano.

Planos de saúde terão reajuste a partir de janeiro

CUSTO DE VIDA Para cerca de 20 milhões de usuários de planos de saúde, a conta da suspensão do reajuste anual de 2020, por causa da pandemia, chegará em janeiro. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) tentou, na Justiça, impedir a cobrança retroativa até que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) instalasse uma câmara técnica para discutir o tema, mas o pedido de liminar foi negado.

Sendo assim, os boletos que estão chegando na casa dos consumidores, além da mensalidade já reajustada, trazem a cobrança dos valores que deixaram de ser pagos este ano, parcelados em 12 vezes, ou seja, até o fim do ano que vem.

A fatura também chega para 5,3 milhões de beneficiários que trocaram de faixa etária e tiveram o aumento referente à mudança de idade de suspenso de setembro a dezembro deste ano.

Para os que tiveram interrompidos ambos os reajustes, a conta será ainda mais salgada.

Saque emergencial do FGTS termina hoje

FUNDO DE GARANTIA Junto com o ano, acaba também hoje o prazo para solicitar o saque emergencial de até R\$ 1.045 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O calendário de pagamentos começou em junho e terminou em novembro. Durante todo o calendário, foram disponibilizados R\$ 37,8 bilhões para mais de 60 milhões de trabalhadores.

Cerca de R\$ 7,9 bilhões creditados em poupança digital não foram movimentados e, em razão disso, retornaram para as contas vinculadas dos trabalhadores, devidamente corrigidos.

Esses trabalhadores, porém, ainda podem pedir o crédito até hoje. O prazo também vale para quem informou à Caixa que não desejava retirar os recursos, mas mudou

de ideia. A solicitação deve ser feita pelo aplicativo FGTS. O saldo será transferido novamente para a conta digital aberta pela Caixa e ficará disponível para movimentação pelo aplicativo Caixa Tem.

Para receber o Saque Emergencial FGTS, é preciso estar com os dados cadastrais atualizados. Segundo a Caixa, os trabalhadores que ainda não receberam devem acessar o

aplicativo FGTS, complementar os dados cadastrais e solicitar o saque dos valores, que serão creditados na Conta Poupança Social Digital. O valor e a data do crédito serão informados em seguida.

A Caixa disponibiliza os seguintes canais de atendimento para o saque emergencial FGTS: site fgts.caixa.gov.br e Central de Atendimento Caixa 111, opção 2.

GOVERNO AMPLIA PRAZO DE SAQUES DO BOLSA FAMÍLIA

BENEFÍCIO O governo federal ampliou de 90 dias para 270 dias o prazo para beneficiários do Bolsa Família sacarem os recursos já depositados do programa social e do auxílio emergencial residual. A portaria do Ministério da Cidadania foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, a legislação prevê que o prazo de saque do programa pode ser ampliado em municípios com declaração de situação de emergência, como é o caso da pandemia de covid-19. Além disso, a medida visa evitar aglomerações nos locais de pagamentos, como forma de prevenção, controle e contenção de riscos de disseminação do novo coronavírus.

A prorrogação será contada da data da disponibilidade da parcela dos benefícios. Ela incidirá ainda em todas as parcelas do Bolsa Família disponibilizadas para pagamento durante a vigência da situação de emergência em razão da covid-19 e que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamentos e operacional do programa.

Em julho, uma portaria já havia ampliado para 270 dias o prazo para saque do próprio Bolsa Família (não dos recursos do auxílio para este público), com prazo até o final do estado de calamidade que acaba hoje.

O prazo ampliado para a utilização dos recursos vale até o fim do estado de emergência em saúde pública, que ainda não tem data para acabar

LEI KANDIR

R\$ 3,119 bilhões serão transferidos, hoje, pela União para os estados e municípios que já assinaram a declaração de renúncia às ações judiciais que questionam os repasses da Lei Kandir, que compensava os entes federativos pela isenção de ICMS sobre exportações

R\$ 58 bilhões serão repassados até 2037, sendo que, nos primeiros 11 anos, o repasse será de R\$ 4 bilhões, decrescendo paulatinamente nos períodos seguintes - R\$ 500 milhões anuais

INSS MUDA IDADE PARA PAGAMENTO DE PENSÃO

PREVIDÊNCIA O Ministério da Economia alterou a idade para a duração do pagamento da pensão por morte aos dependentes de segurados do INSS e dos servidores públicos federais. A idade-limite subiu um ano. A portaria nº 424 foi publicada no Diário Oficial da União de ontem e é assinada por Marcelo Guaranya, ministro substituto de Paulo Guedes, titular da pasta. As novas idades começarão a valer amanhã.

Segundo o documento, a idade mínima para que a viúva ou viúvo possam receber a pensão por morte de forma vitalícia, ou seja, por toda vida, sobe de 44 anos para 45 anos. Para segurados com idades abaixo deste limite, o benefício não é pago por toda vida e também tem um tempo-limite. A regra vale para mortes que ocorrerem após o pagamento de ao menos 18 contribuições mensais cujo casamento ou união estável tenha ao menos dois anos. A portaria não traz explicações para o aumento da idade-limite, mas conforme a lei 13.135, de 2015, que alterou a regra de pagamento da pensão, a alteração da idade pode ser feita, respeitando a expectativa de vida do brasileiro.

Segundo a lei publicada em 17 de junho de 2015, a idade mínima para pagamento da pensão por morte pode ser acrescida de um ano, a cada três anos, conforme a expectativa de vida dos brasileiros.

A idade mínima para que a viúva ou viúvo possam receber a pensão por morte de forma vitalícia, ou seja, por toda vida, sobe de 44 para 45 anos

Carmen Vasconcelos

REPORTAGEM

carmen.vasconcelos@redet Bahia.com.br

O técnico em telefonia Valter Freitas, 55, possui três motos para atuar nos serviços de entrega. No último sábado, ele abasteceu com a gasolina custando R\$3,99 o litro. Ontem, a mesma gasolina estava R\$4,65. "No sábado, encher o tanque custou R\$22 e hoje R\$28,47. Infelizmente, para não perder a clientela, vou absorver esse aumento sem repassar para os meus clientes e vamos combinar que essa é uma forma péssima de começar o ano novo", lamenta Valter.

De acordo com o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, com a chegada do inverno europeu, quando há um aumento na demanda dos derivados de petróleo, a tendência é que haja novos aumentos. "A alta dos preços se deve, sobretudo, à política adotada pela Petrobras de ajustar o valor do diesel e da gasolina tomando como base o valor do barril de petróleo e do dólar. Como no Brasil temos um uso grande do transporte viário, essa alta impacta de forma muito significativa na vida dos consumidores", comenta.

Walter Tannus ainda chama atenção para o fato de que a alta ultrapassou 13% em menos de 30 dias, gerando um aumento médio de 5% semanalmente. "Num momento de recessão econômica como esse que estamos vivendo, essa alta termina impactando de modo muito negativo", ressalta.

FATORES DE ALTA

O educador financeiro e consultor do CORREIO, Edísio Freire, salienta que o petróleo é uma commodity e que, desde 2017, a Petrobras indexa o preço praticado com o valor do barril. "O custo final, no entanto, é afetado pela pauta fiscal que gera a diferença de valores nos estados brasileiros. A Bahia, infelizmente, possui uma das pautas fiscais mais altas do país, gerando um custo final também alto", explica.

Outro impacto destacado pelo educador diz respeito ao fato de que, no estado, os postos de combustível estão concentrados na mão de poucos empresários e isso faz com que os aumentos ocorram em todos os postos, sem grande possibilidade de concorrência. Ele salienta que, nesse final de ano, a lei do mercado terminou prevalecendo. "No início da pandemia, com a queda na procura, houve uma queda no preço. Nesse final de ano, a retomada, o 13º salário e as pessoas saindo de férias ajudaram a ampliar a procura nos postos de combustível", analisa.

A especialista em gestão financeira, Raquel Santos, reflete sobre a compensação



O aumento dos preços no combustível teve uma alta 13% em menos de um mês. Sobrou para o consumidor

Aumento da gasolina assusta consumidores

Combustível
Na Bahia, o aumento nos postos ultrapassou os 13%

do uso do carro diariamente, lembrando que buscar carona ou até mesmo os aplicativos pode significar uma boa economia. "No meu caso, por exemplo, eu me mudei para o mesmo bairro do meu escritório e vendi o carro, pois na ponta do lápis me locomover pelo aplicativo é uma economia significativa e valeu a pena", conta.

O professor universitário Fábio Fernandes, 43, estava em viagem pelo interior do estado com a família e disse ter tido uma surpresa bem desagradável com esses aumentos. "No interior, na região de Vitória da Conquista, o litro da gasolina estava variando entre R\$4,49 e R\$4,89. Infelizmente, nesse período de festas e férias, a gente termina fazendo o sacrifício para conseguir sair um pouco", finaliza.

PREÇO MÉDIO NAS ÚLTIMAS SEMANAS DA GASOLINA COMUM (FONTE: ANP)

Data	Valor médio (L)
09/11/2020	R\$ 4,42
16/11/2020	R\$ 4,49
30/11/2020	R\$ 4,55
07/12/2020	R\$ 4,54

R\$ 4,65

É o preço médio atual da gasolina comum nos postos do estado

13%

Foi o aumento da gasolina comum, em menos de um mês na Bahia. Uma média de quase 5%, por semana

Num momento de recessão econômica como esse que estamos vivendo, essa alta termina impactando de modo muito negativo Walter Tannus

Presidente do Sindicombustíveis Bahia

Me mudei para o mesmo bairro do escritório e vendi o carro, pois me locomover pelo aplicativo é uma economia significativa Raquel Santos

Especialista em gestão financeira

No sábado, encher o tanque custou R\$22 e hoje R\$28,47. Para não perder a clientela, vou absorver esse aumento sem repassar para os clientes Valter Freitas

Técnico em telefonia

5 DICAS PARA ECONOMIZAR NO TANQUE

1. Evite as saídas desnecessárias com o carro.
2. Mantenha o automóvel com a manutenção atualizada como indicado pelo fabricante, evitando que o mal funcionamento das peças acarrete em um consumo maior de combustível.
3. Procure trocar as marchas sempre na rotação correta do carro, mantendo o giro do motor compatível à marcha que você escolheu.
4. Estar sempre com carro cheio também contribui para aumentar o gasto de combustível. Cargas superiores a 10 quilos já influenciam no consumo, pois o motor terá que fazer mais força para colocar o veículo em movimento.
5. Circular com os pneus em boas condições é essencial para economizar combustível. Pneus murchos influenciam diretamente no rendimento do veículo, pois geram mais atrito com a via que está circulando.

Prefeitos tomam posse com medidas de ajuste fiscal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o caixa baixo e os efeitos da pandemia ainda relevantes para derrubar a **arrecadação**, prefeitos das principais cidades do País anunciaram, já na posse, ontem, medidas de ajuste fiscal, cortes de despesas e revisão de contratos. Em São Paulo, Bruno Covas (PSDB) publicou decreto que prevê a revisão e renegociação de convênios, contratos e parcerias. Ele também determinou que todos os órgãos da administração municipal apresentem, até o fim do mês, propostas de redução de no mínimo 10% de cargos comissionados e de confiança. No Rio, que tem déficit orçamentário estimado em R\$ 10 bilhões em 2021 e servidores com salários atrasados, Eduardo Paes (DEM) lançou pacote para tentar organizar as contas. As medidas incluem a criação de uma 'lei de emergência fiscal', reforma da Previdência municipal e cortes de despesas, entre outros pontos. Outros prefeitos, como João Campos (PSB), no Recife, foram na mesma linha.

O primeiro dia do mandato dos prefeitos em algumas das principais cidades do País, ontem, foi marcado pela

adoção de medidas de ajuste fiscal, reorganização de cargos e revisão de contratos. Sem socorro do governo federal previsto para 2021, chefes do Executivo municipal devem ter as contas pressionadas pela queda na **arrecadação** de impostos, dependente de comércio e serviços, setores afetados pela pandemia do novo coronavírus. A covid-19 foi o principal tema dos discursos de posse, já que cabe aos prefeitos organizar a vacinação e decidir sobre volta às aulas e outras medidas de restrição de circulação.

Em São Paulo, o prefeito Bruno Covas (PSDB), que deu início a seu segundo mandato, publicou, em edição suplementar do Diário Oficial, decreto que prevê revisão e renegociação de 'todos os contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parcerias e contratos de gestão'. O texto também pede que órgãos da administração apresentem, até 31 de janeiro, proposta de redução de, no mínimo, 10% nos cargos comissionados e funções de confiança - postos que não são preenchidos por concurso público.

'(Enfrentamos) Uma crise econômica sem precedentes, que se segue a uma década perdida', disse Covas, ontem, em seu discurso de posse. 'Uma crise social na qual a pandemia ampliou o já vexatório fosso que separa ricos e pobres e que se agrava com a mais alta taxa de desemprego da história.' Ao falar sobre a pandemia do novo coronavírus, o prefeito paulistano disse que a cidade está pronta para uma vacinação em massa (mais informações na pág. A5).

Na tentativa de organizar as contas do Rio, que tem déficit orçamentário de R\$ 10 bilhões previsto para este ano e possui servidores com salários atrasados, o prefeito Eduardo Paes (DEM) publicou 45 decretos ontem. Em seu discurso de posse, ele se comprometeu

a apresentar propostas de reforma da Previdência municipal e de sugerir a criação de uma 'lei de emergência fiscal'. 'Vamos desindexar contratos e desvincular receitas, desobrigar despesas e ampliar todo o arcabouço de responsabilidade fiscal', disse.

O discurso de Paes foi marcado por críticas a seu antecessor, Marcelo Crivella (Republicanos). Acusado de deixar o 'caixa zerado', o ex-prefeito, que cumpre prisão domiciliar, será alvo de investigações administrativas (mais informações nesta página). Outras medidas anunciadas por Paes preveem criar, ainda em janeiro, 343 leitos para tratamento da covid-19.

Restaurantes. Também pressionado pelas finanças, Alexandre Kalil (PSD) assumiu ontem seu segundo mandato à frente de Belo Horizonte. A capital mineira tem no setor de serviços uma de suas principais fontes de impostos, mas bares e restaurantes iniciaram o ano proibidos de venderem bebidas alcoólicas para consumo no local como medida

para conter o avanço do novo coronavírus. 'Temos muitas obras para fazer e empresas do comércio para recuperar. O prefeito vem afirmando isso. O ano de 2020 foi o da pandemia. O de 2021 será o da recuperação da economia da cidade', disse, antes da posse, realizada de forma virtual, o vice-prefeito Fuad Noman (PSD).

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), nem esperou a posse para apresentar um projeto de reforma administrativa. A redução de secretarias e revisão de cargos foi aprovada, ainda em dezembro, pela Câmara Municipal. O texto foi alvo de críticas da oposição por não gerar economia imediata. Uma proposta de revisão de cargos comissionados também foi apresentado pela

prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro (PSDB).

Aulas. Enquanto tentam equilibrar as finanças e lidam com as restrições impostas pelo combate à covid-19, os prefeitos terão que responder à pressão de pais pelo retorno das **aulas presenciais**. Ao tomar posse ontem, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), afirmou que a retomada das aulas é o maior desafio de sua gestão. 'Vamos ter que organizar a retomada das aulas, esse é um desafio colocado. Porque tem as crianças e precisamos cuidar para que elas não percam dois anos e comprometam o seu presente e futuro.'

Em Curitiba, Rafael Greca (DEM), reeleito para mais quatro anos, confirmou a retomada das atividades escolares a partir de fevereiro, em esquema de rodízio. 'Um dia (o aluno acompanhará a aula) na televisão ou no computador, no outro na sala de aula'. Segundo ele, a expectativa é vacinar 200 mil curitibanos até abril.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Aulas presenciais | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/01/21	



GOVERNO DO ESTADO PEDE ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS PREVISTOS À DEFENSORIA



admin 4 Janeiro, 2021

O Governo do Estado solicitou a antecipação de recursos de 2021 para honrar os compromissos com a Defensoria Pública da Bahia, que está sem os salários do mês de dezembro. Numa nota emitida pela Secretaria de Comunicação, a gestão pública esclarece que realizou a solicitação de recursos extras, por meio de suplementação de R\$ 13,7 milhões, mas o pedido foi negado, restando a possibilidade de pedir antecipação orçamentária desse ano. Agora, é aguardar para ver quando os recursos serão disponibilizados.

De acordo com o defensor público geral em exercício Pedro Casali, em entrevista ao jornal correio, a suplementação foi instituída desde 2007, para garantir os honorários da Defensoria e no Ministério Público (MP) e, desde, então, passou a ser uma rotina do estado. “A falta do repasse ocorre num momento em que a Defensoria Pública da Bahia passa por um processo de expansão, especialmente para o interior do estado”, esclarece, ressaltando que o valor da suplementação é o menor solicitado quando comparado aos R\$ 36 milhões do MP, que foram repassados como de costume. O comunicado de que não haveria suplementação para a Defensoria foi feita em dezembro, sem maiores explicações, segundo o defensor.

A ausência da suplementação orçamentária impediu que 376 defensores e defensoras públicos fossem remunerados nesse período. A nota da Secretaria de Comunicação ainda diz que o Governo do Estado repassou todos os recursos previstos no orçamento de 2020 para a Defensoria Pública da Bahia.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/01/21	



GOVERNO FEDERAL TERÁ QUE CORTAR GASTOS EM 2021, DIZEM ANALISTAS



admin 4 Janeiro, 2021

Em um governo com divergências internas, que coloca em lados opostos a equipe econômica e as alas política e militar, quando o assunto é o tamanho do gasto público, 2021 promete ser um ano de disputa pelos limitados recursos do Tesouro. Com um Orçamento de cerca de R\$ 1,5 trilhão, o governo terá liberdade para manejar menos de R\$ 100 bilhões. São os chamados gastos discricionários, que incluem investimentos e despesas para a manutenção da máquina pública.

O restante são verbas carimbadas, como os recursos voltados aos pagamentos de salários de servidores públicos e benefícios previdenciários. O Brasil não gera superávit fiscal desde 2014, o que significa que o governo vem gastando mais do que arrecada (já desconsiderando a despesa com os juros da dívida pública). O buraco nas contas vai atingir um patamar sem precedentes em 2020 devido à pandemia. Só com medidas emergenciais para o combate à crise sanitária, o gasto ficou em torno de R\$ 600 bilhões, o que deve levar o resultado primário do ano a um déficit de R\$ 844 bilhões, segundo a estimativa oficial.

E os rombos continuam. Para 2021, o governo estabeleceu uma meta de déficit de R\$ 247,1 bilhões para as contas do governo federal. Se confirmado, esse valor será o segundo pior já registrado pelo Tesouro, perdendo apenas para o atípico ano de 2020. A forte expansão de gastos para mitigar os efeitos da pandemia levou a uma disparada no endividamento público, antes já elevado e acima do de países como a Alemanha. A dívida bruta do governo, que encerrou 2019 em 74,3% do PIB, deve fechar 2020 em 91% do PIB, segundo estimativa oficial.

A dívida do governo passou de R\$ 4,5 trilhões em 2020, com prazos mais curtos de pagamento e juros maiores, e a tendência é continuar subindo pelo menos até 2030, se o governo não adotar medidas de restrição de gastos, ampliação da arrecadação ou ações extraordinárias, como a privatização de estatais e venda de outros ativos. Ainda sem controle da pandemia e sem vacinas disponíveis para os brasileiros, a virada de 2020 para 2021 traz de volta as regras fiscais, suspensas no período de calamidade pública (encerrado no dia 31).

Com isso, o governo terá de respeitar novamente a meta para o resultado primário e o limite imposto pelo teto de gastos, regra que impede que as despesas públicas cresçam mais do que a inflação. Embora membros da equipe econômica afirmem que o governo conseguirá passar por 2021 sem descumprir a norma, especialistas apontam que há risco de rompimento do teto. Por isso, o Ministério da Economia quer a retomada da agenda de mudanças estruturantes e medidas de ajuste fiscal, como a reforma administrativa (que diminui gastos com servidores), a reforma tributária (que simplificaria normas e aumentaria a competitividade) e a proposta do pacto federativo (que revê despesas).

Mas o ministro Paulo Guedes (Economia) não obtém consenso para as medidas nem mesmo entre os colegas de governo. Membros das alas política e militar defendem uma maior liberdade para ampliar despesas em obras públicas sob o argumento de que isso poderia estimular a atividade econômica. Também há pressão entre especialistas e parlamentares para que o governo amplie gastos com saúde para combater a pandemia e reforce programas de assistência social para amparar pessoas que ficaram sem emprego e perderam renda na crise sanitária. Na visão dos analistas, o ajuste fica ainda mais comprometido sem o presidente Jair Bolsonaro liderar a discussão pelas mudanças. A Folha ouviu a opinião de diferentes economistas sobre os cenários para 2021 e o futuro da agenda econômica.

As sociedades colapsam quando quem está próximo ao poder toma decisões boas para si, mas ruins para a população em geral. Essa é uma das teses do biólogo evolucionário Jared Diamond, que integra o rol de ganhadores do Prêmio Pulitzer. O autor, que também aponta como causas da ruína fatores como o esgotamento de recursos naturais —muitas vezes sem que as populações notem o problema ou criem medidas para solucioná-lo—, é citado em análise sobre o problema das contas públicas brasileiras feita pelo economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central. “Acho que se aplica ao nosso caso”, afirma. “O mais triste é identificar o problema, saber como resolver, mas não conseguir gerar o consenso político para solucionar”, diz.

Schwartzman cita Diamond para ilustrar sua visão de que os agentes políticos do país e seus grupos mais próximos têm tomado decisões que privilegiam a si mesmos enquanto travam o andamento de uma série de reformas cruciais para solucionar os problemas fiscais e da atividade econômica. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa visão aconteceu em 15 de setembro do ano passado, quando o presidente Jair Bolsonaro divulgou vídeo em redes sociais, repetido amplamente nos telejornais, vetando a mera discussão de revisões de gastos sociais. Bolsonaro afirmou que não retiraria recursos dos pobres para dar aos paupérrimos e ainda disse que não se deveria falar mais durante seu mandato sobre o Renda Brasil (programa social que teria abrangência maior que o Bolsa Família e dependia de cortes em outras áreas).

A fala jogou um balde de água fria na equipe econômica, que considera ineficientes programas como o abono salarial (espécie de 14º salário de até R\$ 1.045 aos trabalhadores formais que recebem até dois mínimos mensais). A visão da equipe era que redirecionar tais recursos aos mais vulneráveis, por meio de iniciativas similares ao Bolsa Família, seria mais eficiente para reduzir a desigualdade. Mas, diante do risco de as mudanças soarem impopulares, Bolsonaro vetou as discussões e acabou travando conversas sobre as mudanças. Outras sugestões, como a revisão de subsídios e de gastos tributários, também não foram adiante. “A preocupação do presidente é basicamente com o projeto político dele. E de como ele pode estar sendo operado, dado que não tem capacidade para entender uma série de coisas que estão acontecendo”, afirma o economista.

Schwartzman vê falta de liderança para discussões e a equipe econômica dando voltas em si mesma. Para ele, o cenário deve fazer com que nenhuma reforma relevante avance até 2022. “Podemos debitar isso na falta de preparo do presidente da República. Mas não é nenhuma surpresa, a gente sempre soube disso. Um deputado absolutamente apagado por 30 anos, com limitações muito claras no que diz respeito à economia”, afirma. Apesar das críticas ao presidente, o ex-diretor do BC também vê culpa em outros atores pela falta de andamento de certas discussões, como o Congresso e servidores públicos contrários a mudanças que os afetem.

Nesse caso, o principal exemplo citado é o da reforma administrativa, enviada pelo governo aos parlamentares sem afetar os atuais servidores e, portanto, com efeito praticamente nulo a curto e médio prazo. “A sociedade brasileira não está preparada para abrir mão de seus privilégios. Os grupos que estão próximos ao centro de poder não querem, e o funcionalismo, que não teve redução de jornada e salário na pandemia, tem articulação política para isso”, afirma Schwartzman. A reforma reduziria os recursos destinados aos empregados públicos, mas não é discutida de maneira mais ampla diante de pressões dos servidores sobre o governo e o Congresso.

A despesa com pessoal é o segundo maior gasto primário da União (exceto juros), atrás apenas da Previdência, e demandará R\$ 338,4 bilhões em 2021. Isso contempla desde professores de escolas públicas até juízes federais que acumulam diferentes benefícios e chegam a receber três dígitos em um mês, os colocando entre os mais ricos da população brasileira. Schwartzman diz que resolver a questão fiscal é urgente, mas apenas parte dos problemas do país. Para ele, há também um problema sério de produtividade a ser amenizado com a reforma tributária.

Empresas brasileiras gastam, em média, 1.501 horas por ano para lidar com a burocracia de impostos, quase dez vezes a média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que reúne países ricos. Ele também vê como necessário promover regras para tornar o país mais competitivo. Mas volta ao ponto inicial ao dizer que as mudanças precisariam de consenso político, algo que, na visão de Diamond, é dificultado quando a elite política está isolada das consequências “vivendo em ambientes cercados e bebendo água engarrafada”. “A solução dos problemas está clara, não é uma questão de inventar nada. Mas é muito complicado gerar um consenso, e isso é reflexo de uma sociedade em que cada um briga pelo seu e não pelo conjunto”, afirma Schwartzman.

A economia não está se recuperando em “V”, o teto de gastos tem risco de ser rompido em 2021, e o auxílio emergencial será necessário neste ano. A avaliação, que destoa do discurso do governo, é do economista Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado). Avesso à ideia de que a pandemia pode estar mostrando uma tendência concreta de piora, o ministro Paulo Guedes (Economia) mantém como pilar do plano A um começo de 2021 sem grandes manobras orçamentárias, com as contas públicas voltando à normalidade.

O ministro afirma que o país ainda tem um prazo até meados de fevereiro para avaliar a situação da pandemia. De acordo com ele, medidas emergenciais adotadas em 2020 terão efeito no início deste ano. Ao mesmo tempo, Guedes conta com sobras de recursos do Orçamento de 2020 para lidar com eventuais emergências. Para Salto, o governo não deveria estar com essa sensação de controle do problema. Segundo ele, a economia vem se recuperando, mas em ritmo lento. “Ainda que o ministro Paulo Guedes diga que está tirando aos poucos o auxílio emergencial, ele chama de ‘aos poucos’ mudar de R\$ 600 para R\$ 300 e de R\$ 300 para zero. Não é um argumento que para de pé. O fim do ano-calendário não vai matar o vírus, o governo precisaria ter uma força-tarefa para ver o que dá para cortar no Orçamento de 2021 para financiar essas despesas que serão necessárias”, disse.

De acordo com o economista, todos os países do mundo tiveram de aumentar gastos em 2020 para combater a pandemia. A diferença, segundo ele, é que alguns estavam menos preparados quando a crise sanitária chegou —o Brasil se insere nesse grupo. Para ele, o país estaria em situação mais confortável se tivesse aprovado antes um conjunto de medidas para reduzir os gastos obrigatórios. “Essa dívida astronômica que vamos ter em 2020 é muito preocupante”, disse. Na avaliação de Salto, o caminho para a solução dos problemas fiscais não passa por uma flexibilização imediata da regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Pelas projeções da IFI, é alto o risco de rompimento do teto já em 2021. “Não adianta o governo repetir ‘vou cumprir o teto’ quando todo o mundo está vendo que é impossível. Esse é um encontro marcado que o governo tem com a discussão das regras fiscais”, disse. O roteiro defendido pelo economista passa, em primeiro lugar, por uma mudança na Constituição para fazer o teto de gastos valer integralmente.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/12/20	

EMPRESA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 629 MILHÕES EM ENERGIA RENOVÁVEL



admin 31 Dezembro, 2020

A Brennand Energia pretende investir R\$ 629 milhões em energia renovável no município de Sento Sé, na Bahia. Serão cinco parques de geração de energia elétrica, um com fonte solar e os outros quatro com fonte eólica. Serão gerados 60 empregos diretos na construção, outros 60 na operação e 1,4 mil indiretos. O protocolo de intenções foi firmado com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta terça-feira (29).

“Encerramos o ano com esta excelente notícia. Investimento em fonte limpa e a Bahia ganha mais cinco parques renováveis. O estado, que tem contribuído de forma brilhante para diversificação da matriz energética utilizando seus potenciais naturais que são sol e vento. A empresa contribui ainda para o desenvolvimento da região, levando emprego e renda para o nosso povo. Que em 2021, possamos anunciar outros tantos investimentos”, afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

A estimativa é que o primeiro parque solar da Brennand na Bahia, o Sol do São Francisco I, entre em operação já em abril do próximo ano e tenha capacidade instalada de produção de até 98,1 Gigawatts (GW) hora/ano. Já os parques eólicos Morro Branco II e Baraunas IV, XV e XX tem previsão de começar a funcionar entre março e maio de 2022. Juntos terão capacidade de produzir 661,3 GWh/ano de energia.

De acordo com Adelson Ferraz, diretor da Brennand Energia, as obras civis dos cinco parques já foram iniciadas. “Nossos investimentos são majoritariamente em energia eólica. Estamos fazendo esse parque solar para contribuir com a regularidade do suprimento de energia, uma complementa a outra. A energia eólica tem uma produção mais significativa à noite e durante o dia temos a produção solar, assim, fazemos uma entrega de energia o mais constante possível. Ressalto ainda a receptividade que temos tido do governo da Bahia, que oferece estrutura e tem entendido as necessidades do setor”, diz.

A companhia tem 10 parques eólicos em operação e um em construção, todos em Sento Sé, onde já investiu mais de R\$ 1,3 bilhão. Juntas, as usinas somam 341 Megawatts (MW) de capacidade instalada. Entretanto, a Brennand estuda o potencial em mais dois municípios, Campo Formoso e Juazeiro.

Foto: Paula Fróes/ GOVBA

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 03/01/21	



ECONOMIA E MERCADO

Arrecadação pública em dezembro foi maior do que período pré-pandemia



03 de Janeiro de 2021 às 08:02

Por: Reprodução/Pixabay Por: Redação BNews

Arrecadação pública no mês de dezembro de 2020 foi maior do que o mesmo período em 2019, antes do início da pandemia do novo coronavírus. Foi registrado um crescimento de 21%.

De acordo com a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, dados da arrecadação de impostos em 18 estados e no Distrito Federal, com base na emissão de notas fiscais eletrônicas, mostram a arrecadação 7% acima da contabilizada no ano anterior.

Abril e maio foram meses de forte retração da arrecadação (-17% e -10%, respectivamente), durante o período de isolamento mais rigoroso. Mas a partir de junho ela voltou a subir.

Ainda segundo, o resultado sugere que os estados do Norte e Nordeste tiveram desempenho mais positivo em 2020. O Rio de Janeiro fechou o ano com uma queda de 0,8% na arrecadação e o Rio Grande do Sul, com alta de 3,05%, abaixo da inflação. Já o Piauí teve aumento de 16,12% e o Pará, de 24,4%.

Análise preliminar do governo gaúcho mostra que as empresas do Simples (as menores) sofreram mais com a pandemia, com queda de 2,4% nas vendas de janeiro a novembro. As grandes tiveram alta de 0,8%. Só em setembro as vendas voltaram a crescer para as pequenas. Para as maiores, a recuperação começou em junho.

Veículo: G1	Economia
Data: 30/12/20	



Lei Kandir: com acordo, estados e municípios receberão R\$ 3,1 bi ainda em 2020, diz governo

Valor equivale a 78% do previsto para 2020 e será pago a estados e municípios que abriram mão de ações judiciais relacionadas à lei.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

30/12/2020 18h21 Atualizado há 4 dias

A União repassará R\$ 3,119 bilhões a 3.851 municípios e a 19 estados, além do Distrito Federal, nesta quinta-feira (31). O valor é referente ao acordo sobre a Lei Kandir. A lei complementar que finalizou o acordo foi publicada nesta quarta-feira (30).

O valor equivale a 78% do valor previsto para 2020 e, segundo o **Ministério da Economia**, receberão os estados e os municípios que assinaram a Declaração de Renúncia até 11h desta quarta.

Com a declaração, estados e municípios abrem mão das ações relacionadas à Lei Kandir protocoladas na Justiça contra a União.

- **Municípios:** 69% assinaram a declaração e receberão R\$ 630,379 milhões;
- **Estados e DF:** 74% assinaram a declaração e receberão R\$ 2,488 bilhões.

Ainda segundo o Ministério da Economia, estados e municípios que assinarem a renúncia das ações judiciais até 10 dias úteis após a publicação da lei receberão os valores de 2020 em janeiro de 2021.

Segundo a subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais, Priscilla Santana, os recursos serão recebidos no último dia do ano, mas poderão ser usados em 2021 sem nenhum problema. “Esses recursos são livres, vão gastar como quiserem, como acharem melhor”, afirmou.

O **acordo sobre a Lei Kandir foi homologado** pelo Supremo Tribunal Federal (**STF**) em maio, mas ainda aguardava a aprovação de uma lei, o que ocorreu em dezembro.

Cronograma de pagamento:

- **2020 a 2030:** R\$ 4 bilhões anuais
- **2031 a 2037:** valor vai decrescendo até atingir o zero.

A Lei Kandir

Aprovada em 1996, a Lei Kandir desonerava parte das exportações e definia a uma compensação provisória, pelo governo federal, das perdas temporárias dos estados na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A compensação nunca foi definida, e **a disputa se estendeu por 24 anos**. O acordo prevê um repasse mínimo de R\$ 58 bilhões. Outros R\$ 4 bilhões dependem do leilão de petróleo dos blocos de Atapu e Sépia. Em troca do repasse, todas as ações protocoladas na Justiça pelos estados contra a União, relacionadas à Lei Kandir, serão retiradas.

Estados que não receberão os valores do acordo ainda em 2020: Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Roraima e Santa Catarina.

Veículo: bahia.ba	
Data: 04/01/21	

bahia.ba

Publicado em 04/01/2021 às 10h38.

Produtores rurais estão organizando um 'tratoração' contra aumento de ICMS em SP

**Cerca de 150 sindicatos confirmaram participação em ato
marcado para ocorrer em diversas cidades do estado**



Foto: Ascom/SDR

O corte de incentivos fiscais promovido pela gestão do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), desagradou produtores rurais que atuam no interior do estado.

Pelo menos 150 sindicatos já confirmaram participação em um ato que será realizado na terça-feira (7). Chamado de “tratoração”, a manifestação será realizada em cidades como Araçatuba, Barretos, Ribeirão Preto, Catanduva e Mogi das Cruzes.

Com o aumento do ICMS, itens como leite, ovos e ração animal, que eram isentos, passarão a ter alíquota de 4,14%, segundo informações da Folha de S.Paulo.

“Atravessamos uma pandemia e ainda teremos que enfrentar alta na carga tributária. E depois vão culpar os produtores rurais pelos preços”, afirmou Fábio Brancato, do Sindicato Rural da Alta Noroeste.

Veículo: bahia.ba	Economia
Data: 04/01/21	

bahia.ba

Publicado em 04/01/2021 às 10h51.

Bahia se consolida na liderança da geração de energia eólica e solar no país

Estado ocupa o primeiro lugar do ranking nacional pelo segundo ano consecutivo



Foto: Ulgo Oliveira / Seinfra

A Bahia se manteve líder na geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar no país em 2020. Pelo segundo ano consecutivo, o território baiano ocupa a

primeira posição do ranking nacional na produção em ambas as fontes renováveis.

De acordo com o Governo do Estado, o trabalho que vem sendo desenvolvido através das Secretarias de Infraestrutura (Seinfra) e de Desenvolvimento Econômico (SDE), para a atração de investimentos, contribui na consolidação do resultado.

Na fonte eólica, o estado gerou 12.590,21 GWh de janeiro a setembro de 2020, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O início das atividades de 17 novos parques neste ano ajudaram na permanência do primeiro lugar na produção energética a partir da fonte dos ventos no Brasil. Os empreendimentos que entraram em funcionamento foram Caititu 2 e 3, Carcará, Casa Nova A, Corrupião 3, Serra do Fogo, Serra do Vento e Ventos de São Januário 01, 03, 04, 05, 06, 13, 14, 20, 21 e 22 localizados em Pindaí, Casa Nova, Sento Sé e Campo Formoso, respectivamente. Chegando a um total de 182 parques em operação comercial distribuídos por 20 municípios.

A liderança na geração solar nacional também continua com a Bahia. A produção estadual de energia elétrica a partir da fonte fotovoltaica foi de 1.376,72 GWh entre os meses de janeiro e setembro deste ano, de acordo com o ONS. Atualmente, 32 empreendimentos fotovoltaicos se encontram em funcionamento divididos entre oito cidades e colaborando para a manutenção do estado como líder na

classificação. Em 2020, a usina solar do Aeroporto de Salvador entrou em atividade no mês de agosto e com a capacidade instalada de 3,3 MW.

Juntas, a energia elétrica produzida a partir das fontes eólica e solar no estado tem a capacidade de atendimento para 13,5 milhões de residências. A força e a velocidade dos ventos e a incidência do sol em regiões a exemplo do Sertão do São Francisco, do Sertão Produtivo, da Bacia do Rio Corrente e do Velho Chico aliada a estrutura das linhas de transmissão tem papel determinante para o desenvolvimento energético baiano, já apontada nos Atlas Eólico (2013) e Solar (2018) da Bahia. Nos últimos nove anos, o investimento total foi de R\$ 21,8 bilhões realizado pelas empresas do setor nos empreendimentos em atividade.

Novos parques estão sendo instalados e deverão funcionar em breve no território baiano. “Até 2025, a previsão é que 130 parques eólicos e 57 empreendimentos solares entrem em operação comercial. Isso reforça ainda mais a preocupação que o Governo da Bahia tem com relação à utilização da energia limpa e sustentável pensando no futuro da população. Hoje, aproximadamente 90% da capacidade instalada de energia elétrica no estado vem de fontes renováveis”, ressalta Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura.

“A Bahia receberá novas linhas de transmissão de energia elétrica, uma delas, do Grupo Neoenergia, terá 1 mil km de extensão, com prazo máximo de 60 meses para estarem prontas e expectativa de gerar mais de 4 mil empregos diretos na construção. As linhas de transmissão vão passar por 27 municípios, a exemplo de Morro do Chapéu, Poções e Medeiros Neto. Teremos também investimentos de R\$ 13 bilhões na construção dos novos parques eólicos, que devem gerar 56 mil empregos diretos e indiretos. Já as novas usinas de energia solar estimam investir mais de R\$ 8 bilhões e criar 27,5 mil postos de trabalho diretos. Ambos até 2025”, destaca o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Geração Distribuída

A possibilidade de poder produzir a própria energia e ainda pagar mais barato na conta de luz fez com que a Geração Distribuída a partir da fonte solar pudesse crescer 118% na Bahia na comparação de 2019 com janeiro a novembro de 2020.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a potência instalada aumentou de 63,32 MW para 138,3 MW no período em análise. O estado tem a segunda maior capacidade instalada da Geração Distribuída do Nordeste, atrás apenas do Ceará com 145,6 MW.

Veículo: bahia.ba	Economia
Data: 04/01/21	

bahia.ba

Publicado em 04/01/2021 às 09h50.

Mercado prevê que inflação pelo IPCA ficará em 4,38% este ano

A informação foi divulgada nesta segunda-feira (4) pelo Banco Central



Foto: Reprodução/Wikipedia

O Banco Central (BC) baixou de 4,39% para 4,38% a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2020, segundo informações do boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (4).

Veículo: Política Livre	
Data: 31.12 a 04.01.2021	Caderno: Economia



Apesar de aumento de casos de Covid-19, dezembro foi mês de forte recuperação da arrecadação pública

ECONOMIA

Dados da arrecadação de impostos em 18 estados e no Distrito Federal, com base na emissão de notas fiscais eletrônicas, mostram que dezembro foi um mês de forte recuperação das receitas públicas, com crescimento de 21% em relação a dezembro de 2019.

Apesar do aumento dos casos da Covid-19 no fim do ano, as atividades não pararam. Em todo 2020, os dados mostram a arrecadação 7% acima da contabilizada no ano anterior, antes da chegada da doença.

Abril e maio foram meses de forte retração da arrecadação (-17% e -10%, respectivamente), durante o período de isolamento mais rigoroso. Mas a partir de junho ela voltou a subir.

O resultado sugere que os estados do Norte e Nordeste tiveram desempenho mais positivo em 2020. O Rio fechou o ano com uma queda de 0,8% na arrecadação e o Rio Grande do Sul, com alta de 3,05%, abaixo da inflação. Já o Piauí teve aumento de 16,12% e o Pará, de 24,4%.

Análise preliminar do governo gaúcho indica que as empresas do Simples (as menores) sofreram mais com a pandemia, com queda de 2,4% nas vendas de janeiro a novembro. As grandes tiveram alta de 0,8%. Só em setembro as vendas voltaram a crescer para as pequenas. Para as maiores, a recuperação começou em junho.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 31.12 a 04/01/2021	Caderno: Economia

ESTADÃO Em 1º dia de mandato, prefeitos prometem cortes de gastos e fechamento de vagas

Pandemia foi principal tema dos discursos de posse, já que cabe aos prefeitos organizar a vacinação e decidir sobre volta às aulas

Redação, O Estado de S. Paulo

02 de janeiro de 2021 | 05h00

O primeiro dia do mandato dos prefeitos em algumas das principais cidades do País, na sexta-feira, 1º, foi marcado pela adoção de medidas de **ajuste fiscal**, reorganização de cargos e revisão de contratos. Sem socorro do governo federal previsto para 2021, chefes do Executivo municipal devem ter as contas pressionadas pela queda na arrecadação de impostos, dependente de comércio e serviços, setores afetados pela pandemia do **novo coronavírus**. A covid-19 foi o principal tema dos discursos de posse, já que cabe aos prefeitos organizar a vacinação e decidir sobre volta às aulas e outras medidas de restrição de circulação.

Em São Paulo, o prefeito **Bruno Covas (PSDB)**, que deu início a seu segundo mandato, publicou, em edição suplementar do **Diário Oficial**, decreto que prevê revisão e renegociação de “todos os contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parcerias e contratos de gestão”. O texto também pede que órgãos da administração apresentem, até 31 de janeiro, proposta de redução de, no mínimo, 10% nos cargos comissionados e funções de confiança – postos que não são preenchidos por concurso público.

“(Enfrentamos) Uma crise econômica sem precedentes, que se segue a uma década perdida”, disse Covas, na sexta-feira, em seu discurso de posse. “Uma crise social na qual a pandemia ampliou o já vexatório fosso que separa ricos e pobres e que se agrava com a mais alta taxa de desemprego da história.” Ao falar sobre a pandemia do novo

coronavírus, o prefeito paulistano disse que a **cidade está pronta para uma vacinação em massa**.

Na tentativa de organizar as contas do Rio, que tem déficit orçamentário de R\$ 10 bilhões previsto para este ano e possui servidores com salários atrasados, o prefeito **Eduardo Paes (DEM)** publicou 45 decretos na sexta. Em seu discurso de posse, ele se comprometeu a apresentar propostas de reforma da Previdência municipal e de sugerir a criação de uma “lei de emergência fiscal”. “Vamos desindexar contratos e desvincular receitas, desobrigar despesas e ampliar todo o arcabouço de responsabilidade fiscal”, disse.

O discurso de Paes foi marcado por críticas a seu antecessor, **Marcelo Crivella (Republicanos)**. Acusado de deixar o “caixa zerado”, o ex-prefeito, que cumpre prisão domiciliar, será **alvo de investigações administrativas**. Outras medidas anunciadas por Paes preveem criar, ainda em janeiro, **343 leitos para tratamento da covid-19**.

Restaurantes

Também pressionado pelas finanças, **Alexandre Kalil (PSD)** assumiu na sexta seu segundo mandato à frente de **Belo Horizonte**. A capital mineira tem no setor de serviços uma de suas principais fontes de impostos, mas bares e restaurantes iniciaram o ano proibidos de venderem bebidas alcoólicas para consumo no local como medida para conter o avanço do novo coronavírus. “Temos muitas obras para fazer e empresas do comércio para recuperar. O prefeito vem afirmando isso. O ano de 2020 foi o da pandemia. O de 2021 será o da recuperação da economia da cidade”, disse, antes da posse, realizada de forma virtual, o vice-prefeito **Fuad Noman (PSD)**.

O prefeito do **Recife, João Campos (PSB)**, nem esperou a posse para apresentar um projeto de reforma administrativa. A redução de secretarias e revisão de cargos foi aprovada, ainda em dezembro, pela Câmara Municipal. O texto foi alvo de críticas da oposição por não gerar economia imediata. Uma proposta de revisão de cargos comissionados também foi apresentado pela prefeita de Palmas, **Cinthia Ribeiro (PSDB)**.

Aulas

Enquanto tentam equilibrar as finanças e lidam com as restrições impostas pelo combate à covid-19, os prefeitos terão que responder à pressão de pais pelo retorno das

aulas presenciais. Ao tomar posse na sexta, o prefeito de Salvador, [Bruno Reis \(DEM\)](#), [afirmou que a retomada das aulas é o maior desafio](#) de sua gestão. “Vamos ter que organizar a retomada das aulas, esse é um desafio colocado. Porque tem as crianças e precisamos cuidar para que elas não percam dois anos e comprometam o seu presente e futuro.”

Em Curitiba, [Rafael Greca](#) (DEM), reeleito para mais quatro anos, [confirmou a retomada das atividades escolares](#) a partir de fevereiro, em esquema de rodízio. “Um dia (o aluno acompanhará a aula) na televisão ou no computador, no outro na sala de aula”. Segundo ele, a expectativa é vacinar 200 mil curitibanos até abril. / **DENISE LUNA e PAULA REVERBEL; ANGELO SFAIR, LEONARDO AUGUSTO e TAILANE MUNIZ, ESPECIAIS PARA O ‘ESTADÃO’**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 31.01 a 04/01/2021	Caderno: Economia



Dívida pública que vence em 2021 já chega a R\$ 1,31 trilhão

Valor equivale a 28,8% do total de débitos; só no primeiro quadrimestre, conta será de R\$ 669 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional

Idiana Tomazelli, BRASÍLIA

01 de janeiro de 2021 | 05h00

O Tesouro Nacional começa 2021 com uma fatura trilionária a ser paga aos investidores. A dívida que vence este ano já somava R\$ 1,31 trilhão no fim de novembro, valor que deve crescer com a incorporação de mais juros. O desafio chega num ano decisivo para ditar os rumos das reformas consideradas essenciais para o equilíbrio fiscal do País – e, conseqüentemente, para a capacidade de pagar toda essa dívida no futuro.

Nos últimos meses, o governo precisou se endividar mais para bancar o aumento das despesas para combater a covid-19. A combinação da maior necessidade de financiamento com a aversão ao risco dos investidores, turbinada pela desconfiança em relação à continuidade do processo de ajuste fiscal no Brasil, levou o Tesouro a concentrar boa parte das emissões em títulos de prazo mais curto.

A previsão do órgão é que, no fechamento de 2020, a dívida vencendo em 12 meses seja equivalente a 17,4% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior patamar desde 2005. Para os próximos três anos, as simulações mostram uma proporção ainda maior, de 20,1% do PIB. Em regra, a concentração de vencimentos no curto prazo representa maior risco de financiamento, uma vez que o País precisa trocar os títulos vencidos por novos mais frequentemente, ficando sujeito às condições do mercado.

O coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida, Luiz Fernando Alves, diz que é natural que o aumento da concentração de vencimentos da dívida no curto prazo não se desfaça instantaneamente. Segundo ele, o Tesouro seguirá perseguindo uma dívida mais longa, mas o avanço nessa direção será um processo gradual que dependerá, inclusive, da velocidade na aprovação das reformas.

Por isso, a agenda de reformas fiscais é tida como essencial. Sem isso, haverá maior dificuldade em retomar a melhora na composição da dívida pública, deixando o País dependente da rolagem da dívida no curto prazo por mais tempo. A redução do endividamento, por sua vez, depende de o Brasil voltar a arrecadar mais do que gasta – o que só está previsto para ocorrer em 2027.

“A mensagem principal é que nos próximos dois, três anos é muito provável que a gente ainda siga com uma proporção de vencimentos da dívida em patamares mais altos do que as médias dos últimos anos”, afirma Alves. “Com uma dívida mais alta, a mudança no volume de vencimentos em cada ano tende a ser mais alta de maneira estrutural”, acrescenta ele.

Tesouro reforça emissões

O volume de vencimentos em 2021 equivale a 28,8% do estoque de toda a dívida pública interna e já representa quase o dobro da média de resgates nos últimos três anos. Só no primeiro quadrimestre serão R\$ 669 bilhões. Depois disso, há um grande volume em setembro, com R\$ 229,1 bilhões.

Uma parte dessa dívida foi contratada ainda em 2015, quando a situação das contas exigiu maiores emissões, feitas sobretudo com títulos que vencem agora em 2021. Mas a pandemia também vai cobrar sua fatura.

Para fazer frente a essas necessidades, o Tesouro reforçou as emissões no fim de 2020. Em outubro, chegou a captar R\$ 173,3 bilhões, o triplo da média de um mês regular.

“Vemos um novo nível do tamanho dos leilões da dívida pública, e acho que essa é uma característica que veio para ficar por algum tempo”, afirma o coordenador.

Segundo Alves, o próprio tamanho da dívida acaba gerando expectativa de que o Brasil demandará empréstimos robustos, ainda mais considerando que o País segue gastando mais do que arrecada – ou seja, registra rombos sucessivos nas contas.

O coordenador de operações da Dívida Pública, Roberto Lobarinhas, observa que, embora o maior volume de emissões tenha vindo para ficar por algum tempo e se demore para sair dessa dinâmica, os últimos leilões têm apontado melhores condições para emitir títulos de prazo maior. “Apesar de não mudar a direção do transatlântico, é um sinal muito positivo já para 2021”, afirma.

O Tesouro também tem usado as emissões maiores no fim do ano passado para reforçar o chamado colchão da dívida, uma reserva mantida pelo órgão para honrar os vencimentos em caso de excessiva volatilidade. “Já temos o suficiente para pagar os primeiros quatro meses de vencimento da dívida e mais um pouco”, diz Alves.



Zeina Latif: Nunca estivemos tão perto e tão longe da reforma tributária

Setor produtivo reconhece que crescimento sustentado virá da remoção de entraves estruturais, e não da Selic baixa ou dólar alto

Zeina Latif*, O Estado de S.Paulo

03 de janeiro de 2021 | 05h00

Reformas estruturais costumam a se viabilizar no Brasil. Além do natural receio de mudanças em um país onde as regras do jogo são modificadas com frequência e sem critérios claros, há grande resistência de grupos organizados que buscam preservar benefícios nunca assumidos como privilégios. Muitas vezes, interditam o debate público ao se valerem de análises equivocadas, mas com apelo popular.

Assistimos a esse filme, por décadas, no debate da reforma da [Previdência](#). Foi necessário flertar com o colapso para o debate avançar.

Estamos percorrendo o mesmo trajeto com a [reforma tributária](#).

Por um lado, nunca estivemos tão próximos dela. O setor produtivo agora reconhece que o crescimento sustentado virá da remoção de entraves estruturais, e não de [Selic](#) baixa e [dólar](#) alto. A heterodoxia tradicional não tem mais a mesma ressonância entre empresários e políticos. Já os fiscos estaduais, sempre temerosos de perder receita, agora veem a reforma como o caminho para recuperar a arrecadação perdida por benefícios tributários concedidos em meio a uma insustentável “guerra fiscal” e para ajustar os tributos às mudanças da estrutura produtiva. O [ICMS](#) está obsoleto diante do crescimento do setor de serviços.

Por outro lado, a reforma parece ainda distante. Cada pedacinho da complexa legislação tributária tem dono. **Enquanto isso, há uma indústria de contencioso**

tributário (de 73% do PIB, segundo pesquisadores do Insper), com um exército de advogados tributaristas, especializados em lidar com o cipoal de regras e a mão forte dos fiscos, para defender os interesses de seus clientes, legítimos ou não, e não para defender um sistema mais eficiente e justo.

Todos perdem com o medíocre desempenho socioeconômico do País. O problema é que, no curto prazo, há ganhadores com a manutenção do status quo. Assim, avançar com uma reforma de maior envergadura, como a proposta que visa à isonomia entre os setores, depende muito da capacidade de enfrentamento do Executivo, algo pouco provável neste governo.

Para alguns analistas, a crise atual demandaria, por um lado, aprovar uma reforma tributária para combater a desigualdade e, por outro, afastar as propostas de criação do IVA (imposto sobre valor adicionado, que consolida os tributos federais [PIS](#), [Cofins](#) e [IPI](#), o estadual ICMS e o municipal ISS, na proposta da Câmara) para impedir eventuais perdas ao setor produtivo.

Há problemas nos dois argumentos. Começando com a questão distributiva, o tema é mais complexo do que parece. Não há fórmula mágica para uma tributação justa socialmente, ainda mais no Brasil, com estrutura cheia de distorções.

Seguem alguns exemplos: elevar as alíquotas do imposto de renda para os mais ricos implica ampliar a diferença em relação ao tratamento privilegiado a profissionais liberais na pessoa jurídica, que pagam bem menos impostos; elevar a tributação sobre patrimônio pode estimular a fuga de recursos do País; e aumentar o peso de impostos diretos (como o IR), mais progressivos, poderá resultar em menor crescimento econômico.

Um bom começo seria eliminar distorções tributárias, por exemplo, revendo as “pejotinhas”, as deduções no IR ou mesmo as polêmicas desoneração das cesta básica e isenção de livros, que acabam beneficiando também os mais ricos.

Importante citar que a melhor forma de promover a igualdade de oportunidades é pela boa alocação de gastos públicos, e menos por tributação. Podemos, por exemplo,

restringir a gratuidade da universidade pública e, como propõe o economista José Márcio Camargo, criar um sistema de bolsas para o ensino básico.

Sobre o suposto momento inadequado para o IVA, o argumento tem falhas. Para começar, as propostas em tramitação no Congresso têm prazo dilatado para implementação. Mais importante, o IVA tributa todos os setores igualmente, o que implica distribuir melhor o peso atual da carga tributária. A indústria de transformação sofre com a carga de 45%, segundo estudo da Firjan, e tem participação de 10% no PIB, ante 23% e 52%, respectivamente, para os serviços. Deverá haver alívio relevante para a indústria e peso “diluído” para os serviços, em um sistema mais simplificado e previsível. O grosso das empresas de serviços não será afetada, pois recolhem pelo Simples ou são MEI (microempreendedores individuais), mas pesam muito pouco no PIB.

Há ainda outras características importantes do IVA. Primeiro, não aumenta a regressividade tributária. Pelo contrário, pois taxar mais os serviços implica tributar os mais ricos, cujo consumo é proporcionalmente maior, como aponta o economista Bernard Appy.

Segundo, o IVA poderá estimular a formalização da economia, porque, a cada etapa do processo produtivo, as empresas desejarão recuperar créditos tributários (imposto incidente nos elos anteriores na cadeia).

Terceiro, o IVA não incide sobre o investimento das empresas e as exportações.

Reforma perfeita não existe, até porque os princípios de um bom sistema tributário são, por vezes, conflitantes entre si. Cabe aos especialistas apontar a boa técnica, de forma isenta, e pavimentar o caminho para a classe política buscar soluções consensuais e mais compatíveis com os atuais valores e anseios da sociedade.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 01 a 04/01/2021	Caderno: Economia



IPVA 2021: pagamento em São Paulo começa quinta

Pagamento do IPVA 2021 em São Paulo pode ser parcelado em três vezes, com a primeira parcela iniciada neste mês junto do pagamento à vista

Os donos de carros com placas de final 1 registrados em SP devem pagar o **IPVA 2021** a partir de quinta-feira (7) à vista ou parcelado (1ª prestação). O imposto ficou, em média, 6,77% mais barato. Isso se deve à desvalorização dos modelos usados, não necessariamente a uma redução do imposto.

O preço do tributo varia conforme a alíquota, que incide sob o valor venal do veículo. O preço é calculado tendo como base a tabela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Ou seja, quanto mais antigo seu veículo for, menor será o valor do imposto.

Dependendo da idade do veículo, o motorista não precisa pagar **IPVA**. Contudo, o tempo necessário para habilitar a isenção varia conforme o estado. No de São Paulo, o prazo é de 20 anos.

Em São Paulo, carros movidos à gasolina e os bicompostíveis recolherão 4% de IPVA. Modelos que utilizam somente álcool, eletricidade ou gás (ainda que combinados entre si), permanecem com a alíquota de 3%. Picapes cabine dupla também recolherão 4%.

Utilitários com cabine simples, ônibus, micro-ônibus, motocicletas, motonetas, quadriciclos e similares recolhem 2% sobre o valor venal.

Confira a seguir o calendário de vencimento do IPVA 2021 para automóveis, caminhonetes, ônibus, micro-ônibus, motos e similares no estado:

Final da Placa	1ª Parcela ou Cota única com desconto	2ª Parcela ou Cota única sem desconto	3ª Parcela
1	7/1	9/2	9/3
2	8/1	10/2	10/3
3	11/1	11/2	11/3
4	12/1	12/2	12/3
5	13/1	13/2	13/3
6	14/1	14/2	14/3
7	15/1	15/2	15/3
8	18/1	18/2	18/3
9	19/1	19/1	19/1
0	20/1	20/1	20/1

Fonte: DETRAN-SP

Para onde vai o dinheiro do IPVA 2021?

Os recursos obtidos com o recolhimento do IPVA 2021 são investidos em obras de infraestrutura e melhoria de serviços. Saúde e educação estão no leque de beneficiários.

mercado

Crise fiscal e conflito entre cortar e gastar são desafios em 2021

Dívida recorde e pressão no teto comprometem ações para controle dos impactos da pandemia na saúde e na economia

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA Em um governo com divergências internas, que coloca em lados opostos a equipe econômica e as alas política e militar, quando o assunto é o tamanho do gasto público, 2021 promete ser um ano de disputa pelos limitados recursos do Tesouro.

Com um Orçamento de cerca de R\$ 1,5 trilhão, o governo terá liberdade para manejar menos de R\$ 100 bilhões. São os chamados gastos discricionários, que incluem investimentos e despesas para a manutenção da máquina pública.

O restante são verbas carimbadas, como os recursos voltados aos pagamentos de salários de servidores públicos e benefícios previdenciários. O Brasil não gera superávit fiscal desde 2014, o que significa que o governo vem gastando mais do que arrecada (já desconsiderando a despesa com os juros da dívida pública).

O buraco nas contas vai atingir um patamar sem precedentes em 2020 devido à pandemia. Só com medidas emergenciais para o combate à crise sanitária, o gasto ficou em torno de R\$ 600 bilhões, o que deve levar o resultado primário do ano a um déficit de R\$ 844 bilhões, segundo a estimativa oficial.

E os rombos continuam. Para 2021, o governo estabeleceu uma meta de déficit de R\$ 247,1 bilhões para as contas do governo federal. Se confirmado, esse valor será o segundo pior já registrado pelo Tesouro, perdendo apenas para o atípico ano de 2020.

A forte expansão de gastos para mitigar os efeitos da pandemia levou a uma disparada no endividamento público, antes já elevado e acima do de países como a Alemanha. A dívida bruta do governo, que encerrou 2019 em 74,3% do PIB, deve fechar 2020 em 91% do PIB, segundo estimativa oficial.

A dívida do governo passou de R\$ 4,5 trilhões em 2020, com prazos mais curtos de pagamento e juros maiores, e a tendência é continuar subindo pelo menos até 2030, se o governo não adotar medidas de restrição de gastos, ampliação da arrecadação ou ações extraordinárias, como a privatização de estatais e venda de outros ativos.

Ainda sem controle da pandemia e sem vacinas disponíveis para os brasileiros, a virada de 2020 para 2021 traz de volta as regras fiscais, suspensas no período de calamidade pública (encerrado no dia 31).

Com isso, o governo terá de respeitar novamente a meta para o resultado primário e o limite imposto pelo teto de gastos, regra que impede que as despesas públicas cresçam mais do que a inflação.

Embora membros da equipe econômica afirmem que o governo conseguirá passar por 2021 sem descumprir a norma, especialistas apontam que há risco de rompimento do teto.

Por isso, o Ministério da Economia quer a retomada da agenda de mudanças estruturantes e medidas de ajuste fiscal, como a reforma administrativa (que diminui gastos com servidores), a reforma tributária (que simplificará normas e aumentará a competitividade) e a proposta do pacto federativo (que revê despesas).

Mas o ministro Paulo Guedes (Economia) não obtém

consenso para as medidas nem mesmo entre os colegas de governo. Membros das alas política e militar defendem uma maior liberdade para ampliar despesas em obras públicas sob o argumento de que isso poderia estimular a atividade econômica.

Também há pressão entre especialistas e parlamentares para que o governo amplie gastos com saúde para combater a pandemia e reforce programas de assistência social para amparar pessoas que ficaram sem emprego e perderam renda na crise sanitária.

Na visão dos analistas, o ajuste fica ainda mais comprometido sem o presidente Jair Bolsonaro liderar a discussão pelas mudanças.

A Folha ouviu a opinião de diferentes economistas sobre os cenários para 2021 e o futuro da agenda econômica.

'Preocupação de Bolsonaro é só com seu projeto político'



Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central

BRASÍLIA As sociedades colapsam quando quem está próximo ao poder toma decisões boas para si, mas ruins para a população em geral. Essa é uma das teses do biólogo evolucionário Jared Diamond, que integra o rol de ganhadores do Prêmio Pulitzer.

O autor, que também aponta como causas da ruína fatores como o esgotamento de recursos naturais —muitas vezes sem que as populações tenham que as soluções para solucionar o problema—, é citado em análise sobre o problema das contas públicas brasileiras feita pelo economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central.

"Acho que se aplica ao nosso caso", afirma. "O mais triste é identificar o problema, saber como resolver, mas não conseguir gerar o consenso político para solucionar", diz.

Schwartzman cita Diamond para ilustrar sua visão de que os agentes políticos do país e seus grupos mais próximos têm tomado decisões que privilegiam a si mesmos enquanto travam o andamento de uma série de reformas cruciais para solucionar os problemas fiscais e da atividade econômica.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa visão aconteceu em 15 de setembro do ano passado, quando o presidente Jair Bolsonaro divulgou vídeo em rede social, repetidamente nos telejornais, vetando a mera discussão de revisões de gastos sociais.

Schwartzman afirmou que não retiraria recursos dos pobres para dar aos paupérrimos

e ainda disse que não se deveria falar mais durante seu mandato sobre o Renda Brasil (programa social que teria abrangência maior que o Bolsa Família e dependia de cortes em outras áreas).

A fala jogou um balde de água fria na equipe econômica, que considera ineficientes programas como o abono salarial (espécie de 14º salário de até R\$ 1.045 aos trabalhadores formais que recebem até dois mínimos mensais). A visão da equipe era que redistribuir tais recursos aos mais vulneráveis, por meio de iniciativas similares ao Bolsa Família, seria mais eficiente para reduzir a desigualdade.

Mas, diante do risco de as mudanças soarem impopulares, Bolsonaro vetou as discussões e acabou travando conversas sobre as mudanças. Outras sugestões, como a revisão de subsídios e de gastos tributários, também não foram adiante.

"A preocupação do presidente é basicamente com o projeto político dele. E de como ele pode estar sendo operado, dado que não tem capacidade para entender uma série de coisas que estão acontecendo", afirma o economista.

Schwartzman vê falta de liderança para discussões e a equipe econômica dando voltas em si mesma. Para ele, o cenário deve fazer com que nenhuma reforma relevante avance até 2022.

"Podemos debitar isso na falta de preparo do presidente da República. Mas não é nenhuma surpresa, a gente sempre soube disso. Um deputado absolutamente apagado por 30 anos, com limitações muito claras no que diz respeito à economia", afirma.

Apesar das críticas ao presidente, o ex-diretor do BC também vê culpa em outros atos pela falta de andamento de certas discussões, como o Congresso e servidores públicos contrários a mudanças que os afetem.

Nesse caso, o principal exemplo citado é o da reforma administrativa, enviada pelo governo aos parlamentares sem afetar os atuais servidores e, portanto, com efeito praticamente nulo a curto e médio prazo.

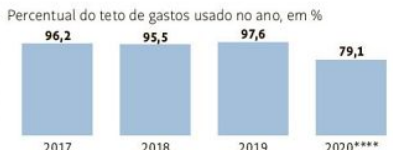
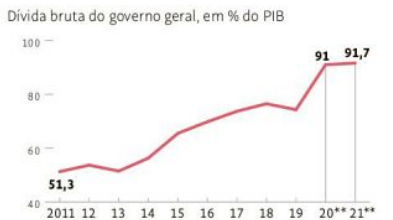
"A sociedade brasileira não está preparada para abrir mão de seus privilégios. Os grupos que estão próximos ao centro de poder não querem, e o funcionalismo, que não teve redução de jornada e salário na pandemia, tem articulação política para isso", afirma Schwartzman.

A reforma reduziria os recursos destinados aos empregados públicos, mas não é discutida de maneira mais ampla diante de pressões dos servidores sobre o governo e o Congresso.

A despesa com pessoal é o segundo maior gasto primário da União (exceto juros), atrás apenas da Previdência, e demandará R\$ 338,4 bilhões em 2021. Isso contempla desde professores de escolas públicas até juizes federais que acumulam diferentes benefícios e chegam a receber três dígitos em um mês, os colocando entre os mais ricos da população brasileira.

Schwartzman diz que resolver a questão fiscal é urgente, mas apenas parte dos problemas do país. Para ele, há também um problema sério de produtividade a ser amenizado com a reforma tributária.

No vermelho



*Valores correntes **Previsão oficial ***Meta prevista (percentual em relação ao PIB para 2021 calculado a partir das previsões oficiais de crescimento) ****Até outubro Fonte: Ministério da Economia

Empresas brasileiras gastam, em média, 1,501 horas por ano para lidar com a burocracia de impostos, quase dez vezes a média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que reúne países ricos.

Ele também vê como necessário promover regras para tornar o país mais competitivo. Mas volta ao ponto inicial ao dizer que as mudanças precisariam de consenso político, algo que, na visão de Diamond, é dificultado quando a elite política está isolada das consequências "vivendo em ambientes cercados e bebendo água engarrafada".

"A solução dos problemas está clara, não é uma questão de inventar nada. Mas é muito complicado gerar um consenso, e isso é reflexo de uma sociedade em que cada um briga pelo seu e não pelo conjunto", afirma Schwartzman. BC e FP

(Economia) mantém como pilar do plano A um começo de 2021 sem grandes manobras orçamentárias, com as contas públicas voltando à normalidade.

O ministro afirma que o país ainda tem um prazo até meados de fevereiro para avaliar a situação da pandemia. De acordo com ele, medidas emergenciais adotadas em 2020 terão o efeito no início deste ano. Ao mesmo tempo, Guedes conta com sobras de recursos do Orçamento de 2020 para lidar com eventuais emergências.

Para Salto, o governo não deveria estar com essa sensação de controle do problema. Segundo ele, a economia vem se recuperando, mas em ritmo lento.

"Ainda que o ministro Paulo Guedes diga que está tirando aos poucos o auxílio emergencial, ele chama de 'aos poucos'

mudar de R\$ 600 para R\$ 300 e de R\$ 300 para zero. Não é um argumento que para de pé. O fim do ano-calendário não vai matar o vírus, o governo precisaria ter uma tarefa para ver o que dá para cortar no Orçamento de 2021 para financiar essas despesas que serão necessárias", disse.

De acordo com o economista, todos os países do mundo tiveram de aumentar gastos em 2020 para combater a pandemia. A diferença, segundo ele, é que alguns estavam menos preparados quando a crise sanitária chegou —o Brasil se insere nesse grupo.

Para ele, o país estaria em situação mais confortável se tivesse aprovado antes um conjunto de medidas para reduzir os gastos obrigatórios.

"Essa dívida astronômica que vamos ter em 2020 é muito preocupante", disse.

Na avaliação de Salto, o caminho para a solução dos problemas fiscais não passa por uma flexibilização imediata da regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Pelas projeções da IFI, é alto o risco de rompimento do teto já em 2021.

"Não adianta o governo repetir 'vou cumprir o teto' quando todo o mundo está vendo que é impossível. Esse é um encontro marcado que o governo tem com a discussão das regras fiscais", disse.

O roteiro defendido pelo economista passa, em primeiro lugar, por uma mudança na Constituição para fazer o teto de gastos valer integralmente.

Hoje, o governo alega que só pode acionar os gatilhos de ajuste fiscal previstos no teto depois que a regra foi descumprida. Salto afirma que é necessário antecipar o acionamento desses gatilhos. Há propostas no Congresso nesse sentido.

"A regra existe, tem suas vantagens, mas é uma regra capenga, porque a válvula de escape não funciona, os gatilhos não podem ser acionados", afirmou.

Com essa medida, seriam ativados, por exemplo, congelamento de salário de servidores, suspensão da criação de cargos e benefícios, da contratação de pessoal e da ampliação de incentivos fiscais.

O movimento, afirma, daria tempo para que o governo e o Congresso fizessem uma discussão séria ao longo do ano que vem sobre a sustentabilidade da regra fiscal.

O teto de gastos criou um complicador para o governo ao não permitir, por exemplo, que as despesas públicas acompanhem um eventual movimento de crescimento da atividade econômica.

"Quando tem uma melhora cíclica da economia, a receita melhora, o resultado primário melhora, mas não resolve seu problema de gastos", disse o economista.

"O objetivo da política fiscal é a sustentabilidade da dívida pública, não é o teto de gastos. O teto pode ajudar, mas ele precisa ser calibrado".

O acionamento de gatilhos não seria suficiente para abrir espaço para as demandas necessárias em 2021, afirma Salto. Por isso, ele defende a revisão de outros gastos.

Segundo o diretor da IFI, seria possível fazer cortes em subsídios creditícios, que contam com a cifra de R\$ 14 bilhões no Orçamento deste ano. Também haveria espaço para cortes em concursos —para 2021, há previsão de 50,9 mil contratações a um custo de R\$ 2,4 bilhões já no primeiro ano.

"A partir de 2022 e 2023, não tem jeito de você segurar o crescimento do gasto apenas pela inflação, é impossível. Não é uma questão de desejo, é uma questão de número. Para respeitar o teto, você teria que reduzir as despesas discricionárias a um nível tal que você paralisaria o país", afirmou Salto. BC e FP

Continua na pág. A14

'Fim do ano-calendário não mata o vírus, governo precisa agir'

BRASÍLIA A economia não está se recuperando em "V", o teto de gastos tem risco de ser rompido em 2021, e o auxílio emergencial será necessário neste ano. A avaliação, que destoa do discurso do governo, é do economista Felipe Salto, diretor executivo da IFI (Instituto Fiscal Independente, ligada ao Senado).

Avesso à ideia de que a pandemia pode estar mostrando uma tendência concreta de piora, o ministro Paulo Guedes



O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto

mercado

PAINEL S.A.

Paula Soprana (interina)
painelsa@grupofolha.com.br

Raça e trabalho

Quase 1.900 ações trabalhistas citando questões raciais foram protocoladas na Justiça em 2020. A maior parte dos registros foi em São Paulo, com 672 processos. Em seguida vêm Rio Grande do Sul (237) e Minas Gerais (141), de acordo com levantamento da Data Lawyer, empresa de jurimetria e inteligência artificial. O valor total das causas foi de R\$ 402 milhões, e os setores que tiveram mais ações foram call center e restaurantes. O aumento foi de 11% em relação a 2019.

CONSCIÊNCIA O crescimento de processos é resultado de uma maior conscientização da população negra, segundo Margareth Goldenberg, sócia da consultoria que leva seu sobrenome e implementou o trainee exclusivo para negros no Magazine Luiza.

NO MURO "Em 2020, empresas aprenderam que precisam reforçar códigos de conduta. Ainda há centenas de milhares de companhias que não fazem nada. Importante é que o tema está em pauta", afirma.

DIREITOS Para Denise Arantes, do escritório Mauro Meneses, o aumento da judicialização reflete um cenário de crescente precarização de direitos, que deixa o trabalhador mais vulnerável. "Quando você tem uma categoria sem um sindicato forte, submetida a poucas regras, sem hora extra, o próximo passo é a violação dos direitos humanos."

COLETIVO A indústria farmacêutica tenta reverter na Justiça o fim da isenção fiscal aprovada em reforma administrativa pelo governo João Dória (PSDB) em outubro. Hospitais privados também movem uma ação contra a medida no STF.

PLACEBO O Sindusfarma, sindicato que representa 455 empresas, ingressou em dezembro no TJ-SP, argumentando que o fim do benefício é inconstitucional. A reforma resultará em elevação do ICMS a setores antes beneficiados.

REMÉDIO A entidade diz que a medida vai encarecer medicamentos para o tratamento de câncer, Aids, doenças raras e gripe H1N1, que ao todo "ficarão 21,95% mais caros".

NA LEI O governo alega que o ato não é inconstitucional porque a alíquota padrão do ICMS é de 18% e taxas inferiores — que incidiam sobre esses produtos — são consideradas, por lei, incentivo fiscal. "Esta forma, é equivocada a alegação de institucionalidade."

DÁUM GOOGLE O auxílio emergencial é o termo econômico mais procurado no Google pelos brasileiros em 2020. Lideraram a busca estados das regiões Norte e Nordeste.

com Arthur Cagliari

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência dezembro*

Categoria	Valor mín.	Valor máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.045,20	R\$ 209,20
MEI (Microempreendedor)	R\$ 6.101,06	R\$ 1.220,21
Assalariado	Até R\$ 1.045	7,5%
	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
	De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de dezembro vence em 20/01 para empresas; para pessoas físicas, vence em 15/01.

OI, SEGUIMORES Agências de marketing de influenciadores digitais fecharam satisfetivas o caixa de 2020. A Mynd8, que agência a cantora Luísa Sonza, que tem 21,5 milhões de seguidores nas redes sociais, cresceu 72% em receita durante a pandemia.

BLOGUEIRINHAS "O faturamento ficou próximo de R\$ 155 milhões, enquanto em 2019 foi de R\$ 90 milhões. Fomos de 60 a 150 funcionários", diz Pátima Pissara, presidente da empresa, que também representa a Pequena Lô, humorista com deficiência, com 2,8 milhões de seguidores, e Mário Junior, que tem 1,8 milhão no Instagram e é conhecido por suas cantadas no TikTok.

INSCRITOS NO CANAL Outra empresa que viu os números saltarem foi a Spark. A companhia, que organizou lives de cantoras como Simone & Simaria, Jota Quest e Michel Teló, não agência, mas faz o contato entre os influenciadores e as marcas. Segundo o presidente e fundador Raphael Pinho, 2020 foi fora da curva.

HTOU "Atingimos em um ano a meta que tínhamos para três anos, dobrando a receita, que chegou a R\$ 68 milhões. Também elevamos o número de funcionários de 38 para 70."

ABRE E FECHA O setor de restaurantes tenta negociar uma prorrogação do programa federal para manutenção de emprego e renda na pandemia, em que a União paga benefício a trabalhadores com salários reduzidos. O programa acabou em 31 de dezembro.

DEMANDA "Temos discussões em Brasília para renegociar a vigência da lei. Era uma alavanca garantida ao setor, um dos mais afetados pela pandemia junto com o de turismo", diz Fernando Blower, diretor executivo da ANR (Associação Nacional de Restaurantes).

OI, TCHAU Orepique de Covid e as consequências restrições geram um movimento de demissão e contratação que, segundo Blower, não é mais sustentável às empresas. No ano, o setor de bares e restaurantes acumula extinção de 220.426 empregos formais, sendo quase 39 mil em São Paulo.

Crise fiscal e conflito entre cortar e gastar são desafios em 2021

Continuação da pág. A13

'Solução para a economia é ter plano urgente de vacinação'



O especialista em finanças públicas Guilherme Tinoco

BRASÍLIA No atual cenário de estrangulamento das contas do governo e grave crise fiscal, a principal solução virá da área de saúde, avalia o economista Guilherme Tinoco, especialista em finanças públicas. Para ele, um plano urgente de vacinação deveria ser a prioridade do governo para salvar a economia e, por consequência, as contas públicas.

O tema está no centro de um embate do governo. De um lado, o presidente Jair Bolsonaro e membros da ala ideológica do governo desestimulam e colocam dúvida o processo de vacinação. De outro, a equipe econômica pede que toda a população seja imunizada o mais rápido possível.

"Me preocupa muito o comportamento do governo, que não está sabendo planejar a vacinação. Neste ano, a vacina é o principal instrumento para gerar empregos e fazer a economia crescer. O principal para a economia e, consequentemente, para a situação fiscal do país é você ter um plano de vacinação o mais urgente possível", disse.

Jair Bolsonaro afirma que a imunização não será obrigatória e fala em assinatura de termo de responsabilidade de que uma pessoa receba o imunizante. Ao mesmo tempo, o ministro Paulo Guedes (Economia) diz que o retorno seguro dos brasileiros ao trabalho só será possível com a vacinação em massa da população.

Neste início de 2021, o economista acredita que será necessária a manutenção de um auxílio a pessoas que perderam renda na pandemia.

"Enquanto o mercado de trabalho estiver muito impactado e com o vírus correndo, alguma forma de auxílio você teria que fazer. Eu sei que é complicado, porque estamos falando de uma dívida muito avançada e um déficit primário que a gente nunca teve", disse Tinoco.

Para isso, o economista sugere estratégias que permitiriam uma abertura no Orçamento. Entre elas, está uma espécie de afrouxamento do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Em 2021, o governo terá de voltar a cumprir as regras fiscais. Na norma vigente, não há margem no teto para uma expansão de gastos com saúde ou programas sociais em 2021. Mestre pela USP, Tinoco é servidor de carreira do BNDES. Em parceria com o economista Fabio Giambiagi, ele publicou um estudo no banco público que sugere flexibilizar o teto de gastos.

"Já que está muito difícil de cumprir o teto, você poderia pensar em uma flexibilização que desse a ele uma sustentabilidade de longo prazo, uma regra que as pessoas realmente acreditassem e que permitisse lidar com a pandemia."

Tinoco afirma que a proposta teria de ser levada ao debate e sugere possíveis mudanças para a regra. Os gastos do

governo poderiam, por exemplo, ter aumento de 1% ou 1,5% acima da inflação. Os investimentos ficariam fora do teto.

Para ele, a medida teria de ser acompanhada de outras propostas que sinalizassem um compromisso com o controle da dívida pública.

"É flexibilizar um pouco para deixar a regra cumprível, mas também forçar o governo a fazer algumas reformas." Com essa discussão em conjunto, Tinoco acredita que a mensagem seria bem recebida pelos agentes do mercado.

Em sua avaliação, seria importante dar andamento à reforma administrativa, mesmo que o impacto fiscal de curto prazo não seja relevante. Ele defende ainda uma revisão dos incentivos tributários.

"Tem muito espaço na conta dos subsídios. Mais uma vez, Guedes falou que 'na semana que vem faremos um anúncio de redução drástica de benefícios tributários'. Como sempre, promete e não vai entregar. Esse até poderia ter sido um sinal, mas não é algo que você faz em dezembro", disse.

Na equação para 2021, Tinoco crê que o Brasil precisará contar com alguns fatores: crescimento para ampliar a arrecadação, implementação de reformas e manutenção de uma âncora fiscal, com flexibilização que seja acompanhada de medidas claras para redução de gastos. **BC e FP**

'Governo subestimou Covid, e consequência pode ser severa'



Marcos Mendes, ex-assessor especial da Fazenda

O Brasil entra em 2021 sem vacinas, sem ter feito reformas fiscais para acomodar novos gastos e ainda cercado de incertezas sobre a economia em meio ao avanço da doença.

Marcos Mendes, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda, um dos autores da regra do teto de gastos e colunista da Folha, vê dois possíveis cenários para o ano. O primeiro é o vírus no controle da situação, com um avanço de infecções e mortes que forçará a renovação do estado de calamidade pública, o que abre caminho para mais parcelas do auxílio emergencial e diversos outros gastos.

"Isso vai minar a possibilidade de ajuste fiscal, e a consequência vai ser severa sobre a economia. Já estamos no limite do limite da sustentabilidade da dívida pública. Se o Tesouro começa a ter muita dificuldade para rolar dívida, vai ter juros maiores, com fuga de capital, estagnação e inflação."

O segundo cenário visto por ele é a pandemia não acelerar tanto, o que levaria a um ano mais tranquilo, com fundamentos econômicos mais estáveis, e com maior probabilidade de cumprir o teto.

"A tendência [nesse caso] é que a inflação caia em 2021. O teto de gastos é reajustado pela inflação registrada até metade do ano anterior, o cumprimento em 2022 deve ser mais fácil, e o presidente termina o mandato cumprindo a regra", afirma.

Os cenários são traçados após o país perder a oportunidade de tomar iniciativas para

relocar recursos e proteger os mais vulneráveis, diz Mendes.

O governo não conseguiu, por exemplo, que o Congresso votasse uma proposta que revia gastos. A PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, considerada crucial pela equipe econômica para abrir espaço no Orçamento para os mais vulneráveis, ficou para este ano. Mendes lamenta a oportunidade perdida, causada também pela divisão política. "Em toda a história das nações, as graves crises são oportunidades de o país remover alguns bloqueios para o desenvolvimento. No Brasil, um deles é nossa baixa capacidade de chegar a consensos. Temos uma sociedade dividida, de baixa coesão social, e as pessoas tendem a buscar o interesse individual em detrimento do coletivo", diz.

Na visão de Mendes, o cenário de urgência exigia a liderança do presidente. "Este era um momento em que um líder da nação, um presidente, deveria se pronunciar à nação dizendo que estamos em uma situação difícil, que estamos todos no mesmo barco, que precisamos enfrentar a reorganização do país e pedir sacrifício de todos, removendo uma série de benefícios que vários grupos sociais têm, e não só os mais ricos como também a classe média."

Para Mendes, o governo ainda deveria anunciar que reveria toda a estrutura de benefícios sociais, reorganizar o setor público, atender os mais pobres e ao mesmo tempo equilibrar as finanças para o país sair com capacidade de dar uma volta por cima.

Mendes participou da coordenação do Programa de Responsabilidade Social, uma proposta legal formulada pelo CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) que busca mais eficiência em gastos sociais ao redesenhar programas como o salário-família, o abono salarial e o seguro-desemprego.

Esse tipo de medida foi tentada pela equipe econômica, mas barrada por Bolsonaro quando ele disse publicamente que não tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos. "A frase é muito forte, mas populista. Há uma série de programas que não mudam a pobreza nem na casa decimal", diz Mendes.

Em sua visão, a chance de promover mudanças mais profundas no gasto público foi desperdiçada. "Perdemos a oportunidade de chamar a atenção da sociedade para o problema [de desequilíbrio] e impulsionar as reformas. O que o governo fez foi negar o problema [da Covid], fazer pouco caso e apresentar soluções inócuas, como medicamentos ineficazes", diz.

Ele afirma que, sem uma sinalização clara do presidente, as políticas não andam no Brasil. "Se não tiver um presidente com lista clara do que deve ser a prioridade, fica à deriva. É isso que estamos vendo."

Caso os bloqueios políticos para mudanças mais profundas continuem, a solução que resta à equipe econômica seria encontrar agendas que, embora não urgentes, fariam diferença para o crescimento (como a nova Lei de Falências, a nova Lei de Licitações e a da cabotagem, aprovadas em 2020).

"Tudo isso vai melhorando a economia e ajudando na questão fiscal. Quanto melhor o nível de produção do país, maior a condição de o país honrar sua dívida", afirma.

Além disso, continua importante jogar na defesa e evitar flexibilidades em regras fiscais, como o teto, que foram tentadas em diferentes momentos e por diferentes atores (do governo, do Congresso e até do Judiciário) em 2020. "É preciso evitar o pior, que você desmonte as regras fiscais e não coloque nada no lugar. Esse seria o pior cenário", diz. **BC e FP**

“A sociedade brasileira não está preparada para abrir mão de seus privilégios. Os grupos que estão próximos ao centro de poder não querem, e o funcionalismo, que não teve redução de jornada e salário na pandemia, tem articulação política para isso”

Alexandre Schwartsman
ex-diretor do Banco Central

“A partir de 2022 e 2023, não tem jeito de você segurar o crescimento do gasto apenas pela inflação, é impossível. Não é uma questão de desejo, é uma questão de número”

Felipe Salto
diretor da IFI

“O principal para a economia e, consequentemente, para a situação fiscal do país é você ter vacinação o mais urgente possível”

Guilherme Tinoco
especialista em finanças públicas

“Perdemos a oportunidade de chamar a atenção da sociedade para o problema [de desequilíbrio] e impulsionar as reformas. O que o governo fez foi negar o problema [da Covid], fazer pouco caso e apresentar soluções inócuas, como medicamentos ineficazes”

Marcos Mendes
ex-assessor especial da Fazenda

mercado

Governo analisa criação de uma espécie de zona franca verde no Pará

Proposta prevê incentivo fiscal para fomentar bioeconomia na região da floresta amazônica

Gustavo Uribe e Danielle Brant

RIO DE JANEIRO Na tentativa de reverter a imagem negativa do país, o governo federal avalia a concessão de incentivos fiscais para o setor da bioeconomia, modelo econômico que transforma recursos naturais em produtos de maior valor agregado seguindo regras consideradas corretas do ponto de vista ambiental.

Os ministros Paulo Guedes (Economia) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) decidiram criar um grupo de estudo para discutir medidas que impulsionem o segmento no país. Segundo assessores do governo, uma das iniciativas que serão tratadas é a criação de uma zona franca no Pará, que ofereça isenções fiscais para a instalação de empresas de bioeconomia, uma espécie de zona franca "verde".

A ideia é criar no país um polo de atração mundial de empresas de biotecnologia, sobretudo dos ramos cosmético, farmacêutico e alimentício, e de pesquisadores de universidades estrangeiras que desenvolvam trabalhos no segmento.

Com isso, o governo busca criar iniciativas de estímulo ao desenvolvimento sustentável que sejam apresentadas como vitrines do investimento do país na preservação ambiental. Neste ano, a expectativa é que o Brasil seja cobrado por resultados em pelo menos dois eventos mundiais: no Fórum Econômico Mundial, realizado em maio, em Singapura, e na COP-26, em novembro, no Reino Unido.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) escalou para representar o país nos dois eventos internacionais Guedes e Salles, respectivamente. O objetivo é para que, ao apre-

sentarem medidas de responsabilidade ambiental, consigam reduzir as críticas sobre os índices recentes de desmatamento, voltando a atrair investimentos externos.

O estímulo à bioeconomia na floresta amazônica é defendido por ambientalistas e climatologistas como uma alternativa para substituir atividades de alto impacto ambiental, como o agronegócio e a mineração, por iniciativas de baixo impacto.

No início de 2020, o presidente disse que estudava a criação de uma zona franca em Marajó (PA). Segundo Bolsonaro, a ideia seria conceder uma série de isenções de impostos federais para a comercialização de produtos. A iniciativa foi uma sugestão do governador Hélder Barbalho (MDB).

Em setembro, o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Algcir Polin, anunciou que o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) será transformado em uma fundação pública de direito privado. A mudança jurídica permitirá que a instituição receba investimentos privados.

Para o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o incentivo fiscal não é a melhor alternativa e hoje ele é utilizado até com prejuízos para o ambiente.

"O governo está dando incentivo para a indústria madeireira. Ai não dá. O governo está financiando a compra de equipamento agrícola que está sendo usado para desmatamento. Isso também é incentivo", afirmou.

Na avaliação do deputado, a Amazônia exige um conjunto de ferramentas. Países vizinhos, por exemplo, adotaram o pagamento por serviços ambientais em áreas privadas, semelhante a projeto enviado à sanção em 21 de dezembro. Em áreas públicas, o governo dá uma destinação para esses terrenos, criando parques, reservas ou fazendo concessão florestal.

"Eu pago alguma coisa ou dou algum benefício, que pode ser fiscal, para o cara manter a floresta em pé", explicou Agostinho.

Especialistas também criticam a ideia de conceder incentivo fiscal, como já ocorre na Zona Franca de Manaus. Na avaliação da consultora econômica Zeina Latif, nenhum incentivo tributário deveria ser feito. "E, se for fazer qualquer tipo de ajuste, que seja via Zona Franca de Manaus, no sentido de mudar o dese-

nho do programa", afirmou. Latif defende parcerias com empresas privadas, a revisão de marcos regulatórios para dar segurança ao investidor e focar no ensino superior.

"Agente percebe as universidades, principalmente as públicas, diferente no mundo lá fora, em que a gente vê tantas parcerias, você vê Oxford, AstraZeneca, você tem parceria universidade e setor privado. Isso é uma coisa que a gente não tem no Brasil", disse.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insuper e colunista da Folha, afirmou que seria aceitável criar uma zona franca no Pará desde que o governo trocasse os benefícios da Zona Franca de Manaus por benefícios de incentivo à bioeconomia.

"Então seria alguma coisa do tipo 'industrializar não deucerto'. Você não conseguiu fazer em Manaus um polo industrial autônomo, que viva sem subsídio", disse.

"Vamos acabar com isso e vamos mudar para uma outra coisa que seja a vocação do local. Mas não parece que é isso. Parece que vão criar uma coisa nova ao lado de uma coisa antiga que não funciona", acrescentou.

No primeiro ano do atual governo, as emissões de gases estufa do Brasil aumentaram 9,6%. Para reverter o quadro atual, o Meio Ambiente anunciou meta de neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa até 2060. O principal motor do aumento foi o desmatamento, que cresce acentuadamente e sem sinal de interrupção.

A destruição da floresta amazônica aumentou cerca de 9,5% de agosto de 2019 a julho de 2020 em comparação com o mesmo período de 2018 a 2019. No total, foram derrubados 11.088 km²

de floresta nesse intervalo de tempo, apesar da presença na região do Exército.

A ausência de resultados aumentou a pressão sobre o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho da Amazônia. Em conversas privadas, o general da reserva tem cobrado maior empenho da equipe ministerial em políticas de preservação.

Para evitar a piora da imagem do país, o presidente pediu recentemente a integrantes de sua equipe que, em 2021, moderem o discurso e evitem o embate direto com nações estrangeiras que criticam o Brasil por causa de sua política ambiental.

Bolsonaro ainda autorizou integrantes de seu governo a aceitar doações de nações europeias, desde que não ameacem a soberania do Brasil-

bre a floresta amazônica. Em 2019, o Brasil bloqueou repasses de países como Noruega e Alemanha ao bilionário Fundo Amazônia. A ordem agora, ao baixar o tom, é tentar retomar a contribuição, incluindo novas nações europeias, como o Reino Unido.

Para a COP-26, o Brasil pretende adotar como discurso principal a defesa da regulamentação de trecho do Acordo de Paris que viabiliza o mercado de carbono.

A expectativa do governo brasileiro é que a iniciativa possa render anualmente ao país pelo menos US\$ 10 bilhões (mais de R\$ 50 bilhões pela cotação atual).

O mecanismo estimula países ricos a investir em políticas de desenvolvimento sustentável de nações em desenvolvimento como forma de mitigar emissões de gases de efeito estufa.

Para investidores europeus, no entanto, medidas paliativas não são suficientes para recuperar a credibilidade do Brasil na área ambiental. O país deverá dar uma sinalização concreta de redução do desmatamento, o que não foi feito até agora.

Em dezembro, o Brasil acabou de fora de evento preparatório promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas.

Os organizadores do encontro chegaram a enviar ao governo brasileiro um roteiro para que Bolsonaro gravasse um vídeo que seria exibido no encontro. A orientação era para que o discurso fosse focado nos esforços de redução da emissão de gás carbônico, pauta principal do encontro, com o anúncio de uma meta.

Segundo relatos feitos à Folha, na gravação enviada, Bolsonaro chegou a tratar de forma pontual sobre o tema, mas ocupou a maior parte do tempo discorrendo sobre a preservação da floresta amazônica e a implementação do Código Florestal.

O conteúdo não foi usado pela organização do evento por, na avaliação dela, ter sido feito fora do parâmetro solicitado.

“ Parece que vão criar uma coisa nova ao lado de uma coisa antiga que não funciona ”

Marcos Mendes pesquisador associado do Insuper

“ Se for fazer qualquer tipo de ajuste, que seja via Zona Franca de Manaus, no sentido de mudar o desenho do programa ”

Zeina Latif consultora econômica

Governo vê retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Localizado em meio à floresta amazônica, a 725 quilômetros de Manaus, o campo de petróleo de Juruá foi descoberto pela Petrobras em 1978. Mais perto da capital do Amazonas, a 210 quilômetros, o campo de Azulão foi descoberto pela estatal em 1989.

Nenhum dos dois produziu nada até hoje. Estavam no portfólio da Petrobras como possíveis alternativas de investimento futuro até que a empresa descobriu o pré-sal e se concentrou no litoral do Sudeste.

A estatal até tentou manter as concessões na gaveta, mas foi obrigada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a decidir entre o investimento e a devolução das áreas. Azulão foi vendido à Eneva em 2018, e Juruá, devolvido à agência e concedido à mesma companhia em leilão no dia 4 de dezembro.

Os projetos são vistos como marcos de uma retomada da atividade petrolífera na Amazônia, que anima o setor de petróleo e o governo local, mas gera preocupações entre ambientalistas e lideranças indígenas, pois possíveis impactos socioambientais.

O Amazonas é hoje o terceiro maior produtor de gás no país, por meio das operações da Petrobras no polo Uruçu, conectado a Manaus por um gasoduto de 660 quilômetros cortando rios e floresta. Mas,

sem grande atividade exploratória, vem enfrentando queda intensa em suas reservas.

Na última década, segundo dados da ANP, as reservas de petróleo locais caíram 60%. As de gás natural, principal produto da região, recuaram 47%. Sem novas descobertas e mantendo o ritmo atual, Manaus ficaria sem gás natural em cerca de oito anos.

A queda é resultado tanto da mudança de foco para o pré-sal quanto das dificuldades no desenvolvimento de jazidas descobertas no início da década em áreas hoje operadas pela russa Rosneft.

A expectativa é que, com as novas concessões, a exploração retome ritmo e consiga não só suprir o esgotamento das reservas mas também tirar do papel um antigo projeto para ligar a região de Uruçu a Porto Velho, levando gás natural a Rondônia.

Além de Juruá, a ANP concedeu outros três blocos próximos a Azulão, também arrematados pela Eneva. Foram as primeiras novas áreas no Amazonas desde 2008.

Entre 2015 e 2019, apenas três poços pioneiros foram perfurados no estado, nas áreas da Rosneft, que anunciou, em maio de 2020, o congelamento do projeto por causa da pandemia.

Com as novas concessões, a Eneva já prevê dois poços exploratórios em 2022. Além disso, perfurou em 2020 três poços para produzir em Azu-

Retomada da exploração na Amazônia

Blocos exploratórios: Rodadas anteriores Licitados em 2020



Ano	Reservas provadas de petróleo, em milhões de barris	Reservas provadas de gás natural, em bilhões de metros cúbicos	Produção de petróleo, em mil barris por dia	Produção de gás natural, em milhões de metros cúbicos por dia
2010	1.04	55,8	53	11
2011	1.03	57,4	53	11
2012	1.05	51,8	52	11
2013	1.01	50,5	47	11
2014	81	52,4	45	13
2015	58	46,6	44	14
2016	47	36,2	39	14
2017	43	39,2	36	13
2018	43	38,9	37	14
2019	41	37,8	35	15

Fonte: ANP

lão, projeto que ganhará dois novos poços em 2021.

Em evento com investidores, a empresa disse que o desenvolvimento de Juruá depende da venda do campo de Uruçu, polo produtor da Petrobras na Amazônia, que ela disputa com a 3R Petroleum.

A saída da estatal pode agilizar a solução de um obstá-

culo logístico, a falta de acesso a mercados consumidores: as áreas estão a 800 quilômetros de Manaus, em uma região com acesso apenas aéreo ou por um riosinho, que inviabiliza o transporte por barcaças.

A conexão ao polo de Uruçu, que já é ligado a Manaus por gasoduto, esbarrava na má vontade da Petrobras pa-

ra parcerias. Já a produção em Azulão e próxima a Manaus pode ser escoada por via rodoviária, conforme prevê o primeiro projeto de aproveitamento da área, que levará gás até uma térmica em Roraima.

Para o diretor-geral interno da ANP, Raphael Moura, as novas concessões na Amazônia podem "contribuir ainda

mais para o desenvolvimento econômico da região Norte".

As operações de Uruçu costumam ser citadas como exemplo de que a atividade petrolífera na Amazônia pode ser sustentável. O polo está em uma clareira cercada de floresta, sem acesso rodoviário que favoreceria o desmatamento no entorno.

Estudo da ONG 350.org, porém, aponta riscos de impactos da exploração nas áreas mais próximas a Manaus em 47 comunidades indígenas e 22 unidades de conservação.

O trabalho pontua que a maioria das comunidades identificadas ainda não tem direito territorial reconhecido pelo estado, o que eleva a fragilidade das populações. "Além disso, boa parte desses territórios já se encontra sob grande pressão em razão da presença do agronegócio e outras atividades extrativas", diz o documento.

Entre os riscos socioambientais, o estudo elenca o desmatamento provocado pela abertura de canteiros de obras e infraestrutura logística, a possibilidade de aumento de mazelas sociais, como uso de drogas e bebidas por migração descontrolada, a pressão sobre os serviços públicos e as possibilidades de contaminação do ambiente.

"A exploração de petróleo e gás é inaceitável em qualquer lugar, mas, neste momento em que a Amazônia sofre com a alta de desmatamento, queimadas e agressões a povos indígenas, o Brasil precisa estar mais atento à expansão dos combustíveis fósseis na maior floresta tropical do mundo", diz Ilan Zitzman, diretor da 350.org na América Latina.

mercado

Bolsonaro sanciona LDO e barra ampliação do BPC outra vez

Rombo previsto é de R\$ 247,1 bilhões; MP mantém benefício para quem ganha um quarto do salário mínimo

Marcelo Rocha e Larissa Garcia

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou na quinta-feira (31) o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021. A lei prevê um rombo de até R\$ 247,1 bilhões nas contas públicas deste ano.

Além disso, Bolsonaro editou MP (medida provisória) que mantém os critérios usados atualmente para o recebimento do BPC (Benefício de Prestação Continuada). A MP estabelece como beneficiárias famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo, hoje em R\$ 1.100.

Em abril, o Congresso aprovou mudanças nos critérios de exigibilidade do BPC e ampliou a renda familiar per capita máxima de quem tem direito ao benefício para meio salário mínimo.

A lei, no entanto, foi vetada por Bolsonaro, sob o argumento de que "criava despesas obrigatórias sem a indicação da respectiva fonte de custeio, além de não possuir o estudo de impacto orçamentário e financeiro da medida", o que, segundo a Secretaria-Geral da Presidência, violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma lei de 1993 estabeleceu que o benefício seria concedido às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

O veto foi derrubado pelo Congresso, mas, em seguida, foi mantido pelo Supremo. Uma nova lei, então, foi editada no Congresso, para restabelecer um quarto do salário mínimo como critério, mas com vigência até quinta.

O Ministério da Economia projetou que a mudança custaria cerca de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos. Estimativa da IPI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado), no entanto, apontou que o impacto seria de R\$ 26,5 bilhões e poderia ampliar o universo de beneficiários em até 2,8 milhões de pessoas (550 mil, aproximadamente, com mais de 65 anos e 2,3 milhões com deficiência).

O cálculo da entidade foi feito com base em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e não leva em conta as exceções. Alguns beneficiários que ganham acima de um quarto do salário mínimo recebem a ajuda do governo por se enquadrarem em ações civis públicas, documentos que garantem o paga-

mento a pessoas que atendem a critérios específicos.

"Muitas pessoas que ganham acima de um quarto do salário mínimo recebem o benefício e continuarão recebendo", disse o presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Leonardo Rolim.

Não há uma estimativa oficial de quantas pessoas poderiam ser incluídas no BPC com a ampliação da renda familiar para meio salário mínimo.

Em nota, o Ministério da Cidadania afirmou que, por configurar situação de incerteza e de insegurança jurídica, foi editada a medida provisória para "restabelecer o critério objetivo para acesso ao BPC, a partir de 2021, suprimindo o limitador temporal existente".

Aprovado há duas semanas pelo Congresso, a LDO definiu diretrizes para o Orçamento deste ano e as normas para sua execução. A nova lei entrou em vigor nesta sexta-feira (1º).

Embora o Orçamento de 2021 não tenha sido ainda votado por deputados e senadores, a assinatura da LDO autoriza o governo a dar continuidade à realização das despesas emergenciais, com base no que foi definido no projeto sancionado pelo presidente.

A lei estima um crescimento real de 3,2% para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, IPCA em 3,2%, juros básicos (taxa Selic) em 2,1% e o dólar, na média, cotado a R\$ 5,30.

De acordo com o comunicado do Ministério da Economia, a previsão inicial era um déficit primário nas contas públicas da ordem de R\$ 149,6 bilhões.

Essa previsão, afirmou a pasta, teve que ser revista após os desdobramentos negativos na economia do país com a Covid-19. A LDO agora sancionada prevê uma meta de déficit primário máximo de R\$ 247,12 bilhões para 2021.

A LDO estabeleceu projetos prioritários, livres de sofrerem contingenciamento no ano que vem. A lista inclui ações de Segurança Pública, Ciência e Tecnologia, o Fundeb (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica), a alimentação escolar, o piso de atenção básica em saúde e os procedimentos de atenção à saúde de média e alta complexidade.

Fazem também parte da lista a aquisição dos novos caças pela Aeronáutica (projeto FX-2), o projeto de desenvolvimentos de submarinos pela Marinha e o sistema integrado de monitoramento de fronteiras brasileiras.



Navios de cruzeiro em processo de desmonte na cidade turca de Esmira, no mar Egeu. Umit Bektaş - 2.out.20/Reuters

Mercado de cruzeiros pula temporada de verão de 2021 e aposta no 2º semestre

Sheyla Santos

BRASÍLIA Com o recrudescimento da pandemia do novo coronavírus e a incerteza sobre o plano de vacinação, as principais companhias que operam cruzeiros no Brasil pularam a temporada de verão e preparam viagens para o segundo semestre.

Uma semana antes do Réveillon, a MSC Cruzeiros foi a última empresa a cancelar a temporada prevista para começar em 16 de janeiro.

De acordo com a companhia, que até 9 de dezembro anunciava embarques nas cidades de Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Maceió e Itajaí, a demora na aprovação para a operação no Brasil forçou o cancelamento da temporada. "Considerando essa postergação e o tempo mínimo necessário para preparar toda a sua operação, como logística, mobilização, testes e embarque da tripulação, abastecimento de provisões e a implementação de seu protocolo de saúde e segurança, a empresa não conseguiria iniciar as operações até meados de fevereiro, no mínimo", afirma em comunicado.

Em março, cruzeiros foram suspensos por causa da pandemia. Em setembro, a Costa Cruzeiros anunciou que não teria navios nesta temporada e que as atividades na América do Sul seriam realizadas das novembro de 2021 a abril de 2022.

Para a retomada, o presidente-executivo, Dario Rustico, diz que a empresa trará um navio adicional para

o Brasil —o Costa Toscana.

Com operação suspensa desde março, Rustico afirma que, em fevereiro, a empresa se organizou para ter caixa por pelo menos um ano sem atividades. Em dezembro, a Costa só trabalhava com dois navios na Europa.

"Essa indústria é muito resiliente. As vendas para o fim de 2021 e 2022 estão boas. Estamos vendendo bem os destinos para a Europa em julho."

Outra companhia que suspenso a temporada foi a americana Oceania. Marco Ferrer, gerente da empresa, afirma que a pausa está mantida até o início de 2021.

"A gente espera voltar em abril ou maio. Dependemos do CDC [Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos] e dos portos abertos recebendo passageiros de outras localidades. A maioria dos nossos navios está atracada em Miami", afirma.

Ferrer diz que, mesmo com a paralisação, os custos de manutenção dos navios —incluindo pagamentos de técnicos e limpeza especial para o ambiente de água salgada— chegam a US\$ 129 milhões por mês.

O executivo conta que a temporada de 2022 para Europa e América do Norte já está à venda. No primeiro semestre de 2021, a companhia pretende trabalhar apenas com destinos que já estão vendidos e foram adiados por causa da pandemia.

Os cruzeiros da empresa trabalham com roteiros de no mínimo sete noites e no

máximo 180 dias. Chamado de Volta ao Mundo, esse pacote é o menos procurado pelos brasileiros.

"Nosso carro-chefe para os clientes do Brasil é o Mediterrâneo. Temos muitos roteiros no sul da França. Para a retomada, estamos trazendo dez novos portos, incluindo Dinamarca e Reino Unido", disse.

Ferrer afirma que os custos de manutenção são altos também porque a empresa trabalha com acervo de arte em cada um de seus seis navios, que têm obras avulsas em US\$ 5 milhões.

"Temos obras de Picasso e Miró. A Oceania possui quadros também, então nossos navios não podem ficar muito quentes", afirma.

A CVC Corp, que controla marcas de viagens e intercâmbio, diz que as viagens marítimas não estão entre as mais procuradas para o verão.

A empresa diz que a retomada do turismo, em curso gradativamente desde julho, se dá por destinos nacionais, especialmente os mais próximos às residências dos clientes. Praias, campos e hotéis com espaços ao ar livre têm tido maior procura na pandemia.

"As datas mais festivas trazem um contexto diferente, visto que as comemorações são tímidas, e o que vemos é o cliente olhando janelas de oportunidade à frente", afirma em nota.

A empresa diz que pretende manter protocolos de saúde mesmo após a pandemia e fez adaptações nos pacotes

para esse novo momento do turismo, como a ampliação de 76 novas rotas regionais.

Por causa da pandemia da Covid-19, passou a oferecer, ainda, um seguro-viagem com cobertura de despesas hospitalares, diagnósticos, tratamentos e outros serviços em viagens nacionais e internacionais.

De olho em uma retomada mais lenta de destinos internacionais e mirando um público de alta renda, a companhia investe em roteiros de luxo, os chamados "Travel Boutique", e destinos que combinam trabalho remoto dos pais com lazer para crianças.

O grupo espanhol Iberostar, que tem hotéis e resort na Bahia e opera um cruzeiro no Amazonas, passou a oferecer descontos de até 25% de janeiro a março. Em abril, a empresa criou um conselho médico com especialistas em saúde pública para atender aos novos protocolos demandados pelo setor.

Ramón Giron, diretor de operações do grupo no Brasil, afirma que até dezembro a procura pelas 72 cabines do pequeno cruzeiro que a rede opera em Manaus estava em baixa. A preferência dos turistas ainda era por hotéis e resort na Bahia.

Para atuar na pandemia, a empresa afirma que desenvolveu mais de 300 medidas de segurança.

"Na pandemia, mantivemos a mesma estrutura, não vendemos ativos. Passamos a oferecer testagens, apartamentos isolados e até higienização eletrostática", afirma.

Venda de veículos leves e pesados cai 26% em 2020, menos que o previsto

SÃO PAULO Os emplacamentos de veículos leves e pesados registraram queda de 26,2% em 2020 na comparação com 2019, segundo dados do Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores). O resultado foi melhor do que o esperado pela Anfavea, associação das montadoras.

Foram licenciados 2,06 milhões de carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões no ano passado. O melhor resultado foi alcançado em dezembro, com 244 mil unidades comercializadas (média diária de 13,1 mil

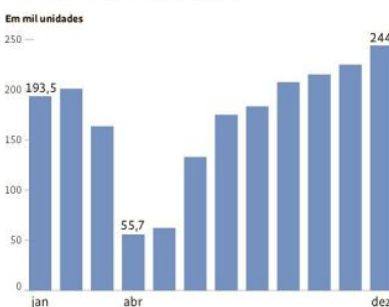
veículos vendidos), uma alta de 8,4% em comparação a novembro.

Em relação a dezembro de 2019, houve queda de 7,9%.

O ano passado começou com expectativa de alta. Em janeiro, a entidade que representa as fabricantes esperava um crescimento de 9,4% nas vendas.

Então veio a pandemia de Covid-19 e foi preciso revisar os números. Em julho, a Anfavea projetou uma queda de 40% nos emplacamentos. Com a retomada no segundo semestre, a associa-

Venda de veículos novos em 2020*



*Carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões. Fontes: Anfavea, Fenabrev e Renavam

ção fez um novo cálculo, divulgado em outubro: retração de 31%.

O resultado de 2020 confirma a recuperação da indústria automotiva a partir do segundo semestre, mas o setor inicia 2021 sob pressão.

A Anfavea é uma das entidades mais preocupadas com a vacinação, pois depende disso para retomar a produção em maior escala e atender a demandas dos setores de veículos pesados e de frota.

No varejo, a chegada de automóveis mais rentáveis e as novas formas de colocar um modelo zero-quilômetro na garagem, como o aluguel de longo prazo, trazem a expectativa de um 2021 melhor pa-

ra as montadoras. Entretanto, para grande parte dos consumidores, a alta nos preços dos carros novos —forçada principalmente pela desvalorização do real— transforma a compra em um sonho mais distante.

As montadoras esperam ainda a normalização no fornecimento de componentes. O aço continua a ser o maior problema, mas a indústria do pneu, outro gargalo de 2020, afirma que o fornecimento já está sendo normalizado.

O balanço sobre produção e empregos no setor automotivo serão divulgados pela Anfavea na próxima semana, bem como as projeções para este ano. **Eduardo Sodré**

mercado

Corte de incentivos fiscais faz 2021 começar com alta de ICMS em SP

Decretos com revisão entram em vigor em janeiro; alimentos, remédios e combustíveis são afetados

Nicola Pamplona, Tayguara Ribeiro e Sheyla Santos

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A população de São Paulo começa o ano de 2021 com uma onda de aumentos de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que tende a elevar os preços de uma longa lista de produtos. A tributação muda para remédios, combustíveis e até os já inflacionados alimentos. O ICMS é o principal imposto estadual no Brasil, e a revisão das alíquotas em São Paulo faz parte do ajuste fiscal do governador João Dória (PSDB). Segundo empresários, o aumento dos percentuais do tributo vai exigir adequação nos preços dos produtos afetados.

Construções ao projeto desde a discussão na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), entidades de classe criticam o fato de as medidas serem implantadas num momento crítico. O ano começa com repique na pandemia, inflação em alta e fim dos auxílios dados pelo governo. Muitas entidades ameaçam ir à Justiça para tentar reverter a implantação das novas regras.

A reforma administrativa aprovada em outubro autoriza o governador Dória a rever benefícios fiscais, como a isenção do ICMS. A medida resultou em um corte de 20% em incentivos.

Na prática, isso significa um aumento da carga tributária. Assim, alguns produtos que eram isentos de ICMS passarão a ser tributados, e outros produtos que tinham alíquotas mais baixas terão o valor do imposto elevado.

Em produtos como os combustíveis, as novas regras estabelecem um "complemento" à alíquota do ICMS, o que é criticado como um aumento de fardo da carga tributária. É o caso, por exemplo, do etanol hidratado, cuja alíquota passará dos atuais 12% para 13,3%. O presidente do sindicato

dos postos de São Paulo, José Alberto Paiva Gouveia, diz que não é possível antecipar qual o impacto final no preço, já que a extensão do repasse depende das políticas comerciais das distribuidoras.

Considerando o preço de referência usado pelo estado para o cálculo do imposto durante a primeira quinzena de dezembro, a parcela referente ao ICMS subirá de R\$ 0,35 para R\$ 0,39 por litro, alta de R\$ 0,04.

A possibilidade de aumento do ICMS aberta pela reforma de Dória vem sendo usada por Jair Bolsonaro (sem partido) para acirrar o antagonismo político com o governador de São Paulo. Na terça-feira (29), o presidente voltou a criticar a medida.

O governador Dória nega, desde que o embate com Bolsonaro teve início, em outubro, que promova aumento de impostos. Também fala que produtos da cesta básica não estão incluídos na reforma fiscal.

Alguns alimentos essenciais, porém, são afetados. Itens como leite, ovos, farinha de mandioca e ração animal, que eram isentos, passarão a ter alíquota de 4,14%. Queijos e suco de laranja estão incluídos entre os produtos que ganharam um complemento na alíquota, que sobe a 13,3%.

No caso dos medicamentos, segundo a Fenasau (Federação Nacional de Saúde Suplementar), o fim do benefício permite que as alíquotas subam até 18% para produtos como genéricos, remédios usados no tratamento do câncer, equipamentos e insumos para cirurgias e pessoas com deficiência, como cadeiras de roda.

A entidade diz que a medida tem impacto "imediato e direto" sobre o preço dos planos de saúde, já que aumentos de custos são repassados aos usuários. E, como São Paulo concentra parte relevante do parque produtor brasileiro, os efeitos devem ser sentidos em todo o país.

"É um momento ruim, os planos de saúde também terão que pagar essa conta. Está faltando diálogo. O consumidor já vai pagar mais caro agora", afirma o presidente da Abrange (Associação Brasileira de Planos de Saúde), Renaldo Scheibe.

A Unimed, que tem serviços próprios de saúde, afirma, em nota, que, se a revogação da isenção efetivamente ocorrer, as unidades da empresa com recursos próprios, como hospitais e laboratórios, sofrerão imediatamente os efeitos do aumento da carga tributária.

Outro setor atingido pela decisão é o de TV paga. O presidente da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura), Oscar Vicente Simões de Oliveira, afirma que o corte de benefício fiscal irá aumentar o custo do serviço e prejudicar ainda mais a concorrência em relação ao streaming, que hoje é tributado por ISS (Imposto Sobre Serviços).

Setores e empresas afetados ameaçam questionar na Justiça as medidas, alegando que as mudanças transferem ao governador a decisão sobre os incentivos fiscais, que deveriam ser debatidos no Legislativo estadual.

"Essa lei autoriza o governador Dória a reduzir os benefícios fiscais em no mínimo 10%, por decreto, mas não fala qual é o teto", diz Igor Mauler, advogado tributário da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes). "É um cheque em branco."

"Redução de benefício é aumento de imposto. Nesse sentido, tem que ser feito em decorrência de aumento direto em lei, não cabendo atribuição ao governador ou alguém que ele indicar", diz João Paulo Muntada Cavinatto, sócio da área tributária do BMA Advogados.

A Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de SP) reclama que a medida pode gerar dificuldades financeiras para pequenos produ-

ICMS incidente no Estado de SP

Produto	Alíquota atual	Como vai ficar	Varição (em pontos percentuais)
Energia elétrica (consumo superior a 1.000 kWh/mês)	Isento	12%	12
Farinha de mandioca	Isento	4,14%	4,14
Flores frescas e mudas de plantas	Isento	4,14%	4,14
Hortifrutis (exceto alho, amêndoa, aveia, castanha, nozes, pera, maçã)	Isento	4,14%	4,14
Insumos agropecuários	Isento	4,14%	4,14
Leite cru ou pasteurizado	Isento	4,14%	4,14
Ovos	Isento	4,14%	4,14
Ração animal (transferência entre estabelecimentos)	Isento	4,14%	4,14
Máquinas e implementos usados	0,9%	4,86%	3,96
Embalagem para ovos	7%	9,4%	2,4
Transporte intermunicipal de leite	5%	6,5%	1,5
Etanol hidratado combustível (exceto pão francês ou de sal)	12%	13,3%	1,3
Óleo diesel	12%	13,3%	1,3
Pão e pão torrado (exceto pão francês ou de sal)	12%	13,3%	1,3
Queijo muçarela, prato e minas	12%	13,3%	1,3
Suco de laranja	12%	13,3%	1,3
Energia elétrica (consumo inferior a 1.000 kWh/mês)	Isento	Inalterado	
Etanol hidratado anidro (o que é adicionado a gasolina)	25%	Inalterado	
Máquinas e implementos	5,6%	Inalterado	

Fonte: Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de SP); Decretos estaduais nº 65.253, 65.254, 65.255, de 15 de outubro de 2020

tores de alimentos do estado, já que a redução de subsídios abrange também insumos como óleo diesel e energia elétrica para consumidores rurais.

Assim, diz o presidente da entidade, Edivaldo Del Grande, mesmo que Dória mantenha a promessa de não elevar alíquota de produtos da cesta básica, o aumento de custos de produção deve pressionar

o preço final dos produtos.

"Não é certo o que o governo de São Paulo está fazendo com produtores e consumidores. Estamos no meio de uma pandemia de Covid-19. Quem como esses itens [ovo e leite]? São os mais pobres. Faz parte da alimentação de quem é mais pobre", diz Del Grande.

No setor elétrico, o pacote restringe a isenção de ICMS

a clientes que consomem até 1.000 kWh/mês na área rural. Uma parcela dos consumidores que usam geração distribuída, como energia solar, eólica e hídrica, também será atingida.

Para o presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), Marcos Madureira, embora a medida não impacte diretamente o consumidor urbano, poderá encarecer a médio e longo prazo a conta de luz por causa do repasse de alta nos custos de equipamentos, que são afetados.

Cooperativas de diversas cidades querem levar a discussão para os consumidores e estão organizando, para o dia 7, manifestações contra o fim dos subsídios. "Cerca de 80% da cadeia de produção da comida que vai para nossa mesa é formada por pequenos produtores, inclusive agricultor familiar", diz Del Grande.

Moradora da cidade paulista de Dracena, a 552 quilômetros da capital, a produtora de leite Gisela Oliveira, 52, diz temer não conseguir repassar o aumento de custos ao consumidor. "O mercado determina o preço do leite, quem vai ter que arcar com esse aumento é o produtor. Para alguns, pode ficar difícil continuar produzindo. Eles não têm como sobreviver", diz ela.

Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo negou que a medida signifique aumento de tributo e afirmou estar disponível para novas conversas com os setores afetados pelo corte nos incentivos.

"A Lei 17.293/2020 não implica aumento do tributo, mas é uma autorização legislativa para reduzir benefícios fiscais. O governo do estado promoveu a redução linear de 20% nos benefícios fiscais que são concedidos a diversos setores. Ou seja: 80% do benefício ainda foi preservado", disse a pasta em nota.

O órgão afirmou ainda que o ajuste foi necessário para compensar perdas de arrecadação causadas pela pandemia.

"O governo estima obter cerca de R\$ 7 bilhões que serão essenciais em 2021 para fazer frente às despesas com pagamento de servidores, manutenção dos serviços públicos de qualidade e ampliação da capacidade de investimento do estado", acrescentou a secretaria.

Orçamento só cumprirá teto se estiver superestimado, diz Maia

Bernardo Caram

SÃO PAULO O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta quinta (31) que, sem a adoção de medidas de ajuste fiscal, as contas públicas em 2021 só cumprirão o teto de gastos se o governo tiver superestimado valores no Orçamento.

O teto é uma regra criada em 2016 para limitar por 20 anos o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

"Analisé com a equipe da Câmara o Orçamento enviado para 2021. Sem a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) emergencial, só existe uma forma de cumprir o teto de gastos: acreditar que o governo federal enviou a LOA (Lei Orçamentária Anual) com superestimativa nos valores encaminhados para a Previdência", disse Maia em redes sociais.

A PEC emergencial está travada no Senado há mais de um ano. A medida propõe o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em momentos de dificuldade financeira do governo. Entre as ações previstas no texto, estão a redução de jornadas e salários de servidores públicos, a suspensão de concursos e um bloqueio à criação de cargos.

Ao apresentar a proposta de Orçamento para 2021, o governo previu uma despesa superior a R\$ 700 bilhões com benefícios previdenciá-

rios do INSS. O valor é recorde, mas representa estabilidade quando observado em relação ao PIB.

Quando o texto foi enviado ao Congresso, em agosto, técnicos do governo afirmaram que o teto estava próximo ao limite, mas seria cumprido.

No entanto, um descompasso entre regras deve provocar um aumento da pressão sobre o Orçamento.

A correção do limite para o teto de gastos no ano que vem levou em conta a inflação encerrada em junho deste ano, que ficou em 2,13%, patamar considerado baixo. No entanto,

Regras fiscais

Teto de gastos Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação

Meta fiscal É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros

Regra de ouro Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e Previdência

o, reajuste do salário mínimo, que impacta as contas públicas, leva em consideração a inflação do ano completo de 2020 — os índices de preços tiveram forte alta no segundo semestre.

Na quarta-feira (30), o governo anunciou que o salário mínimo será reajustado em 5,26%, de R\$ 1.045 para R\$ 1.100, valor maior do que o estimado anteriormente.

O aumento gera um impacto direto nas contas federais de R\$ 19,3 bilhões, aproximadamente R\$ 4 bilhões a mais do que o previsto pelo governo na proposta de Orçamento.

Em entrevista após o anúncio, membros do Ministério da Economia afirmaram que o custo adicional será incluído no Orçamento e respeitará a norma fiscal.

"Está dentro do espaço do teto, estamos bem embasados nisso. Todas as regras fiscais serão respeitadas", afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

A Folha mostrou, na semana passada, que, apesar do discurso otimista do governo, o aumento de despesas obrigatórias, principalmente por causa da alta da inflação, deve levar o Ministério da Economia a fazer um corte de até R\$ 20 bilhões no Orçamento do próximo ano. O objetivo é garantir o cumprimento do teto.

O governo optou por não renovar para 2021 o estado de



“Sem a aprovação da PEC emergencial, só existe uma forma de cumprir o teto de gastos: acreditar que o governo federal enviou a LOA (Lei Orçamentária Anual) com superestimativa nos valores encaminhados para a Previdência

Rodrigo Maia (DEM-RJ) presidente da Câmara



“Parece que contas pouco importam. O que vale é repetir feito papagaio que o teto será cumprido

“Não parece haver superestimativa no número do projeto de Lei Orçamentária

Felipe Salto diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado)

calamidade de que vigorou neste ano para fazer frente à pandemia. Com isso, o Orçamento terá de obedecer às travas fiscais previstas na legislação.

Guedes tem afirmado que o teto será cumprido. Para ele, se a norma for flexibilizada, haverá fuga de investidores, comprometendo a retomada da economia.

Por isso, técnicos do Ministério da Economia analisam a proposta de Orçamento do próximo ano para remanejar despesas e discutir de quais áreas será preciso tirar verba para acomodar o aumento de despesas obrigatórias, como aposentadorias e benefícios sociais.

Estudo da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) apontou que o risco de descumprimento do teto em 2021 é alto. "Parece que contas pouco importam. O que vale é repetir feito papagaio que o teto será cumprido", ironizou o diretor-executivo do órgão, Felipe Salto. Apesar de concordar com a afirmação de Maia de que o teto pode não ser cumprido em 2021, Salto discorda da avaliação de que as contas para a Previdência estariam superestimadas. A projeção da IFI para essa rubrica em 2021 está em R\$ 707 bilhões, próximo ao valor calculado pelo governo.

"Não parece haver superestimativa no número do projeto de Lei Orçamentária", disse.

mercado

...e que os juros permaneçam baixos

'Que tudo se realize' soa como chacota quando uma agenda inteira é relegada

Solange Srouf

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

Hoje é dia de desejar "que tudo se realize no ano que vai nascer". O ano de 2020 foi o mais longo e, para a grande maioria das pessoas, o pior de nossas vidas.

Não será difícil termos desejos realizados em 2021, pois o que mais queremos é sermos vacinados e podermos viajar, estar perto dos familiares sem restrições e aglomerar nas comemorações com os amigos.

Com o controle do vírus, a vida se aproximará de como era antes. No entanto, teremos de enfrentar os legados de 2020. Aos sobreviventes ficarão as dívidas.

O mais recente Monitor Fiscal do FMI, de outubro, estima que o endividamento bruto

vá subir de 105,3% do PIB, em 2019, para 125,5% do PIB, em 2020, nos países avançados. Já nos emergentes, o aumento deverá ser de 52,6% para 62,2% do PIB. Depois da mais recente revisão da série do indicador econômico pelo IBGE, o endividamento bruto brasileiro deve ficar próximo a 90% do PIB.

Historicamente, dívidas nesses patamares foram catalisadoras de grandes crises financeiras em países em desenvolvimento. No entanto, personalidades influentes do debate público argumentam que desta vez será diferente, com o endividamento público sendo colocado como algo muito parecido a um "almoço grátis".

O nível historicamente baixo das taxas de juros reais permitirá que as próprias expansões fiscais melhorem a sustentabilidade fiscal, elevando o PIB mais do que aumentando o pagamento de dívidas e juros.

A pergunta que se coloca é esta: qual é a garantia de que as taxas de juros reais continuarão baixas nos próximos anos? Pesquisa recente do Financial Times com os mais importantes gestores internacionais aponta justamente o aumento das taxas de juros globais como o maior risco de 2021.

Os ativos financeiros apresentam excelente performance, principalmente os que oferecem maiores retornos, como os dos países emergentes, em virtude do amplo consenso de

que a inflação global continuará baixa por muitos anos e os bancos centrais manterão a liquidez abundante.

O que pode dar errado? A recuperação global pode ser mais inflacionária do que se espera. Diferentemente das demais crises, a atual não resultou de excessos de alavancagem nem de grandes desequilíbrios macroeconômicos que demoram para ser digeridos —como ocorreu na grande crise financeira de 2008.

A pandemia foi um choque que interrompeu abruptamente as atividades econômicas, e a velocidade da vacinação determinará a capacidade de sua recomposição. No mundo todo, a taxa de poupança está

extremamente alta.

Não se sabe ao certo como os indivíduos se comportarão quando a economia voltar a operar, principalmente enquanto ainda houver substanciais estímulos fiscais e monetários nas mais diversas economias. Em qualquer lugar, se a demanda crescer mais rapidamente do que a oferta, a inflação voltará.

No Brasil, esperar que as taxas de juros fiquem baixas é um exercício ainda menos auspicioso. Além de controlar a alta recente da inflação, será preciso retomar a confiança dos investidores que financiam nossa enorme dívida. Infelizmente, são temas que parecem não despertar o senso de urgência necessário.

O ano termina com uma lista enorme de pendências. Não votamos o Orçamento de 2021, que precisará incluir corte de despesas com obras e custeio para acomodar um reajuste maior de salário mínimo derivado da alta da inflação.

Também não fomos capazes de aprovar a PEC Emergencial,

enquanto as promessas de desindexação e desvinculação de gastos foram rechaçadas pelo próprio Executivo.

Não levamos adiante a reforma administrativa, uma âncora fiscal importante depois de termos gasto toda a economia derivada da reforma da Previdência. E a reforma tributária, que prometia maior eficiência e ganhos de produtividade, foi posta de lado.

"Que tudo se realize" soa como uma chacota quando uma agenda inteira é relegada. Se 2020 foi um ano longo para muitos, 2021 será curto demais para o país aprovar reformas antes de as eleições de 2022 contaminarem ainda mais o ambiente político.

No Brasil, o ano geralmente começa depois do Carnaval, mas desta vez estamos mais de um ano atrasados. Resta-nos aguardar a definição sobre o comando da Câmara e do Senado e uma melhora na articulação política para atravessarmos os próximos dois anos. Haja simpatia para garantir tanto tempo de juros baixos!

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Gasto federal acima do necessário na pandemia ajuda novos prefeitos

Socorro da União supera em R\$ 2,7 bi perda de receita municipal em 20 capitais e dá fôlego financeiro para 2021

Julio Wiziack

BRASÍLIA Diversos prefeitos terão uma folga de caixa no início da sua gestão porque o socorro financeiro da União superou o necessário para compensar perdas de receitas com a crise causada pela pandemia.

Levantamento feito pela Folha com base em dados do Tesouro mostra que, de janeiro a agosto deste ano, 26 das 26 capitais receberam R\$ 2,7 bilhões acima do valor de suas perdas de arrecadação com o ISS (Imposto Sobre Serviços), principal indicador da atividade econômica do município.

Nesse período, nenhuma capital registrou queda da receita corrente líquida, que combina receitas próprias —como o ISS— e transferências da União.

Em média, essas receitas cresceram 37% de janeiro a agosto, para R\$ 58,4 bilhões, ante R\$ 36,5 bilhões do mesmo período do ano anterior.

O projeto de lei complementar que definiu o programa de socorro a estados e municípios foi aprovado em maio deste ano e destinou o valor fixo de R\$ 60 bilhões da União para os entes compensarem suas perdas de arrecadação.

Desse total, R\$ 50 bilhões poderiam ter destinação livre. Os outros R\$ 10 bilhões deveriam ter sido obrigatoriamente direcionados para saúde e assistência.

Os pagamentos foram feitos em quatro parcelas, entre os meses de junho e setembro.

Os dados do Tesouro constam no Relatório de Acompanhamento de Execução Orçamentária, comunicado com informações fornecidas pelas próprias prefeituras, e confirmam que as perdas provocadas pelo distanciamento social na economia local não foram tão acentuadas quanto o governo e o Congresso imaginaram nas capitais.

Além disso, na avaliação de técnicos da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), houve problema na distribuição dos recursos, que usou o tamanho

da população como critério para a divisão. "Em geral, as cidades menores, com até 20 mil habitantes, se beneficiaram mais. As cidades com população entre 50 mil e 200 mil habitantes foram as que menos se beneficiaram", disse Kleber Castro, consultor da FNP.

Levantamento prévio feito por Castro mostra que somente 162 cidades tiveram, de fato, prejuízos —em que o auxílio não foi suficiente para compensar as perdas de receitas. "A grande maioria dessas cidades tem população entre 50 mil e 120 mil habitantes."

Os dados do Tesouro mostram que, nas capitais, mais populosas, a situação foi inversa. Em Campo Grande (MS), o valor do socorro foi 82 vezes maior que a perda de arrecadação do ISS. Em Macapá (AP), foi 51 vezes maior, e, em Rio Branco (AC), 29 vezes.

Isso também se verificou em Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Belém e Manaus, com o auxílio superando em 20 vezes as perdas de ISS. Em Vitória e Goiânia, esse impacto foi um pouco menor —de 14 vezes para capixabas e goianos e de 9 vezes para Belo Horizonte.

Em Teresina (PI), Rio de Janeiro, Curitiba, Natal (RN), Recife e Palmas (TO), a ajuda ultrapassou algo entre três e sete vezes as perdas com o imposto.

Essa diferença entre as perdas com o ISS e o auxílio a mais representou R\$ 2,7 bilhões no período considerado.

Nas demais capitais houve aumento da arrecadação no período, segundo o Tesouro. A legislação que definiu o programa de socorro não estabeleceu a devolução dos valores caso não houvesse perdas de arrecadação.

Por isso, em boa parte dessas prefeituras, a situação para os prefeitos que tomarem posse será menos dramática.

Esse cenário levou o ministro Paulo Guedes a se posicionar contra uma nova rodada de auxílio. No momento das discussões em torno do pacote de socorro emergencial aos entes federativos, o ministro

se recusou a acatar proposta de Pedro Paulo (DEM-RJ).

Para evitar gastos desnecessários, o deputado pretendia criar uma espécie de seguro pelo qual a União só destinaria recursos para cidades e estados que tivessem perdas na arrecadação.

Guedes criticou a proposta do parlamentar e afirmou que ela significava entregar um cheque em branco aos governadores e prefeitos. Definisse então um valor fixo capaz de cobrir perdas de receitas.

No caso dos estados, um levantamento feito pelo economista do Inspere e colunista da Folha Marcos Mendes mostrou que o socorro para os governos estaduais superou em 54% o impacto econômico sofrido. Ou seja, o choque foi transferido para a União.

Segundo o economista, os estados já receberam R\$ 36,3 bilhões a mais do que sua perda de arrecadação.

Mendes considera que o excesso de dinheiro praticamente não foi gasto e pode ajudar os governadores a enfrentar dificuldades em 2021, sem que seja necessário o socorro adicional que está em discussão em algumas propostas no Congresso. Ele calcula que haja uma reserva de pelo menos R\$ 34,6 bilhões nos caixas estaduais.

Essa situação se repete nos municípios. A FNP e a Consultoria Legislativa da Câmara estão concluindo um levantamento detalhado sobre o impacto em todos os municípios. Para Ursula Dias Peres, professora de gestão de políticas públicas da EACH/USP quando o programa foi definido, três das quatro parcelas seriam pagas no segundo semestre, em meses instáveis do ponto de vista da arrecadação.

Hoje, os dados mostram que a arrecadação superou as expectativas e o auxílio acabou se tornando um reforço de caixa.

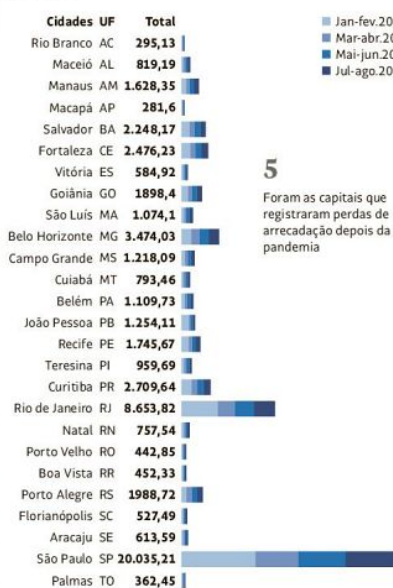
A reportagem procurou as cinco prefeituras que mais se beneficiaram do auxílio, mas não havia obtido resposta até a publicação deste texto.

Ajuda da União às capitais superou o necessário

13 capitais registraram alta de arrecadação na crise

Evolução da receita corrente líquida

Em R\$ milhões



5
Foram as capitais que registraram perdas de arrecadação depois da pandemia

Valor do socorro (em R\$ milhões)



R\$ 3 bilhões

Foi o valor estimado a mais que a União gastou com as capitais, exceto DF, devido ao crescimento de receitas em vez de perdas

Fonte: Tesouro Nacional

Queda do dólar reduz dívida pública pela primeira vez em um ano

Larissa Garcia

BRASÍLIA Após longa trajetória de crescimento, especialmente após o início da pandemia, a dívida pública fechou novembro em queda pela primeira vez desde dezembro de 2019. O endividamento alcançou 88,1% do PIB, redução de 0,7 ponto percentual em relação ao mês anterior.

No período, o endividamento do governo chegou a R\$ 6,5 trilhões.

"Tivemos uma queda no nível da dívida bruta em novembro, mas acompanhamos sua tendência de crescimento ao longo do ano, principalmente em razão das medidas de enfrentamento à pandemia", ressaltou o chefe do departamento de estatística do Banco Central, Fernando Rocha.

A dívida registra crescimentos expressivos desde o início da pandemia, mas já vinha em trajetória de alta antes da crise. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas como o auxílio aos mais pobres e linhas de crédito para empresas.

A queda da dívida bruta foi ocasionada principalmente pela desvalorização do dólar de 7,6% no período, que contribuiu com redução de 0,5 ponto percentual, e pelo aumento do PIB nominal (em reais), que também puxou o percentual 0,5 ponto para baixo.

"A dívida se reduziu principalmente em razão da apreciação cambial. Nessa rubrica, só aparecem os passivos de dívida externa, que ficam menores em reais", afirmou Rocha.

No ano, a dívida bruta cresceu 13,8 pontos percentuais com o aumento nas emissões de títulos públicos para financiar os gastos. Isso representou elevação de 8,6 pontos.

Em novembro, o resultado primário das contas públicas foi negativo em R\$ 18,1 bilhões. No acumulado do ano, o rombo é de R\$ 664,6 bilhões.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública.

Gestão Paes vai rever incentivos fiscais que custam R\$ 1 bilhão por ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: André Coelho e Luiz Ernesto Magalhães

RIO - Revisão geral de incentivos fiscais que custam R\$ 1 bilhão por ano (apenas de renúncia do ISS), renegociação da Dívida Pública e aumento de 11% para 14% da alíquota previdenciária descontada dos servidores farão parte do pacote fiscal e da reforma tributária que estão sendo desenhados pela equipe do prefeito Eduardo Paes. A situação das contas da prefeitura é considerada crítica.

Dados consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mostram que o Rio é a capital com maior risco de insolvência. Um dos problemas é que hoje 87,9% de suas receitas são direcionados para o pagamento de pessoal e de juros e amortização da dívida. O município sequer quitou integralmente o 13º do funcionalismo e, para pagar a folha de dezembro até o próximo dia 8 (quinto dia útil), depende de receitas de tributos que ainda vão entrar nos cofres públicos.

- Temos 11 mil empresas que recebem incentivos. É

preciso reavaliar o custo-benefício dessas isenções. A gente também quer retomar a revisão dos cadastros de IPTU (Atualiza Rio), para identificar quem paga menos do que deveria. Uma coisa está clara: não haverá aumento de alíquota de impostos. Faremos inclusive uma revisão da lei do IPTU (aprovada pelo ex-prefeito Marcelo Crivella, em 2017) para corrigir aumentos excessivos que atingiram imóveis das zonas Norte e Oeste - explicou o secretário municipal de Fazenda e Planejamento, Pedro Paulo Carvalho.

Plano de metas para cem dias: Paes prevê reforma de BRTs, combate à Covid e plebiscito sobre ciclovia

O secretário mantém a estimativa de que o novo governo herdou um rombo que pode chegar a R\$ 10 bilhões, entre déficit financeiro (R\$ 5 bilhões), subdimensionamento das receitas previstas no orçamento e despesas assumidas com fornecedores sem cobertura financeira - apenas na Comlurb, seriam R\$ 200 milhões em contratos de manuseio de lixo.

Ajustes em 44 decretos

Entre as medidas para incentivar a **arrecadação**, a prefeitura estuda instituir mecanismos de autodeclaração para informar alterações que possam implicar aumento da receita do próprio IPTU. Hoje, por exemplo, para conseguir converter um imóvel residencial em comercial (que alíquota do imposto maior), o interessado pode esperar mais de um ano pela aprovação. Com a autodeclaração, técnicos seriam mobilizados para fiscalizar por amostragem..

Ajustes nas contas públicas estão previstos em 44 dos 74 decretos baixados ontem pelo novo governo. Uma das medidas de Paes foi exonerar todos os ocupantes de cargos em comissão que não são servidores concursados. Ainda assim, diante dos problemas de caixa, Pedro Paulo não descarta pagar em parcelas o 13º do ano passado (só receberam aqueles que

ganham até R\$ 4 mil por mês). Outra razão para o aperto dos gastos é que, segundo os últimos dados disponíveis, a prefeitura já estava gastando 54,86% de suas receitas com pessoal. O limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 54%.

Primeiro discurso: Na posse, Paes fala sobre 'herança perversa' da gestão passada

Um dos principais gargalos apontados pela nova equipe é o Fundo de Previdência do Município (Funprevi), que acumula déficit estimado em cerca de R\$ 1 bilhão. Além de aumentar a alíquota para 14%, uma proposta em estudo é a criação de uma espécie de previdência complementar optativa para os servidores que ganham salários acima do teto previdenciário.

- Precisamos ter um fundo saudável e equilibrado - disse o secretário de Fazenda.

O aumento da alíquota já estava previsto no orçamento de 2021, proposto por Crivella. As projeções do antigo governo indicavam que a mudança poderia gerar receitas extras de R\$ 200 milhões por ano. O problema é que essa previsão não deve se concretizar este ano porque o reajuste depende de aprovação da Câmara. O Legislativo só inicia os trabalhos em meados de fevereiro. E, mesmo se o projeto passar, o novo desconto só pode ser cobrado 90 dias após a lei entrar em vigor.

Paes antecipa medidas para combater pandemia: abertura de novos leitos e de um Centro de Operações de Emergências no COR

Pedro Paulo descartou a hipótese de a prefeitura tentar reequilibrar o Funprevi com uma operação de securitização, usando royalties de petróleo, como o ex-prefeito Crivella tentou em 2020. A operação não foi adiante por decisão do Tribunal de Contas do Município, que considerou a estratégia um tipo de empréstimo, o que é proibido em anos eleitorais.

- Não é ideal. Veja o exemplo do Estado do Rio, que pegou R\$ 2,9 bilhões (com o BNP Paribas) para colocar

as contas em dia. E vai ter que pagar R\$ 4,7 bilhões. Prefiro ampliar a carteira imobiliária do Funprevi (alugar ou vender imóveis do município) - ponderou Pedro Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Risco de rompimento do teto cresce com novo valor do salário mínimo

Despesas assistenciais e previdenciárias no ano que vem serão corrigidas pelo INPC de 2020, que terá alta bem mais forte do que o aumento do teto em 2021

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

04/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Neste início de ano, uma das perguntas que estão na cabeça de todos é se o mercado já precificou, no valor dos ativos, o rompimento do teto de gastos. A bolsa de valores brasileira está muito perto de seu recorde histórico, depois de ter ido ao chão durante a pandemia. Dito de forma mais direta: a incrível recuperação dos preços dos ativos nos últimos meses já incorpora a possibilidade de que o governo não consiga manter, neste ano, as despesas da União dentro do teto?

A questão foi colocada com maior clareza depois que o presidente Jair Bolsonaro elevou o salário mínimo do país para R\$ 1.100, a partir de 1º de janeiro deste ano. Todos passaram a questionar se o impacto do aumento do piso salarial nas contas públicas não romperia o teto. Na verdade, as dúvidas sobre a preservação do teto de gastos, a única âncora fiscal brasileira, já vinham sendo colocadas desde que a inflação ganhou fôlego nos últimos meses.

A razão para a desconfiança era muito simples. O valor do teto de gastos foi reajustado em apenas 2,13%, de acordo com a regra que consta da emenda constitucional 95/2016. Ou seja, o limite para as despesas da União em 2021 será o mesmo válido para 2020, corrigido pela inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 2,13%. O percentual corresponde ao IPCA acumulado no período de 12 meses terminado em junho do ano passado.

O problema é que, a partir de julho, a inflação foi acelerando. A mediana do mercado para o IPCA de 2020 estava em 4,39% na semana passada, de acordo com o boletim Focus do Banco Central. É provável que, hoje, o Focus traga uma taxa ainda mais alta. Mas o importante, para a estimativa da despesa pública é a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e não pelo IPCA.

Pela legislação em vigor, o INPC corrige o salário mínimo, os benefícios assistenciais e todos os benefícios previdenciários, inclusive aqueles de valor acima do piso salarial. Na semana passada, o Ministério da Economia informou que sua expectativa, em linha com o mercado, é de um INPC em 2020 de 5,22%. O salário mínimo foi corrigido por esse índice, mais um arredondamento.

Se a previsão se confirmar, as principais despesas da União serão corrigidas em 5,22%, enquanto o teto foi corrigido em apenas 2,13%. O descasamento entre os dois índices é o que explica as atuais agruras do governo. Como o teto subiu menos, o espaço para o gasto ficou ainda mais estreito. Para que o teto seja mantido, despesas não obrigatórias terão que ser cortadas. E o corte terá que ser muito grande.

A estimativa mais recente do governo para a despesa primária total da União (não inclui o pagamento de juros das dívidas) em 2021 foi divulgada em 14 de dezembro, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou ao Congresso Nacional ofício solicitando alterações na meta fiscal deste ano. Junto com o ofício, Guedes enviou um anexo de riscos fiscais, no qual consta que a estimativa oficial para as despesas discricionárias (investimentos e o custeio da máquina pública, exceto pessoal e encargos) é de R\$ 83,9 bilhões - o menor nível da história.

No total, estão incluídos R\$ 4 bilhões para a capitalização de empresas estatais neste ano, segundo informou a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) ao **Valor**. A despesa da capitalização de estatais não entra no cálculo do teto de gastos. Assim, as despesas discricionárias efetivas neste ano ficariam em R\$ 79,9 bilhões. O problema é que a estimativa foi feita com base em um INPC de 4,11%.

A situação ficará muito mais difícil com um INPC de 5,22%. Em seu relatório de riscos fiscais, divulgado em novembro, a Secretaria do Tesouro estimou que um aumento de 0,1 ponto percentual do INPC gera despesa adicional para a União de R\$ 768,3 milhões. A diferença entre o INPC utilizado por Guedes em dezembro passado para a estimativa da despesa total da União em 2021 (de 4,11%) e a nova estimativa para o INPC (5,22%) é de 1,11 ponto percentual.

Com base no relatório da STN, o 1,11 ponto percentual do INPC deverá gerar uma despesa adicional de R\$ 7,760 bilhões, acima do que está previsto no ofício de Guedes. Como serão despesas obrigatórias, a quantia terá que ser compensada pelo corte em igual montante das despesas discricionárias, que, se essa previsão se confirmar, ficarão em torno de R\$ 72 bilhões (sem incluir emendas parlamentares e capitalização de estatais). Para todos os especialistas consultados pelo **Valor**, um

corde dessa magnitude deverá paralisar vários serviços públicos - o chamado "shutdown".

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Cabeceira Casal Veneza Diamond 10 Suede Cinza 140 X 120 cm RBL

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Encontre os animais camuflados nestas fotos

MSN

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

AstraZeneca diz ter descoberto 'fórmula vencedora' na vacina contra covid-19

VALOR INVESTE

Em resposta a Bolsonaro, Dilma diz que presidente é 'sociopata'

VALOR INVESTE

Mourão tem bom estado de saúde após ser diagnosticado com covid-19, diz assessoria



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

BC começa a retirar estímulos ao crédito

BC reconhece os riscos de que, com o fim do auxílio emergencial, a economia possa ter um novo mergulho recessivo

04/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O fim das medidas de estímulo fiscal, entre as quais a mais importante foi o pagamento do auxílio emergencial, não é a única força que poderá conter o crescimento da economia neste começo de 2021. Cumprindo o cronograma que havia estabelecido, o Banco Central deixou expirar no fim de 2020 alguns dos programas de crédito direcionado que havia criado na primeira onda da covid-19 para manter o fluxo de crédito na economia.

Saiu de cena uma linha que liberou R\$ 51,7 bilhões em depósitos compulsórios sobre depósitos em poupança, que estavam retidos no BC, para operações de crédito a micro, pequenas e médias e empresas. Essa mesma iniciativa canalizou outros R\$ 7,6 bilhões dos grandes bancos para as instituições financeiras de menor porte, que em geral são especializadas em dar crédito aos pequenos negócios.

Não é só o “abismo fiscal” que ameaça a retomada em 2021

Também expirou uma linha de assistência financeira de liquidez que injetou R\$ 69,5 bilhões em 49 bancos, com foco nos pequenos. Esse programa ajudou a reciclar a carteira de crédito das instituições financeiras, porque usa como colateral papéis (as

chamadas LFGs) que são lastreados por empréstimos, garantindo assim o fluxo de novas operações.

Chegou ao fim em novembro outra iniciativa que liberou capital dos bancos, antes imobilizado para dar suporte a créditos tributários, que permitiu a realização de R\$ 14,4 bilhões em financiamentos para micro, pequenas e médias empresas. Essa facilidade acabou antes do esperado porque a medida provisória (MP) que deu origem a ela não foi aprovada no Congresso. Mas, pelo cronograma original, expiraria de qualquer forma no dia 31 de dezembro.

Uma rara iniciativa voltada às empresas de menor porte que ganhou sobrevida é o bem-sucedido Pronampe, em que o Tesouro deu garantia de 85% dos empréstimos. No finzinho do ano, foi realizado um aporte extra de R\$ 10 bilhões no fundo que lastreia o programa. Mas esse é um programa fiscal. As medidas de crédito direcionado que usam exclusivamente o balanço do Banco Central acabaram no prazo previsto.

Seguem em vigor, por hora, medidas mais gerais que injetaram liquidez no mercado financeiro como um todo, sem um carimbo que obrigue os bancos a aplicarem o dinheiro num setor ou no outro. É o caso, por exemplo, da redução temporária, de 25% para 17%, da alíquota dos compulsórios sobre depósitos a prazo. O BC definiu que, em abril, a alíquota seja elevada a 20%, mas sem retornar a 25%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a recomendar, no seu relatório de avaliação do país, que a alíquota fosse mantida em 17%. Mas o BC respondeu que só avaliará essa possibilidade depois que colocar para funcionar seu novo mecanismo de assistência financeira de liquidez.

A importância do crédito direcionado é, em geral, pouco reconhecida pelos economistas na resposta do governo à crise, que evitou uma recessão mais profunda. Como muitos dos programas se sobrepõem, é difícil medir o seu efeito exato. Mas alguns dados ilustram o seu alcance. As concessões dos chamados “outros créditos direcionados”, que incluem algumas dessas linhas, somaram R\$ 99,048 bilhões no período de janeiro a novembro de 2020, ante R\$ 10,490 bilhões no mesmo período do ano anterior. O acréscimo equivale a 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

O crédito bancário cresceu 15,6% no período de 12 meses até novembro graças ao “renascimento” dos direcionamentos. Sem ele, teria avançado algo como 8,5%, atendendo basicamente as grandes corporações, que sugaram o caixa dos bancos depois que o mercado de capitais ficou paralisado. Com o fim de vários programas, o Banco Central estima que o crédito vá crescer apenas 7,8% em 2021. O crédito direcionado a empresas vai encolher 5,3%, ou perto de R\$ 35 bilhões.

É compreensível a determinação do Banco Central em extinguir os programas de crédito direcionado no prazo combinado. No Brasil, essas iniciativas temporárias costumam se tornar permanentes. A crise econômica do governo Dilma Rousseff se deve, em grande medida, às ações tomadas como resposta à crise financeira mundial. O aporte emergencial de R\$ 100 bilhões no BNDES em 2009 virou uma espécie de orçamento, que se repetiu todos os anos. Nos anos 1960 e 1970, o BC tinha dentro de si um banco de fomento para crédito agrícola. Deu na grande inflação dos anos 1980.

A manutenção do cronograma do fim dos programas de crédito direcionado da pandemia é uma aposta do Banco Central de que o sistema financeiro já pode caminhar com as suas próprias pernas, fornecendo linhas para quem precisa, e de que o mercado de capitais vai reengatar, com volumes mais expressivos de captações em debêntures e notas promissórias. A liquidez internacional está favorável, mas o Brasil não deverá aproveitar muito. O BC espera que as empresas rolem apenas 85% das captações no exterior.

Esse, porém, é um cenário ainda muito incerto. A crise não acaba com o ano-calendário, no dia 31 de dezembro, como previu o Banco Central em junho, quando criou alguns dos principais programas. A segunda onda da covid-19 e o atraso do governo em providenciar a vacinação da população representam riscos relevantes. Nos Estados Unidos, o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, cortou verbas que sustentam as linhas de financiamento aos pequenos negócios do Federal Reserve (Fed). Embora, por lá, essas linhas tenham sido utilizadas bem menos do que o esperado - o Brasil se saiu melhor nesse aspecto -, dirigentes do Fed reclamaram, sustentando que preferem ter essa ferramenta creditícia ao alcance das mãos se a situação voltar a piorar.

Ao contrário do Brasil, porém, os Estados Unidos têm espaço fiscal e emitem moeda de reserva - estão colocando na rua mais um pacote de estímulo neste ano. Por aqui, o BC reconhece os riscos de que, com o fim do auxílio emergencial, a economia possa ter um novo mergulho recessivo, embora o cenário central não seja esse. O único ponto de conforto é que, se a coisa piorar, o BC pode rapidamente reinstaurar os programas que expiraram.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Cabeceira Estofada Bianca Para Cama Casal 140 Cm Box Quarto Corino Azul Azul Turquesa - AM Decor

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

por taboola

Conteúdo Publicitário

Alta de ICMS em SP vai afetar consumo

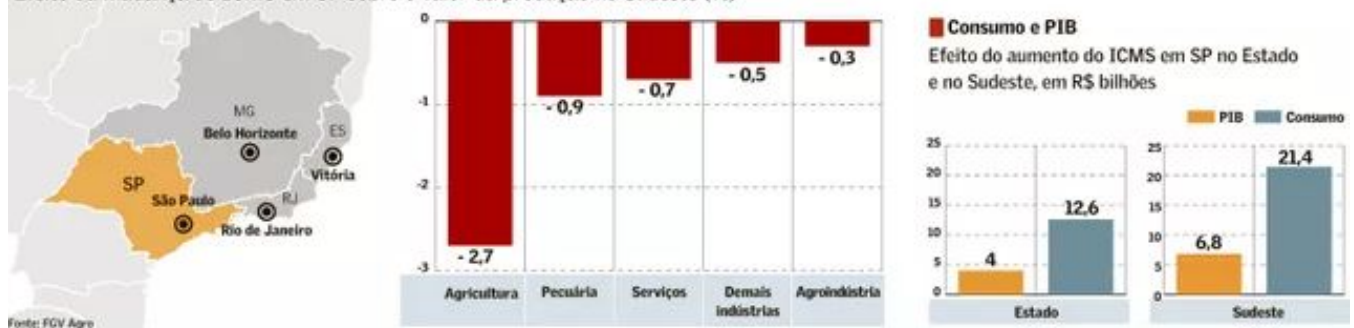
Estudo do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) mostra que a agricultura será o setor mais afetado

Por Rafael Walendorff — De Brasília

04/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Reflexos negativos

Efeito da mudança do ICMS em SP sobre o valor da produção no Sudeste (%)



O aumento nas alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) em São Paulo, a partir deste mês, poderá causar perda de consumo de até R\$ 21,4 bilhões em bens e serviços e redução de quase R\$ 7 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudeste em 2021 - R\$ 4 bilhões só no Estado. Os cálculos estão em um estudo do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), recém-concluído.

Segundo os autores, a agricultura será o setor com maior impacto negativo - retração de 2,7% no valor da produção. Pecuária e agroindústria aparecem na sequência, com baixas previstas em 0,9% e 0,35%, respectivamente.

“A majoração do ICMS coloca em xeque o desempenho do Estado ao longo dos últimos anos, bem como a articulação e o crescimento combinado de todos os elos

da cadeia produtiva do agronegócio: insumos, produção, indústria e serviços”, diz o estudo, assinado pelos economistas Talita Priscila Pinto, Cicero Zanetti de Lima e Angelo Costa Gurgel.

A leitura é que o aumento da carga tributária causa distorções para a economia paulista e do Sudeste em geral, que serão sentidas com redução do consumo e de investimentos produtivos. Como efeito, a massa salarial no Estado deve cair R\$ 2,7 bilhões, com impacto maior sobre os trabalhadores menos qualificados e desemprego.

Outra consequência é a queda no retorno das empresas, que reduz o nível de investimento de todos os setores e adia ou afasta aportes no Estado, de acordo com a FGV Agro. “O resultado para agricultura e pecuária é amplificado pela variação da remuneração da terra. O modelo projeta uma redução de cerca de 10% no retorno da terra na região”.

Uma lei estadual sancionada em outubro pelo governador João Doria e vários decretos publicados na sequência elevaram a cobrança do ICMS. Entre 2021 e 2023, as vendas dentro do Estado sujeitas a alíquotas de 7% serão majoradas para 9,4%, alta de 34,28%. Já as comercializações com taxas de 12% passarão para 13,3%, aumento de 10,83%.

No agronegócio, muitas operações até então isentas serão tributadas em 4,14%. Também houve elevação da carga de ICMS nas operações de vendas interestaduais para insumos agropecuários, que já começaram no dia 1º. A cobrança sobre produtos, como hortifrutigranjeiros, começará no dia 15.

“Nossa recomendação é que os produtores rurais já comecem a faturar esses produtos”, diz Tirso Meirelles, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de São Paulo (Faesp). “O consumidor final e o setor agropecuário serão os mais afetados. Apesar de vários encontros entre o setor e a equipe do governo, não há sinal de que o Estado vá desistir do aumento de ICMS”, alerta o presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), Edivaldo Del Grande.

O estudo destaca, ainda, que o aumento da arrecadação de impostos estaduais deve mudar o perfil de consumo. “Tanto empresas quanto consumidores ajustam seu consumo de acordo com as novas alíquotas, e isso determina um novo nível de renda e gastos do governo”, diz a análise. Segundo os cálculos, para cada R\$ 1 de receita tributária gerado pelo aumento do ICMS, espera-se redução de consumo de R\$ 2,75.

O agronegócio representa cerca de 12% do PIB paulista, estimado em mais de US\$ 600 bilhões. O Estado responde por 17% das exportações do setor do país e 12% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Febre nos EUA, cartão com cashback já é o preferido dos brasileiros

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

por taboola

Conteúdo Publicitário